



Organizadoras
Guilhermina de Melo Terra
Thaís Lima Trindade

Diálogos em *Informação* Arquivos, Bibliotecas e Museus

Organizadoras
Guilhermina de Melo Terra
Thaís Lima Trindade

DIÁLOGOS EM INFORMAÇÃO

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS



Copyright© 2024 dos autores

Reitor Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor Sérgio Augusto Freire de Souza

Revisão Técnica Thaís Lima Trindade e Guilhermina de Melo Terra

Capa Thaís Lima Trindade

D537 Diálogos em informação: arquivos, bibliotecas e museus / Organização: Guilhermina de Melo Terra e Thaís Lima Trindade. ____ Manaus : Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2024.
151p. : il., color. ; 21 cm.

Evento realizado de 23 a 26 de janeiro de 2024, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação.

E-book.

ISBN 978-65-5839-215-6

1. Papel social das organizações informacionais. 2. Papel social dos arquivos. 3. Papel social das bibliotecas. 4. Papel social dos museus. I. Terra, Guilhermina de Melo (org.). II. Trindade, Thaís Lima (org.). III. Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação.

CDU 316.354

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Bibliotecária Responsável: Guilhermina de Melo Terra – CRB11/ 369

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
A UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS COMO MEIO DE ACESSO NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	7
<i>Adriana Christiny Cavalcante de Macêdo; Kerolay Batista Trindade; Kethlen Anne Araújo Perdigão; Mikael Christian Coelho Matos</i>	
ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS PARA PROMOÇÃO DE CONTEÚDOS	18
<i>Marcos Galindo Lima; Ana Ligia Feliciano dos Santos; Giane da Paz Ferreira Silva; Jaciane Freire Santana; Jonatan Cândido da Silva</i>	
DIFUSÃO DOS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS DO ESTADO DO AMAZONAS PELO ARQUIVO NACIONAL	31
<i>Luciana Oliveira dos Santos; Nilton Gabriel Freitas Duarte</i>	
BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O TIK TOK: UMA ANÁLISE NO ENGAJAMENTO DOS PERFIS	38
<i>Isabela dos Santos Moreira; Leandra Graziella Pereira da Silva; Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade</i>	
MUSEUS E MUSEOLOGIAS NO PLURAL: RESSONÂNCIAS ANCESTRAIS NA CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA (MUSEOLÓGICO) OUTRO	48
<i>Clovis Carvalho Britto</i>	
BIBLIOTECA PÚBLICA E INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE Á LUZ DAS LEIS DE RANGANTHAN	59
<i>Dayana Pereira de Alecrim; Thaís Lima Trindade</i>	
DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL NO ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN – ARGENTINA: IMPACTOS NO ENSINO E NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	73
<i>Giselli Frota de Souza Nascimento; Hellinton Staevie dos Santos</i>	

**ESTRATÉGIAS EFICAZES PARA TRANSFORMAR UMA BIBLIOTECA PÚBLICA
MAIS SUSTENTÁVEL** **81**

Virllaine da Silva Costa; Marcos Aparecido Rodrigues do Prado

**PRODUÇÃO ENQUANTO FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA: RELATO DE
INTERVENÇÃO** **92**

Eliezer Mendes Lopes; Evelin Melo Mentegui

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO MUSEU NA PANDEMIA DA COVID-19 A
EXPERIÊNCIA DO PROJETO "VISITA VIRTUAL 360º" DO MUSEU THÉO** **100**

Pollyana Cássia Gonzaga Ferreira; Guilhermina de Melo Terra

**DESENVOLVIMENTO DE JOGOS ELETRÔNICOS, INFORMAÇÃO E
BIBLIOTECONOMIA: INTERSEÇÕES E CENÁRIOS** **110**

Kethleen Ynara da Silva Cavalcante; Thaís Lima Trindade

**O PAPEL SOCIAL DOS ARQUIVOS NO CONTEXTO DAS AÇÕES DE ACESSO À
INFORMAÇÃO** **125**

Isabela Costa da Silva

**INCLUSÃO: UM ESTUDO DO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS** **139**

Ítalo Rodrigo Soares dos Santos; Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade

APRESENTAÇÃO

Os arquivos, as bibliotecas e os museus apresentam um importante papel na sociedade, perpassando a ideia de locais frios e distantes, repletos de papéis e coisas velhas, destinados, exclusivamente, a grupos sociais específicos, ditos como intelectuais.

Mais que nunca, tais organizações necessitam atuar, enquanto espaços mediadores da informação e do conhecimento, pois somente dessa forma, cumprirão o papel social destinado a elas. Afirma-se isso, pois, a partir do momento em que tais ambientes permitam o processo dialógico entre os discursos ofertados e os usuários/visitantes, os arquivos, as bibliotecas e os museus passarão a representar locais de comunicação e aprendizagem e, portanto, locais transformadores, haja vista que a transformação social só é possível, por meio da construção do conhecimento.

Com o objetivo de apresentar nossas reflexões acerca do papel social desses espaços informacionais, o Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (GRUPIC/UFAM), realizou entre os dias 23 a 26 de janeiro de 2024, a 2ª edição da JORNADA DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA (JABIM). Com o tema “Interculturalidade em Arquivos, Bibliotecas e Museus”, a JABIM 2024 visou promover discussões que fortalecessem, ainda mais, os laços entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, enquanto campos de atuação social, em prol do bem-estar social.

O produto da união entre profissionais, discentes e docentes dos três campos do saber corresponde a esta obra, a qual apresenta ricas reflexões e exemplificações de como os arquivos, as bibliotecas e os museus podem atuar como organizações voltadas para o meio em que são partes integrantes.

Uma boa leitura!
As Organizadoras.

A UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS COMO MEIO DE ACESSO NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Adriana Christiny Cavalcante de Macêdo

Kerolay Batista Trindade

Kethlen Anne Araújo Perdigão

Mikael Christian Coelho Matos

INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito constitucional assistido aos cidadãos, sendo estabelecido pela Lei n.º 12.527 de modo a evidenciar o acesso e limitar o sigilo. Ficando facultado ao profissional da informação¹ a responsabilidade pelo gerenciamento dos registros, é fundamental a existência dos profissionais nas instituições de informações evidenciando a elaboração de produtos que possibilitem a difusão do acesso, sobretudo em âmbito público.

O Centro de Documentação e Memória (CDM) da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas (IOA) é um setor vinculado à esfera pública, sendo estudado através da presente pesquisa a partir da elaboração de produtos inerentes ao CDM que possibilitem o acesso à informação.

Considerando que o CDM possui o dever e a responsabilidade de disponibilizar o acesso à informação, a pesquisa possui o escopo de apresentar os produtos gerados pelo setor, a saber: Catálogo de Autores Regionais do Acervo do Centro de Documentação e Memória e Guia para Pesquisa no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas, buscando ainda descrever os produtos a fim de disseminá-los como instrumentos de acesso à informação para auxiliar a sociedade no entendimento e a importância de exercer os seus direitos de maneira clarividente.

A pesquisa está subdividida em referencial teórico, o qual aborda a lei de acesso à informação, instituições e produtos de informação, sendo explanado ainda os

¹ Profissionais que registram, organizam, armazenam e recuperam a informação em diferentes suportes.

procedimentos metodológicos utilizados para obtenção dos dados da pesquisa, a apresentação dos resultados e análises dos dados coletados, as considerações finais e por fim, as referências.

ACESSO À INFORMAÇÃO

A informação propicia o pleno exercício da cidadania, considerando o seu acesso um direito fundamental disposto à sociedade através da Constituição Federal (1988), sendo este o pilar para o exercício dos demais direitos atribuídos - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O cidadão bem-informado tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. Por este e por outros motivos, o acesso à informação pública tem sido, cada vez mais, reconhecido como um direito em várias partes do mundo (Brasil, 2011, p. 8).

Os preceitos do acesso à informação estão contidos há mais de 30 anos dentro da Constituição Federal e demais legislações² significativas a promoção do tema ao longo dos anos. Ainda assim, foi somente sob a ótica da Lei n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011, comumente chamada de Lei de Acesso à Informação (LAI), que o protagonismo do acesso à informação foi passível de pauta por meio de um instrumento legislativo próprio.

A referida Lei surge através da necessidade da consolidação de políticas de transparência governamental no entendimento de que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público (Brasil, 2011; Cruz, 2022), ficando facultado ao Estado como detentor de informações públicas³ o dever de garantir o acesso de forma transparente, clara e objetiva.

Considerando que todas as informações produzidas ou sob a guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a toda sociedade, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas (Bandeira; Gonçalves; Azevedo, 2018)., fica facultado ao cidadão o direito de obter:

² Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991; Medida Provisória n.º 228, de 09 de dezembro de 2004; Decreto n.º 5.301, de 09 de dezembro de 2004; Lei n.º 11.111, de 05 de maio de 2005.

³ Informação produzida, recebida ou em poder da administração pública.

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores. (Brasil, 2011, cap. II, art. 7º).

Para que a informação correta, de fonte confiável, seja transferida ao cidadão no tempo e na forma que especifica a lei, fica facultado ao profissional da informação a responsabilidade pelo gerenciamento das informações de forma a “aplicar seus conhecimentos de especialista na administração dos fluxos de informação no ambiente institucional” (Mason, 1990, p. 122, tradução nossa).

Logo, a aplicabilidade da LAI fica a cargo do Estado, e, por consequência, o profissional da informação, que no correr das suas atividades laborais atua como agente facilitador para o acesso e detém do domínio de criar mecanismos que facilitem o acesso de acordo com as legislações vigentes.

INTRODUÇÃO AS INSTITUIÇÕES E PRODUTOS DE INFORMAÇÃO

As instituições de informação como bibliotecas, arquivos, centros de documentação e museus são disseminadores do conhecimento que contribuem para a educação, formação e informação da sociedade, além da preservação e salvaguarda de seus acervos.

Estas instituições, através da realização do processamento técnico da informação⁴ promovem a recuperação e o acesso por meio da oferta de produtos e serviços que atendam as demandas e as necessidades informacionais dos cidadãos.

A base da organização dos documentos está nas atividades de processos técnicos, isto é, a organização e tratamento do documento, com o intuito de disponibilizar, de modo que favoreça a eficiência e eficácia na recuperação da informação (Cavalcanti, 2018, p. 27).

A similaridade entre as atividades técnicas que ocorrem no acervo das instituições de informação não se iguala quanto às suas diretrizes de tratamentos e classificação. Neste contexto, o centro de documentação oportuniza difundir os acervos de arquivos, bibliotecas e museus em razão de abranger tipologias de acervo referente à mesma temática, mas apresentar diferenças na ordenação (Castro; Gastaud, 2017).

Assim sendo, “Os Centros de Documentação e Memória são setores ligados geralmente a instituições públicas que buscam preservar a memória desta, a partir da guarda de sua documentação e da produção de novos documentos históricos [...]” (Rodrigues; Saporetti, 2021, p. 3).

À vista disso, as instituições de informação têm o propósito de processar, preservar, disseminar e disponibilizar o acesso à informação de seus acervos, e o centro de documentação e memória, que é a junção das áreas pertencentes às instituições de informação, estabelece a conexão desses acervos através de produtos e serviços que garantem o acesso e a visibilidade.

A criação de produtos dentro do centro de documentação e memória funcionam como mediadores que dão acesso aos diversos acervos pertencentes àquele espaço, trazendo assim maior disponibilidade ao usuário. “[...] Além de serem instrumentos para disseminação de informação, os serviços e produtos em questão podem ser considerados como o resultado de todo o processo de gestão de informação” (Borges, 2007, p. 116)., sendo um meio utilizado para atender as demandas dos usuários de forma a viabilizar as atividades desempenhadas nas unidades (Silva; Paiva, 2021).

Os produtos elaborados pela unidade podem variar de acordo com o usuário, os acervos do local, os profissionais que ali atuam e o acesso que é disponibilizado

⁴ Atividades de coleta, tratamento e organização.

(Borges, 2007). Com vistas a fomentar o acesso à informação, os produtos podem conter variadas nomenclaturas, dependendo das áreas às quais estão relacionados, como inventário, índice, catálogo, guia etc.

O catálogo como é um produto de representação descritiva e fornece informações referenciais (Lourenço, 2018)., que possibilita acesso rápido à informação e pode ser representado tanto fisicamente quanto digitalmente, sendo disponibilizado para consulta na forma impressa ou on-line (sua forma mais usual).

Já o guia é um produto que serve como base para orientar os usuários e contém em seu escopo informações básicas sobre a instituição, a fim de orientar de forma clara e objetiva seus consulentes permitindo um mapeamento panorâmico do acervo (Lopez, 2002).

Os produtos destacados possuem alto teor autoinstrucional, podendo ser veiculados de modo rápido, fácil e prático, ações que se conectam ao propósito de possibilitar a orientação objetiva de seus usuários.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

A Imprensa Oficial do Estado do Amazonas (IOA) se apresenta como uma autarquia estadual, conforme previsto na Lei n.º 899 de 24 de novembro de 1969. Inserida na Administração Indireta do Poder Executivo, a instituição mantém uma vinculação direta com a Casa Civil do Estado.

Vinculado a IOA, o Centro de Documentação e Memória (CDM) estabelecido em 12 de agosto de 2020 através da Portaria nº 0063/2020-GDP/IOA desempenha um papel essencial, concentrando suas atividades na coordenação, planejamento, controle e execução de ações relacionadas ao Arquivo, Biblioteca, Mídias Digitais, Museu e Protocolo.

O CDM está diretamente vinculado à Diretoria de Gestão Financeira no organograma da Autarquia, segundo o regimento interno da Instituição⁵, possuindo em sua estrutura laboral duas profissionais arquivistas, uma bibliotecária, quatro servidoras públicas e dois estagiários.

⁵ Aprovado pelo Decreto nº 45.262, que regulamenta a estrutura organizacional, composição, competências e formas de funcionamento.

No âmbito de suas responsabilidades, o CDM resguarda obras de grande importância para a sociedade amazonense, ao mesmo tempo que administra o acesso aos diários oficiais físicos e digitais publicados, atuando em conformidade com a Lei n.º 12.527 de forma a contribuir para promover a transparência e garantir o acesso à informação.

No que se refere aos mecanismos utilizados pelo CDM para difusão do acesso, foi desenvolvido pelo setor dois produtos, objetos de estudo da presente pesquisa, que norteiam e facilitam o acesso à informação, sendo eles: Catálogo de Autores Regionais do Acervo do Centro de Documentação e Memória e Guia para Pesquisa no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas.

Desse modo, o Catálogo de Autores Regionais do Acervo do Centro de Documentação e Memória⁶ foi elaborado com a intenção de destacar os materiais bibliográficos custodiados pelo CDM dos talentosos escritores nascidos ou residentes no estado do Amazonas. Ao evidenciar esses autores, não apenas destacando o valor de seus trabalhos, mas também incentivando a produção cultural no Estado e fortalecendo a rica herança literária do Amazonas.

Este Catálogo abrange mais de 300 títulos de diversos gêneros como contos, poesias, biografias, romances, ficção, crenças, crônicas, ensaios e tributos. Vale destacar que o produto possui obras editadas e/ou impressas no parque gráfico da Imprensa Oficial.

Como meio de acesso, o mesmo encontra-se disponível em formato digital no site da Imprensa Oficial, podendo ser baixado em formato PDF ou realizado a consulta *in loco* no CDM. Para realização da consulta física, o usuário deve realizar o agendamento via e-mail e verificar disponibilidade de horário.

Em sua composição, o Catálogo está organizado de maneira alfabética por nome dos escritores e numeração sequencial, apresentando fotos das capas dos livros, resumos que oferecem uma prévia do conteúdo, bem como suas informações referenciais a fim de simplificar a sua representação descritiva.

⁶ <https://imprensaoficial.am.gov.br/ohs/data/docs/22/Catalogo-de-Obras-Versao-digital.pdf>

Outro produto elaborado pelo CDM, o Guia de Pesquisa no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas⁷ (DOE)⁸, tem como objetivo orientar os usuários na busca por atos oficiais publicados na plataforma.

Como forma de facilitar a busca no site do DOE, o Guia possui exemplos de casos fictícios para melhor manuseio durante as consultas. Nele, é indicado quatro métodos para realizar a consulta. A primeira alternativa é a "Pesquisa por Edição", onde o usuário insere a data do ato, incluindo dia, mês e ano.

No campo "Pesquisa por Palavras", a busca se realiza por meio de palavras-chaves, como nomes, sobrenomes, matrículas etc., além de informações como números de leis, decretos e portarias, entre outras combinações.

Em "Consulta por Período Específico", o usuário adiciona o período que deseja pesquisar, com "Data Inicial" e "Data Final", assim como em "Filtrar" no campo anterior. Para realizar pesquisas neste campo, é necessário utilizar simultaneamente a opção "Pesquisa por Palavras".

Na última opção de consulta mencionada no Guia, está o campo "Últimas edições", recomendado para os usuários que buscam acesso às publicações mais atuais. Os diários estão listados por número de edição e em ordem decrescente, e suas formas de visualização são *download*, PDF, acesso à versão HTML e no formato Jornal, oferecendo flexibilidade para atender às preferências individuais do usuário.

Dado os dois produtos apresentados, é evidente mencionar que estes são aplicados de acordo com a lei de acesso à informação e possuem mecanismos facilitadores para difusão aos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento ao escopo da pesquisa, identificou-se que o Centro de Documentação e Memória da Imprensa Oficial possui dois produtos que facilitam o acesso à informação a seus usuários. Deste modo, a presente pesquisa realizou a descrição dos produtos a fim de propiciar a difusão destes para a sociedade.

⁷ https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/theme/a_m/manuais/guia_para_pesquisa_doe_v1.pdf

⁸ Estabelecido pelo Decreto nº 42.994 como a plataforma virtual do Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas, que oferece acesso aos atos oficiais do estado, abrangendo edições desde 1956 até os dias atuais.

Os produtos apresentados constituem um design atual, estrutura de fácil compreensão e linguagem concernente ao seu usuário, tendo como ponto de acesso principal a rede mundial de computadores, o que facilita o acesso a qualquer pessoa, em qualquer hora e lugar, de forma totalmente gratuita. Estes são considerados valiosos para a sociedade pois o CDM é detentor de informações públicas e os cidadãos possuem o direito constitucional de acesso à informação.

Neste cenário, é importante ressaltar que o CDM possui profissionais da informação capacitados para a elaboração de produtos e de outras medidas técnicas que possibilitam o acesso à informação, o que viabiliza a importância da atuação profissional nas instituições de informação a fim de possibilitar a difusão do acesso à sociedade.

Por fim, dada a apresentação dos produtos gerados pelo CDM, a pesquisa tem a pretensão de fomentar novos estudos acerca do tema, possibilitando a prática do dever social dos profissionais da informação de modo a explorar os produtos e propiciar maior conhecimento destes por parte da sociedade.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Raquel Diniz; GONÇALVES, Eliane Silveira; AZEVEDO, Rodolfo Almeida. A importância da gestão de documentos para o acesso à informação no arquivo da Pró-reitora de administração do Instituto Federal do Amazonas-IFAM. **ÁGORA: Revista do Curso de Arquivologia da UFSC**, Florianópolis, v 28, n. 57, p. 293-313, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101421>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI <https://doi.org/10.11606/D.27.2010.tde-05112010-110124>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/pt-br.php>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BORGES, Mônica Erichsen Nassif. O essencial para a gestão de serviços e produtos de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 115-128, jul./dez., 2007. DOI: 10.20396/rdbci.v5i1.2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2007>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Acesso à informação pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263-282, maio/ago. 2017. DOI: 10.5965/1984723818372017263. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017263>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CAVALCANTI, Adriane de Paula Moreira. **Interconexões das práticas documentais entre a Biblioteconomia e Arquivologia.** 2018. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14860?locale=pt_BR. Acesso em: 27 nov. 2023.

CRUZ, Bruna Angélica Barbosa. Lei de acesso à informação como mecanismo de controle social sobre políticas públicas e combate à corrupção. **Cadernos Técnicos da CGU**, Brasília, DF, v. 2, p. 11-123, 7 abr. 2022. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/issue/view/40. Acesso em: 26 nov. 2023.

FLEISHER, Regina Maria Marine da Cunha. **Le Coadic, Yves Francois. A Ciência da Informação.** Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32939>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/titulo-da-obra/como-descrever-documentos-de-arquivo-elaboracao-de-instrumentos-de-pesquisa/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. **Processos e produtos de representação descritiva da informação.** Brasília, DF: Capes, UAB; Rio de Janeiro: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.bibead.ufrj.br/repbibead-verpdf.php?num=46&arquivo=Processos-e-produtos-de-Representacao-Descritiva-da-Informacao-LIVRO.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MASON, Richard O. What is an information professional?. **Journal of Education for Library and Information Science**, [S. /], v. 31, n. 2, p. 122-138, 1990. DOI: 10.2307/40323396. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40323396>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RODRIGUES, Andreia de Freitas; SAPORETTI, Carolina Martins. O arquivo e o centro de documentação e memória enquanto ferramentas para a preservação do patrimônio cultural: o Arquivo Central e o Centro de Conservação da Memória da UFJF e a cidade de Juiz de Fora. *In: ARQUIVO, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO EM CENÁRIOS HÍBRIDOS: ANAIS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS*, 8., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Eventus, 2021. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/bf38373c672146659dba.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da; PAIVA, Eliane Bezerra. Contribuições do estudo de usuários (as) para a construção de produtos e serviços arquivísticos: um estudo de caso. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v.31, n. 62, p. 01-20, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/997>. Acesso em 30 nov. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Christiny Cavalcante de Macêdo

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas

Kerolay Batista Trindade

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas

Kethlen Anne Araújo Perdigão

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas

Coordenadora do Centro de Documentação e Memória da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas (IOA), pesquisadora no Laboratório de Pesquisa em Política de Gestão de Documentos e Informação (PPGDI)

Mikael Christian Coelho Matos

Acadêmico do Curso de Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS PARA PROMOÇÃO DE CONTEÚDOS

Marcos Galindo Lima

Ana Ligia Feliciano dos Santos

Giane da Paz Ferreira Silva

Jaciane Freire Santana

Jonatan Cândido da Silva

INTRODUÇÃO

As bibliotecas universitárias utilizam as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégias para promover os serviços digitais com páginas web mais atrativas e acessíveis ao público. Todavia, uma parcela desse público não consegue ter acesso a todos os conteúdos, porque os serviços concebidos não foram pensados ou planejados para atender às pessoas com deficiência (PcD).

O direito de acesso a todos os bens e serviços que estão disponíveis para a sociedade em geral, com igualdade de oportunidade e condições está expresso no decreto nº 5.296/2004, ao considerar a acessibilidade condição imprescindível para utilizar, de forma segura e autônoma, todos os espaços, serviços e equipamentos urbanos, assim como transporte e sistemas informacionais, por PcD ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004).

Inúmeras são as variáveis que devem ser ponderadas pelas bibliotecas ao planejarem serviços de informação para PcD, considerando que a diversidade humana reverbera em habilidades diferentes. Quando se trata de acessibilidade na Web, a W3C Brasil a define como

[...] a possibilidade e a condição de alcance, percepção, entendimento e interação para a utilização, a participação e a contribuição, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, em sítios e serviços disponíveis na web, por qualquer indivíduo, independentemente de sua capacidade motora, visual, auditiva, intelectual, cultural ou social, a qualquer momento, em qualquer local e em qualquer ambiente físico ou computacional e a partir de qualquer dispositivo de acesso (W3C Brasil, 2013, p. 24).

Considerando o conceito de acessibilidade na atualidade como sendo o “desenho para todos”, isso engloba aspectos que perpassam tanto pelo mundo físico (analógico) quanto pelo mundo digital. Sendo assim, é imperativo que as bibliotecas promovam serviços de forma equitativa, justa e com qualidade, independentemente da condição física, motora ou intelectual dos usuários. Esse cenário traz como maior desafio para as bibliotecas, buscar meios para atender às necessidades de seus usuários, disponibilizando e fazendo uso de tecnologias assistivas como forma de promover o acesso à informação e aos serviços digitais.

Historicamente, ao se pensar em acessibilidade no ambiente de bibliotecas, diversos fatores eram considerados, envolvendo contextos que iam desde o projeto arquitetônico, formação de pessoal especializado a prestação de serviços on-line. Enveredando ao universo bibliotecário, sabe-se que não se trata apenas de compor equipes com domínio dos conhecimentos da área, mas sim, de formar profissionais que aprendam a pensar, a correlacionar teoria e prática, atendendo de modo criativo às demandas da sociedade. Desse modo, existe uma forte e complexa relação das pessoas com a tecnologia no que concerne ao seu uso cotidiano, pois, como afirma Amorim (2012), o uso generalizado além de possibilitar a transformação do meio ambiente natural e social, interfere também na cognição humana, na subjetividade e na formação da identidade.

Nesse contexto, é importante estar atento ao desenvolvimento de ações efetivas de inclusão visando tornar as bibliotecas ambientes acessíveis para todos. Assim, as bibliotecas devem permanentemente buscar novas estratégias para inserção e uso de recursos tecnológicos que se adaptem ao perfil dos usuários e promovam a acessibilidade, também, no ambiente digital.

A partir desse pressuposto, o desafio para as bibliotecas é buscar meios para atender às necessidades de seus usuários, disponibilizando e fazendo uso de tecnologias assistivas (TA) como forma de promover o acesso à informação. Faz-se necessário o desenvolvimento de ações efetivas de inclusão visando tornar as bibliotecas ambientes acessíveis para todos. Considerando que todas as pessoas com deficiência devem ter autonomia e equidade para acessar os conteúdos, surge a seguinte reflexão: Como como a biblioteca do Campus Vitória da UFPE está

implementando ações de acessibilidade em serviços informacionais orientados para Pessoas com Deficiência?

Nessa perspectiva, o estudo descreve uma experiência prática das ações de acessibilidade desenvolvidas na Biblioteca do Campus Vitória, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dessa forma, as condições de acessibilidade na Biblioteca do CAV são analisadas estabelecendo reflexões sobre as possibilidades de redefinição de serviços informacionais orientados para as PcD.

Ao garantir que seus espaços de leitura, bem como seus recursos e serviços sejam acessíveis a todos, as bibliotecas se transformam em ambientes inclusivos que promovem a interação de diferentes grupos sociais. Além disso, a disponibilidade de materiais em formatos acessíveis e a adaptação de espaços físicos para acomodar pessoas com diferentes necessidades contribuem tanto para um maior acesso à educação e cultura, quanto para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Dessa forma, a acessibilidade em bibliotecas se alinha diretamente aos princípios da interculturalidade, promovendo o enriquecimento mútuo dos sujeitos a partir do reconhecimento do "outro" e do diálogo constante.

Nesse cenário, a presente pesquisa busca contribuir para a discussão sobre práticas interculturais nas instituições de preservação, como arquivos e museus, como um elemento essencial para o diálogo e respeito entre culturas diversas. Assim, a convergência desses temas destaca a importância de considerar a acessibilidade não apenas como uma necessidade prática, mas como uma ferramenta essencial na construção de espaços culturais verdadeiramente interculturais.

Com o intuito de refletir sobre a atuação das bibliotecas como ambientes acessíveis para todos, bem como traçar o panorama da acessibilidade na biblioteca do campus Vitória, foi desenvolvida para este estudo uma Pesquisa-ação, também nomeada como pesquisa participativa, colaborativa, emancipatória, ensino-ação e pesquisa-ação contextual (Richardson, 2017). De acordo com Tripp (2005, p. 447) "pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática", em outras palavras, esse é um método de investigação que envolve o agir e a prática. Nesse sentido, a pesquisa passou pelas seguintes etapas: 1) Pesquisa bibliográfica, 2) Observação e descrição e 3) Análise.

A primeira etapa teve como objetivo formar a fundamentação teórica da pesquisa, quanto aos conceitos relacionados à acessibilidade, inclusão social e aplicação de tecnologias assistivas em bibliotecas. Já a segunda incluiu duas ações principais realizadas simultaneamente, a observação e a descrição, tanto da unidade na qual foi realizada a pesquisa e setor de acessibilidade da instituição, no tocante ao seu contexto e estrutura, quanto dos serviços realizados e recursos de acessibilidade implementados. Por fim, a análise envolveu a reflexão comparativa entre o conteúdo apreendido após a construção do referencial teórico e as ações de acessibilidade implementadas, bem como as considerações relativas a ações que ainda precisam ser incorporadas, dificuldades encontradas e desafios a serem superados.

Partindo dos pressupostos acima, ao utilizar a pesquisa-ação, propõe-se, com a implementação desse estudo, trazer um contributo para aprofundar o conhecimento na área das “bibliotecas universitárias acessíveis”. Do mesmo modo, espera-se traçar um panorama dos serviços digitais e ações de acessibilidade promovidas pela Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória quanto à adoção e uso de tecnologias assistivas.

BIBLIOTECA E ACESSIBILIDADE

Desde sua concepção inicial até alcançar a complexa estrutura contemporânea, a biblioteca continua atuando como um pilar de circulação social dos conhecimentos, constituindo-se em fator essencial para as redes de aprendizagem. Entretanto, é importante ressaltar que as bibliotecas são formas facilitadoras e mediadoras da informação sendo consideradas imprescindíveis para os indivíduos. Por isso, Guevara e Dib (2007, p. 11) já alertaram para o fato de que:

Na Sociedade da Informação, a informação é massificada, sem critérios e em grande volume, disponível quase sempre, porém somente para uma elite tecnológica, em vez de favorecer a inclusão, reforça a exclusão. Como um ciclo *ad infinitum*, o velho dilema da humanidade se repete, porque tanto a falta de alimento ou de informação como seu consumo desequilibrado e excessivo continuam a causar o desajuste e a paralisação dos sistemas.

O princípio norteador quando se pressupõe uma tríade entre educação, biblioteca e tecnologia, consiste na premissa de que a informação é um bem social e

sua aplicação pelos cidadãos ocorre em atividades sociais, culturais, educacionais, de lazer, bem como no uso das tecnologias como elementos de direitos à cidadania. Assim, as bibliotecas buscam fazer uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como verdadeiras aliadas no processo de interação com seus usuários.

No contexto atual da Sociedade da Informação e do Conhecimento, o uso de TA e a inclusão de PcD passaram a ser temas recorrentes, particularmente no que tange à sua relação com os processos de ensino e aprendizagem nos ambientes educativos, principalmente nas Instituições de Ensino Superior (Gomes 2011; Fialho; Silva, 2012; Diniz; Almeida; Furtado, 2015). No Brasil, as primeiras discussões sobre acessibilidade surgiram na década de 80, inicialmente nos movimentos organizados por pessoas com algum tipo de deficiência física. Atualmente, a Lei nº 13.146 de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é destinada a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, p. 1).

A TA consiste na disponibilização de produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015). Os recursos de TA são bastante amplos e colaboram para diminuir as dificuldades das pessoas com deficiência, possibilitando o acesso à informação, comunicação, interação, aprendizagem, lazer e ao trabalho.

Na perspectiva da acessibilidade física e ao projeto arquitetônico de bibliotecas, a legislação aponta os direcionamentos que devem ser seguidos, como o uso de rampas, elevadores, piso tátil, entre outros. Mas, quanto a qualificação e capacitação de pessoal, por exemplo, esses, sem dúvidas, são aspectos que devem ser considerados na prestação de serviços digitais para os usuários com deficiência.

Outro ponto que merece destaque, é que além da equipe de bibliotecários, é necessário pensar em profissionais com formação em escrita Braille, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Audiodescrição. Assim, para profissionais como audiodescritor, por exemplo, agregar conhecimentos sobre teatro, cinema, televisão e

museus são essenciais, bem como, a capacidade de descrever configurações bidimensionais estáticas presentes em livros, folders ou outros materiais (Lima, 2019).

Considerando que todas as pessoas devem ter a possibilidade e alcance para acessar os conteúdos disponíveis com autonomia, as bibliotecas devem aliar soluções digitais à qualidade e o rigor acadêmico dos conteúdos, visando permitir a pessoa com deficiência uma escolha de recursos que se adeque ao seu perfil, garantindo a acessibilidade no ambiente virtual.

A partir dessa concepção, é evidente a necessidade de ações efetivas para promover a inclusão. Assim, a biblioteca deve enveredar esforços para garantir o acesso à informação, contribuindo para que a pessoa com deficiência exerça seus direitos com cidadania, integração, respeito e, sobretudo, equidade.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE (NACE)

Na UFPE o Núcleo de Acessibilidade (NACE) foi criado em 2014, tendo por objetivo discutir, propor e implementar estratégias de ampliação da acessibilidade em toda a Universidade, incluindo uma coordenação em cada Campus. No Centro Acadêmico da Vitória (CAV), localizado no município de Vitória de Santo Antão, o NACE foi criado em novembro de 2015. O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CAV em torno da acessibilidade é pensado transversalmente, em todas as atividades, inserindo-se como um princípio, como um valor a ser perseguido e consolidado na formação acadêmica.

Buscando assegurar condições básicas quanto à mobilidade e utilização de seus equipamentos e instalações, o Centro toma como referência, a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2020).

O NACE passou por uma reestruturação em 2020, passando a ser vinculado ao Gabinete do Reitor. Atualmente denominada como Unidade Setorial de Acessibilidade (USA), do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE, o setor vincula-se ao Núcleo de Acessibilidade da instituição, e visa apoiar e promover a acessibilidade a estudantes e servidores com diversas necessidades, incluindo deficiência auditiva, visual, física,

intelectual ou múltipla, assim como transtornos específicos como TEA, dislexia, TDAH, entre outros (UFPE, 2023).

A USA atualmente funciona nas dependências da Biblioteca e tem no corpo de servidores um tradutor e intérprete de Libras, que atua em todas as atividades referentes à acessibilidade comunicacional. A unidade disponibiliza recursos de TA como instrumentos no processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiências, transtornos ou limitações temporárias ou permanentes. Conta, ainda, com alunos apoiadores que orientam na utilização do Computador com software leitor; Computador Interativo; Impressora Braille; Lupa eletrônica; Scanner de Voz; Livros em Braille e *audiobook*, além de cadeiras de rodas motorizadas e comuns.

A Biblioteca do CAV (BIBCAV) é uma das unidades setoriais integrante do Sistema de Bibliotecas da UFPE. Criada em 2006, no contexto da interiorização do ensino superior, tem como missão promover o acesso, a disseminação e o uso da informação em seus diferentes suportes visando contribuir para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão na UFPE. Como instituição pública, é voltada para a prestação de serviços à sociedade, tem como valores a busca pela ética e responsabilidade como agente público; capacidade de articulação e integração; excelência na gestão; informação como fonte para o conhecimento; transparência e responsabilidade social. Aberta ao público de forma ininterrupta, a Biblioteca Setorial do CAV funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, com acesso livre ao acervo, disponibilizando uma coleção de quase 40 mil exemplares incluindo títulos nacionais e internacionais para os cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Educação, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e áreas afins.

Com uma estrutura moderna, a biblioteca está localizada no prédio administrativo do CAV, ocupando uma área física de aproximadamente 528 m², distribuída em dois pavimentos. No que diz respeito à acessibilidade, disponibiliza espaço exclusivo e/ou preferencial para pessoas com necessidades educativas específicas, inclusive com equipamentos específicos para esse fim. Além disso, conta com rampa de acesso, piso tátil, elevador, cadeiras de rodas, acervo em Braille e *audiobooks* da Fundação Dorina Nowill e Instituto Benjamim Constant, além de Cartilha em Braille dos serviços da Biblioteca.

Além da acessibilidade física, a BIBCAV vem desenvolvendo ações para apoio e fortalecimento da prestação de serviços informacionais à comunidade acadêmica. Como principais serviços digitais prestados pela biblioteca destacam-se: orientação à Pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, disponibilização do catálogo on-line, disseminação seletiva da informação, serviço de referência digital, publicação de informativo eletrônico da biblioteca, criação e publicação de vídeos informativos no Canal do Youtube, além da publicação e atualização da página *Web* da biblioteca.

A Pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES que consiste na orientação para o acesso ao texto completo das publicações científicas nacionais e estrangeiras disponíveis no portal da CAPES. O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Criado em 2002, foi concebido com o objetivo de democratizar o acesso à informação no país, reduzindo os desnivelamentos regionais.

O catálogo on-line da biblioteca acessível ao público desde o ano 2000, utilizando o Sistema Pergamum como software gerenciador de bibliotecas. O Pergamum permite ao usuário a renovação e reserva de livros via internet, além da consulta ao catálogo de todo o acervo da Biblioteca do CAV e das demais unidades que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPE.

A Disseminação seletiva da informação (DSI), serviço de informação sobre as novas aquisições recebidas, através de boletins de alerta eletrônicos, oferecido por mala direta a todos os professores, servidores e alunos do CAV/UFPE. Para este serviço, foram criadas plataformas para estabelecer o serviço de referência em ambiente digital. O Serviço de referência na era digital traz na essência os mesmos preceitos do serviço presencial, porém, integra a possibilidade de servir como portal para outras fontes de informação atraindo um maior número de usuários e auxiliando na recuperação da informação em menor tempo.

O Trilhar & Compartilhar é um informativo eletrônico publicado pela Biblioteca do CAV, com o objetivo de compartilhar as ações desenvolvidas pela biblioteca junto à Comunidade acadêmica. O informativo foi lançado em 12 de março de 2019, por ocasião do Dia do Bibliotecário e já se encontra na sua trigésima terceira edição¹.

¹ Disponível em <https://www.ufpe.br/bibcav/tec>

O Canal no *Youtube* e a página *Web* da Biblioteca são serviços digitais desenvolvidos pela equipe da biblioteca para mantê-la conectada com a comunidade. O uso dessas ferramentas pela biblioteca surgiu da necessidade de estabelecer um canal de comunicação direto com a sociedade. Na página *Web* da biblioteca do CAV é possível encontrar todas as informações relacionadas aos serviços, contatos e projetos desenvolvidos pela unidade. Enquanto no canal no *Youtube* são disponibilizados vídeos com informações e dicas sobre como fazer e organizar o TCC, campanhas de preservação do acervo, tutoriais de como utilizar os serviços e os portais. No entanto, atualmente, a equipe, além de produzir os conteúdos, busca vencer seu maior desafio que é promover acessibilidade aos conteúdos digitais. Dessa maneira, elaborar conteúdos digitais é uma das experiências no uso de práticas mediadas pela tecnologia na Biblioteca.

Assim, a disponibilização de conteúdos digitais, como vídeos de orientação para pesquisa bibliográfica e elaboração de trabalhos acadêmicos, são exemplos de utilização da tecnologia como aliada na sala de aula. A criação dos conteúdos na *Web* é sempre baseada nas necessidades expressas pelos estudantes durante os treinamentos ministrados pela biblioteca. Observa-se que essa realidade tem contribuído para facilitar a compreensão e o esclarecimento de dúvidas quanto aos respectivos conteúdos ministrados nas disciplinas, bem como, para interagir com o público em geral.

Neste sentido, dados estatísticos demonstram que a disponibilização dos mais de trinta vídeos institucionais no Canal no *Youtube* já alcançou um universo de 1.037 inscritos, 42 vídeos inseridos e quase 400 mil visualizações² (Produção..., 2021).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem utilizar recursos de TA, incluindo subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Libras e audiodescrição. Assim sendo, a BIBCAV compreende que é necessária a promoção permanente de acessibilidade aos conteúdos digitais produzidos no seu Canal no Youtube e na página web, e preza pela legendagem de seus vídeos mantidos no canal.

Algumas intervenções para promover melhorias na acessibilidade iniciam-se com a sensibilização dos atores envolvidos no processo de construção e

² Disponível em www.youtube.com/c/BIBCAV

desenvolvimento dos conteúdos digitais. As ações devem se estender para o fortalecimento das parcerias com as instituições externas de apoio a PcD, a exemplo da Fundação Dorina Nowill e Instituto Benjamin Constant, pois além de divulgar as coleções de *audiobooks* e documentos em Braille doados por estas instituições, é necessário manter as coleções permanentemente atualizadas.

No tocante às parcerias internas, cabe destacar as iniciativas com a USA para promover cursos de Libras e ampliar ações de acessibilidade visando a tradução dos vídeos da biblioteca para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Outra ação de impacto é a disponibilização da cartilha com texto em Braille intitulada “Conheça a Biblioteca Setorial do CAV”, que foi elaborada pela Biblioteca conjuntamente com a USA. No momento, também está sendo elaborado em parceria com a equipe de segurança do trabalho do CAV, elaborando o mapa de risco da biblioteca sinalizado em Braille.

No que compreende os serviços para pessoas surdas, ressalta-se que os vídeos devem ser elaborados com a inclusão de tradução em Libras. Porém, quando se trata de barreiras físicas, por exemplo, é de extrema importância considerar elementos que as minimizem, ou seja, no acesso à internet, o navegador não deve abrir várias janelas simultâneas, as funções não devem requerer o uso de teclados e o tamanho dos elementos deve ser considerado.

Quando os serviços forem direcionados para pessoas cegas, é importante observar se os vídeos são curtos e se possuem áudio, se há audiodescrição das imagens e se possuem texto alternativo, bem como verificar se os frames têm nomes e informações textuais.

Quando se tratar de pessoas com baixa visão, o aumento do tamanho das fontes deve estar contemplado, bem como melhorar a navegação com a tela ampliada, aumentar o tamanho na fonte dos textos, evitar cores e contrastes e não destacar textos apenas com cor. Mas, será necessário ainda, adequar o contraste e verificar se há interação com os leitores de tela.

Complementando, a biblioteca deve utilizar aplicativos que promovam a acessibilidade, como aplicativos para celular e as ferramentas do Windows, para alunos com baixa visão ou cegos. Existem ainda os ampliadores de tela, os aplicativos para auxiliar deficientes visuais e ampliar a tela. O @voice lê em voz alta, utilizado para auxiliar deficientes visuais de leitor de textos. Ou ainda, o *Advplayer* que auxilia

deficientes visuais com áudio descrição de imagens e vídeos e o *Hand talk*, tradutor para libras desenvolvido para auxiliar alunos surdos, traduzindo o áudio em LIBRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a informação como bem social, o uso das TIC como aliadas no processo de interação entre bibliotecas e seus usuários contribui para ampliar o acesso à informação e, conseqüentemente, o exercício da cidadania. Considerando o panorama apresentado, vislumbra-se um leque de possibilidades de utilização da TA nas bibliotecas universitárias, tornando-as acessíveis e promovendo a inclusão da PcD.

Os resultados apontam que as bibliotecas universitárias inclusivas, devem continuamente enveredar esforços para garantir a usabilidade da informação e contribuir para que a PcD exerça seus direitos com cidadania, integração, respeito e, sobretudo, equidade no ambiente universitário. Na prática, observa-se que muitas questões ainda precisam ser solucionadas, pois é necessário que as bibliotecas contem com uma infraestrutura mínima, com recursos humanos qualificados, incluindo suportes informacionais, TA e equipamentos adequados para que usuários com necessidades especiais possam, efetivamente, ter acesso à informação.

Nesse sentido, entende-se que a acessibilidade deve ser compreendida a partir de fundamentos político-conceituais que devem se materializar em um conjunto de ações e programas, legitimando as bibliotecas como espaço de acesso à informação de qualidade e equidade para todos. Contudo, entende-se que as ações referentes às questões da acessibilidade em bibliotecas devem refletir a aplicabilidade das legislações vigentes, considerando a importância do “desenho para todos”, numa atitude de respeito e atendimento às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. L. C. **Estilos de interação Web de navegação e ajuda contextual para usuários surdos em plataformas de gestão da aprendizagem**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Pernambuco, Ciência da Computação, 2012.

BRASIL. **Decreto no. 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 nov. 2021.

DINIZ, I.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. Tecnologias assistivas nas bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ações e estratégias. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 24., 2015, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: FEBAB, 2015. p. 1-4.

FIALHO, J.; SILVA, D. O. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, p. 153-168, 2012.

GOMES, G. F. **Acessibilidade e inclusão:** um estudo da biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GUEVARA, A. J. H.; DIB, V. C. **Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência:** princípios, práticas e paradoxos. São Paulo: Saraiva, 2007.

LIMA, F. J. Tecnologia assistiva na biblioteca universitária. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UFBA, 2018.

PRODUÇÃO de conteúdo em ambiente digital: o uso do Canal no Youtube. **Trilhar & Compartilhar**, Vitória de Santo Antão, n. 4, p. 1, jul. 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa-ação. *In*: RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 4. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2017. Cap. 18, p. 329-348.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Unidade Setorial de Acessibilidade – CAV.** [Vitória de Santo Antão]: Centro Acadêmico da Vitória, c2023. Disponível em: <https://ufpe.br/acessibiliddecav/sobre> . Acesso em: 1 dez. 2023.

W3C BRASIL. **Cartilha de Acessibilidade na Web do W3C Brasil:** Fascículo I - Introdução. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-webfasciculo-I.html> . Acesso em: 13 nov. 2021.

SOBRE OS AUTORES

Marcos Galindo Lima

Doutor em História

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Ana Ligia Feliciano dos Santos

Mestre em Ciência da Informação

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giane da Paz Ferreira Silva

Mestre em Ciência da Informação

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Jaciane Freire Santana

Mestre em Ciência da Informação

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Jonatan Cândido da Silva

Mestre em Ciência da Informação

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

DIFUSÃO DOS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS DO ESTADO DO AMAZONAS PELO ARQUIVO NACIONAL

Luciana Oliveira dos Santos

Nilton Gabriel Freitas Duarte

INTRODUÇÃO

O Arquivo Nacional (AN) do Brasil, enquanto maior autoridade arquivística do país e órgão integrante da Administração Pública federal, serve de modelo para o cenário arquivístico nacional, sendo assim, analisar como esse órgão procede em relação à difusão de seu acervo por meio das plataformas digitais, possibilita discutir os meios utilizados para o desenvolvimento das políticas de difusão bem como torná-las aplicáveis em outras instituições custodiadoras.

Vale pontuar que é por meio da difusão que ocorre a aproximação das instituições arquivísticas com a sociedade, garantindo o direito de acesso e uso da informação que fazem parte do patrimônio do nosso país.

De acordo com Martendal e Silva (2020), a difusão corresponde a função da Arquivologia que se relaciona à divulgação dos acervos e serviços de informação intermediada por arquivistas e é identificada por seu caráter inclusivo, ao reunir os usuários da informação (potenciais e frequentes) a capitais informacionais.

O Arquivo Nacional tem prestado serviços de difusão para além dos instrumentos de pesquisas formais presentes em suas salas de consultas e no site institucional. A utilização de redes sociais é um projeto do AN, sob competência da Coordenação-Geral de Acesso e Difusão (COACE), que gerencia as redes e os projetos de divulgação de acervos e exposições.

A utilização dos documentos de gêneros iconográficos e cartográficos, a qual as fotografias e mapas fazem parte respectivamente, tem sido uma estratégia de

demonstrar à sociedade brasileira a quantidade de registros e informações presentes nos acervos documentais da instituição.

Para Manini (1997, p.125), a fotografia como registro e documento de arquivo tem como principal característica “ser uma reportagem visual de caráter especialmente – mas não exclusivamente – social, funcional, muitas vezes, como um testemunho histórico da ocorrência de fatos”.

A fotografia como arquivo deve, essencialmente, trazer informações sobre o conteúdo em si das imagens, retratando fatos, existência de pessoas e eventos, além de retratar imgeticamente objetos e lugares; e inserir tais conteúdos informando sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, organizada segundo um agrupamento sistemático, mantendo a organicidade do fundo a que pertence.

Por outro lado, os instrumentos de pesquisa, de acordo com Bellotto (2008, p. 180) “são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

Logo, os álbuns apresentados nas redes sociais Flickr e Pinterest do AN, são recortes de diversos fundos pertencentes ao acervo custodiado pela instituição, organizados por temas ou assuntos. Utilizados para atrair o interesse do público e auxiliar na sua divulgação, e não necessariamente correspondem aos mesmos fundos documentais.

Destaca-se o álbum “Amazonas”, que reúne diversas fotografias e mapas de localidades do Estado e da sua capital, Manaus, como o Teatro Amazonas, o Palácio Clóvis Beviláqua (Palácio da Justiça), a Praça 15 de Novembro, dentre outros.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo observar os trabalhos e ações de difusão do AN por meio das redes sociais Flickr e Pinterest, mais especificamente os documentos fotográficos e cartográficos referentes ao Estado do Amazonas, assim como compreender a forma de descrição destes documentos visando manter o contexto arquivístico de sua produção, e refletir sobre os impactos deste trabalho na preservação e memória de documentos do Amazonas.

ANÁLISE REDES SOCIAIS DO AN, FLICKR E PINTEREST

Foram escolhidas duas entre as demais redes sociais do AN, *Flickr e Pinterest*, para serem analisadas, devido a quantidade significativa de registros presentes nestas redes e por demonstrar dados quantitativos dos usuários e visualizações em seus respectivos perfis. Foi identificado que ambas possuem álbuns relacionados ao Estado do Amazonas, havendo vídeos, fotos e mapas. Para a pesquisa, a busca foi pelo álbum “Amazonas”, presentes em cada rede, para averiguar as imagens presentes e dados relacionados ao número de inscritos do perfil, registros fotográficos existentes no álbum, visualização, *tags* e geotags.

Da mesma forma, foi feito o levantamento individual de cada publicação verificando se havia descrição, quantidade de visualização, favoritos, comentários, *tags* e geotags (localização) e principalmente se dispunha de informações sobre o fundo do qual o material havia sido disponibilizado ali, por meio do código, de acordo com as recomendações da NOBRADE - Norma brasileira de descrição arquivística (Conselho Nacional de Arquivos, 2006), possibilitando a recuperação do contexto arquivístico e mais documentos relacionados ao material.

O Arquivo Nacional possui diversas redes sociais que possibilitam integralização da instituição com a sociedade, dentre eles, *Youtube, TikTok, Facebook, Instagram, Flickr, Pinterest*, entre outros; dos quais destacamos as plataformas mais expositivas em relação a fotografias, selecionados para essa métrica, os já citados anteriormente (Flickr e Pinterest).

O Flickr é uma plataforma de hospedagem e uma rede social de compartilhamento de fotografias, criado em 2004 e que detém uma aparência mais voltada para a exposição das fotografias em formato de exposição, com descritores que possibilitam um maior alcance das fotos, em questão de pesquisa e organização das fotos no perfil. O Pinterest é uma outra plataforma de hospedagem e rede social que funciona de forma parecida ao Flickr, porém mais focada na veiculação desses conteúdos dentro da plataforma, como descrito na própria página de informações sobre o site, “uma plataforma de descoberta visual para encontrar ideias”.

Inicialmente identificou-se que o perfil do AN no Flickr possui mais de 7,7 milhões de visualizações e 921 inscritos, contendo 3794 fotografias, divididas em 95 álbuns.

Um desses álbuns é sobre o Amazonas, que possui 28 fotografias e 4 mapas relacionados ao Amazonas. Já no Pinterest, o perfil do Arquivo Nacional possui 9,6 mil inscritos, 534,1 mil visualizações mensais de média, 4473 fotografias e 66 álbuns. O perfil possui *tags* que indicam assuntos relacionados ao documento. A *tag* Amazonas indica 5 fotografias e 1 vídeo relacionados a lugares e espaços do Estado.

Ao interagir com a plataforma, o usuário, ao visualizar as fotografias, recebe o contexto de produção do registro, principalmente o fundo a qual pertence. As fotografias e mapas do álbum “Amazonas” estão agrupadas por mostrarem imagens sobre o Estado. Contudo, evidenciam que elas pertencem a fundos distintos, em que a informação sobre o porquê e a função pela qual esse registro foi criado só serão contemplados ao entender a proveniência desses registros, compreender a história do produtor.

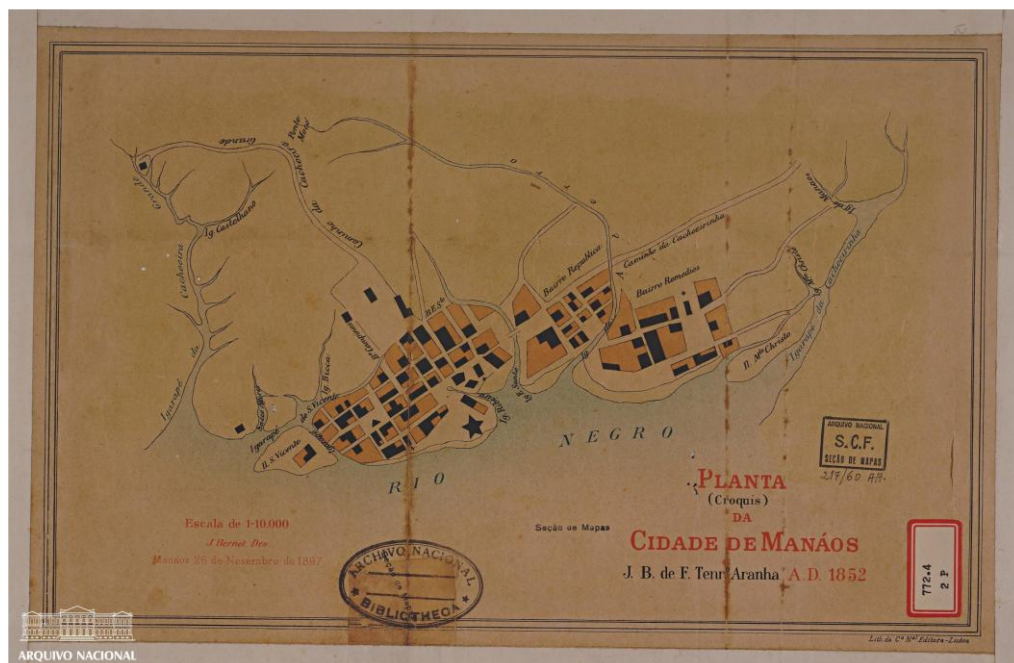
Na análise dos perfis das referidas redes, há uma gama de informações sobre as variáveis de visualização das fotografias do álbum “Amazonas”, é possível perceber que os Conteúdos que possuem maiores quantidades de visualizações são as relativas ao Teatro Amazonas (8.478 Visualizações) e Mapa da cidade de Manaus (8.261 Visualizações), estando elas retratadas, respectivamente abaixo.

Figura 1 - Teatro Amazonas, janeiro de 1975



Fonte: Flickr (2023).

Figura 2 - Mapa da cidade de Manaus



Fonte: Flickr (2023).

Cabe ressaltar ainda que um dos motivos que possibilitam essas duas imagens se sobressair em visualizações em detrimento das demais é que as mesmas estão presentes em mais uma pasta dentro do ordenamento do perfil, estando a fotografia do Teatro Amazonas inserida também nas pastas denominadas "Teatro" e "Arquitetura"; o Mapa da cidade de Manaus inserida na pasta "Mapas", o que possibilita assim um maior alcance destas imagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar os documentos fotográficos e cartográficos sobre o Amazonas presentes nos fundos documentais do Arquivo Nacional e divulgados pelas redes sociais da instituição. Compreendeu-se que o objetivo da divulgação consistia em difundir acervos, que antes só poderiam ser observados e pesquisados presencialmente, de maneira abrangente pela internet, atingindo público variado de usuários. O trabalho de descrição de cada uma das fotografias e mapas possibilitou ao usuário a compreensão do contexto da produção destes registros e suas correlações com seus respectivos fundos documentais.

O trabalho do Arquivo Nacional possibilita aos pesquisadores interessados na história do Amazonas um maior contato com imagens e informações antes restritas nas salas de consulta da instituição. Contribui para a memória e preservação da informação na região, além de esclarecer os contextos originais e funções dos registros identificados pela descrição arquivística realizada.

Pretende-se futuramente analisar os impactos dessas redes sociais no aumento ou não do interesse em pesquisa, utilizando o acervo de fotografias e mapas do Arquivo Nacional que fazem parte das ações realizadas pelo COACE, por meio da Divisão de Difusão (Didif), além de compreender as estratégias da coordenação quanto às políticas relacionadas à difusão dos documentos arquivísticos do AN e verificar a efetividade dessas estratégias e se as mesmas agregam quanto ao reconhecimento da instituição pela sociedade .

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Arquivo Nacional, c.2023.Disponível em:
<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes:** tratamento de documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em:
<https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

FLICKR. Disponível em: www.flickr.com. Acesso em: 20 dez. 2010.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. *In*: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. (org.). **Gestão em Arquivologia:** abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008, p. 119-183.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite. Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, p. 256-279, 2020.

PINTEREST. Disponível em: <https://br.pinterest.com> . Acesso em: 20 dez. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Luciana Oliveira dos Santos

Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Nilton Gabriel Freitas Duarte

Graduando em Arquivologia
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O TIK TOK: UMA ANÁLISE NO ENGAJAMENTO DOS PERFIS

Isabela dos Santos Moreira

Leandra Graziella Pereira da Silva

Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade

INTRODUÇÃO

As bibliotecas estão presentes na sociedade para atender a todos os tipos de usuários. De acordo com Ribeiro (2008, p. 23) a biblioteca deve disponibilizar “informações gerais sobre diversos assuntos de interesse de seus usuários e de sua comunidade, desenvolvendo seus serviços, tendo em vista a igualdade de acesso para todos”.

Os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, o uso das mídias sociais levou a sociedade a buscar uma informação mais rápida. Demandando assim que a biblioteca reveja as suas funções e papéis. De modo, que possa permanecer ativa na promoção, divulgação e disseminação de seus serviços e produtos.

O uso das mídias sociais tem sido cada vez mais amplo nas diversas faixas etárias, sobretudo com os mais jovens. Berens e Noorda (2023) destacam dados de que a geração Z e Y (com idades entre 13 e 40 anos em 2022) 92% acessam as redes sociais todos os dias e destes 25% verificam as redes sociais várias vezes por hora. Ainda, de acordo com o portal de estudos e estatísticas a rede *TikTok* é a 4ª mais utilizada no mundo, possuindo mais de um bilhão de usuários (Beling, 2023). Por este motivo é de grande importância que as bibliotecas se mantenham com presença ativa nessas mídias para atingir o maior número possível de jovens.

Especificamente, neste trabalho será abordado sobre a biblioteca pública e o uso de mídias sociais, por compreender que o uso de tais ferramentas possibilita que as bibliotecas possam alcançar um número de usuários maior, independentemente da localização geográfica e o horário. Sendo está uma ferramenta que deixa guardado informações que podem ser recuperadas a qualquer momento.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar o engajamento dos perfis de quatro bibliotecas públicas no *TikTok*. A coleta dos dados deste estudo ocorreu durante o mês de setembro de 2023, e visou analisar o engajamento de quatro perfis de bibliotecas públicas no *TikTok*. A pesquisa limitou-se a perfis de bibliotecas públicas atuantes no *TikTok* no ano de 2023. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa na aba de pesquisas do aplicativo *TikTok* utilizando o termo "biblioteca pública", e foi selecionado buscar por perfis, resultando em 26 perfis identificados. Dentre esses, 5 perfis foram excluídos da análise por apresentarem zero seguidores e nenhuma postagem. Posteriormente, foi constituída uma amostra intencional sendo selecionado 4 perfis representativos, por serem os que mais possuem publicações recentes e para que pudéssemos analisar sem excluir possíveis novas tendências do *TikTok*, foram selecionadas quatro bibliotecas, sendo duas brasileiras e duas internacionais. As duas brasileiras são: a Biblioteca Pública de Ceilândia, localizada em Brasília e a Biblioteca Pública do Paraná. As internacionais são: Sierra Madre Public Library, localizada nos EUA, e Vancouver Public Library, localizado no Canadá.

Foram coletados dados quantitativos, como o número de seguidores, número de pessoas que estão sendo seguidas pelos perfis, quantidade de posts e análise das datas do último e primeiro post. Além disso, utilizou-se o filtro disponível no *feed* de publicações do *TikTok* para ordenar as postagens, priorizando as mais populares. Foi feita uma análise da postagem mais popular em cada perfil selecionado, considerando o número de curtidas, salvamentos e compartilhamentos pelo *WhatsApp*.

Esta metodologia permitiu obter uma visão abrangente e comparativa dos perfis das bibliotecas públicas no *TikTok*, focando no engajamento e alcance de suas publicações populares. Os dados coletados forneceram percepções valiosas sobre a eficácia dessas bibliotecas ao utilizar a plataforma para alcançar o público e promover a leitura e a cultura de maneira inovadora.

Ressalta-se que, a escolha desta temática é de grande relevância para a biblioteconomia, pois traz uma nova visão da biblioteca pública com a sociedade e da importância de sua presença ativa nas mídias sociais. Neste estudo, analisaremos os perfis das quatro bibliotecas, focando em como é a sua publicação, interação e feedback recebidos dentro da plataforma.

BIBLIOTECA PÚBLICA E O USO DE MÍDIAS SOCIAIS

A história das bibliotecas é marcada por revoluções e avanços ocorridos na sociedade. O que levou as bibliotecas a se modificarem e adquirirem novas características. Saindo do modelo de Alexandria, que apenas acumulava itens, para o modelo que usamos atualmente.

De acordo com Martins (1996) os primeiros registros que se tem de bibliotecas públicas são de Atenas, na Antiguidades, seguido de Roma no ano de 39 d.C. Após a revolução industrial é que passamos a ter as primeiras bibliotecas públicas como as que conhecemos hoje, com o acesso público. As antigas bibliotecas eram espaços apenas para reter a informação e pouquíssimas pessoas poderiam ter acesso a elas, felizmente, isso ficou para trás e hoje ela é um ambiente que guarda, recupera e dissemina a informação.

Da mesma forma que a biblioteca aderiu a uma transformação no decorrer da história, ela também precisa se adaptar novamente, junto com as mídias sociais. Ou seja, utilizar plataformas de redes sociais, podendo atingir o público externo e a população mais jovem. Não apenas usar as mídias sociais, mas também realizar estratégias para manter um engajamento dentro dos espaços digitais (Fonseca; Fonseca, 2022) pois, nesses espaços existem diversos conteúdos e informações, por isto, é necessário buscar meios de se destacar e manter essa atenção.

Conforme aponta Santos Neto e Barros (2022) as bibliotecas tiveram um espaço de tempo mais longo, para aderir às redes sociais, em comparação aos seus usuários. Tanto por ser uma tecnologia mais nova, desconhecida, quanto pela burocracia de se cadastrar nesses perfis como uma instituição. No entanto, foi notória a sua necessidade de ter uma presença mais ativa e contínua dentro das mídias sociais. Pois, deste modo é possível ter um alcance maior de usuários e a própria rede social, já se torna um meio de compartilhamento para todas as faixas etárias.

Os autores Fonseca e Fonseca (2023), compreendem que as bibliotecas precisam atingir o público externo, aderindo a uma ferramenta estratégica de inovação. Berens e Noorda (2023, p. 10) em seu relatório destacam que "[...] (34%) das pessoas da Geração Z descobrem livros com base em recomendações de influenciadores (*TikTokers, Instagrammers, blogueiros, streamers* do *Discord* e assim

por diante)”. A pesquisa ressalta ainda que 23% dessa geração preferem a rede *TikTok*.

De acordo com Fonseca e Fonseca (2022, p. 22) o *TikTok*,

Trata-se de uma rede social de vídeos curtos para uso em smartphones, estando disponível nos sistemas operacionais Android (Google) e iOS (Apple). [...] podem ser publicados em um feed (área de conteúdo) pelo usuário da plataforma.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental que as bibliotecas públicas reúnam esforços para trazer conteúdo digital para a sua comunidade. Contudo, não se deve apenas criar perfis, mas é preciso manter um relacionamento ativo com os seus usuários. Araújo (2015, p. 73) aborda sobre a importância do marketing digital e a construção dessa relação entre conteúdo e usuário. E ressalta que,

Estar online e com conteúdo constantemente atualizado não é suficiente para o bom desempenho nos ambientes digitais. Uma vez que a web 2.0 vai propiciar possibilidades de interação com o conteúdo, com espaços de participação e colaboração, é necessário manter uma atuação atenta e responsiva.

Baseado nos autores Araújo (2015) e Fonseca e Fonseca (2022) o engajamento é uma métrica da qualidade, pois indica uma “reação” do usuário referente a uma publicação ou postagem, ou seja, é a contabilização da interação do público com o conteúdo postado, isto através das curtidas, compartilhamentos e comentários.

Assim, publicações como as de Fonseca e Fonseca (2023) propõem estratégias para ajudar no engajamento das bibliotecas na rede social *TikTok* e Fonseca e Fonseca (2022) focam na análise do posicionamento digital de algumas bibliotecas na rede social *TikTok* e observam como essa plataforma pode ser uma estratégia de inovação em serviços na perspectiva das novas tendências de consumo da informação.

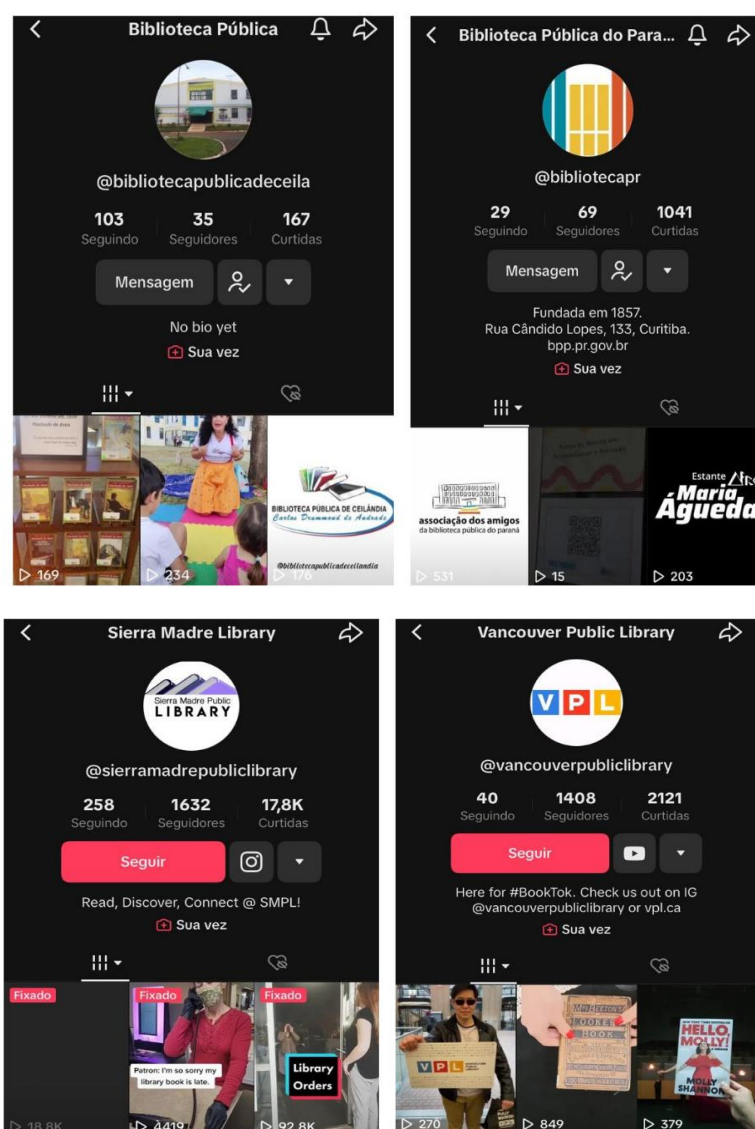
Portanto, este estudo vai analisar como é o engajamento dos perfis de *TikTok* das bibliotecas selecionadas como amostra, de acordo com as interações diferentes das publicações.

ANÁLISE DE ENGAJAMENTO E PADRÕES DE POSTAGEM

Essa seção revela padrões na frequência de postagens e no envolvimento do público das bibliotecas públicas no *TikTok*. A análise do post mais popular de cada perfil destaca estratégias distintas, desde mensagens motivacionais até memes. Esses achados, relacionados à citação dos autores, contribuem para entender o papel do *TikTok* nas bibliotecas públicas.

Foram analisados o engajamento dos perfis: @bibliotecapublicadeceila, @bibliotecapr, @sierramadrepUBLIClibrary, @vancouverpubliclibrary.

Figura 1: Prints dos Perfis das Bibliotecas Públicas no Aplicativo *TikTok*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A análise dos dados apresentados nas imagens revela informações interessantes sobre o desempenho das bibliotecas públicas no *TikTok*, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Primeiramente, ao analisar a frequência de postagens, é possível observar que a Biblioteca de Ceilândia fez 27 publicações em um período de aproximadamente 8 meses desde sua primeira postagem. Em contraste, a Biblioteca do Paraná, que está no *TikTok* há cerca de um ano, fez 26 postagens. *Sierra Madre Public Library*, no *TikTok* há 2 anos e 4 meses, fez 152 postagens, enquanto a Biblioteca de Vancouver, presente na plataforma por 1 ano e 4 meses, fez 54 postagens. Essa comparação destaca a regularidade das postagens de cada biblioteca.

Ao relacionar o número de seguidores, curtidas e visualizações com a quantidade de posts e o tempo de existência do perfil, é possível perceber que a Biblioteca de Sierra Madre, mesmo com menos postagens do que outras, possui uma quantidade considerável de seguidores, curtidas e visualizações, indicando um maior alcance e engajamento em suas postagens. Por outro lado, a Biblioteca de Ceilândia, apesar de uma frequência razoável de postagens, tem menos seguidores, curtidas e visualizações.

Tabela 1: Análise do Post mais popular de cada perfil

BIBLIOTECA PÚBLICA	VISUALIZAÇÕES	SALVAMENTOS	COMPARTILHAMENTOS (WHATS APP)	COMENTÁRIOS	CURTIDAS POST
Ceilândia	702	4	0	0	36
Paraná	3.055	22	5	5	225
Sierra Madre	92.800	21	113	55	1.392
Vancouver	2.914	2	4	9	262

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Como vemos na tabela, os dados dizem respeito ao post mais popular. O que nos leva a refletir sobre o tipo de conteúdo, observa-se que a Biblioteca de Ceilândia foca em mensagens motivacionais e divulgação de atividades da biblioteca, enquanto a Biblioteca do Paraná compartilha projetos e indicações de livros. *Sierra Madre Public Library* concentra-se em tendências relacionadas a biblioteca e livros, bem como em

memes. A Biblioteca de Vancouver oferece indicações de livros e envolve os usuários da biblioteca em seus vídeos.

A análise qualitativa mostra que *Sierra Madre Public Library* se destaca como a biblioteca mais popular e com maior engajamento, possivelmente devido à sua abordagem em criar conteúdo que chama a atenção e segue as tendências, além de envolver humor através de memes. A estratégia de envolver os usuários da biblioteca também pode estar contribuindo para seu sucesso.

Os dados indicam que o *TikTok* é uma plataforma popular para vídeos curtos, especialmente entre os usuários de smartphones, amplamente utilizados. Este cenário corrobora a compreensão dos autores Fonseca e Fonseca (2023) sobre a importância de as bibliotecas adotarem estratégias inovadoras para atingir um público cada vez mais presente nesse ambiente digital.

A análise dos perfis das bibliotecas no *TikTok*, especialmente o destaque para a Biblioteca de Sierra Madre com maior engajamento, evidencia a necessidade das bibliotecas públicas se adaptarem e utilizarem plataformas como o *TikTok* para alcançar esse público. A estratégia de criação de conteúdo relevante, envolvente e alinhado com as tendências da plataforma, como observado no caso da Biblioteca de Sierra Madre, ressoa com a abordagem sugerida por Fonseca e Fonseca (2023).

Portanto, a análise realizada reforça a relevância da estratégia de adesão ao *TikTok* para bibliotecas públicas, conforme apontado pelos autores citados, e enfatiza a necessidade de produção de conteúdo atrativo e em sintonia com a dinâmica e preferências dos usuários presentes nessa rede social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho explorou a presença e o engajamento de bibliotecas públicas em uma plataforma contemporânea, o *TikTok*, visando compreender como estas instituições podem adaptar-se à era digital e atingir um público jovem cada vez mais imerso em tecnologia. Foram analisados quatro perfis de bibliotecas, duas brasileiras e duas internacionais, com foco no tipo de conteúdo e no engajamento gerado.

Os resultados indicam que a presença da biblioteca no *TikTok* é uma estratégia promissora, mas exige uma abordagem estratégica que compreenda as características

da plataforma e o perfil do público-alvo. A análise qualitativa ressaltou a importância de conteúdos atrativos e em sintonia com as tendências, como observado no caso da Biblioteca de Sierra Madre.

Contudo, também se evidenciou uma disparidade no engajamento entre as bibliotecas, indicando que uma maior presença na plataforma não necessariamente se traduz em maior engajamento. A Biblioteca de Ceilândia, por exemplo, mesmo com uma frequência razoável de postagens, apresentou um menor número de seguidores e engajamento.

Os pontos fracos e de fragilidade residem na falta de análises mais aprofundadas sobre o perfil do público alcançado e na necessidade de uma abordagem mais estratégica na produção de conteúdo, levando em consideração as preferências e os interesses dos usuários do *TikTok*.

Para trabalhos futuros, é sugerido um aprofundamento na análise do perfil demográfico dos seguidores, bem como investigações sobre a eficácia de diferentes tipos de conteúdo na atração e retenção do público. Além disso, seria interessante explorar estratégias de engajamento que envolvam de forma mais eficaz os usuários da biblioteca, visando potencializar o alcance e a interação na plataforma.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 3, p. 67-84, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HNvPmkhhgkm6Sngghmn6Xmkq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2023.

BELING, Fernanda. As 10 redes sociais mais usadas em 2023. **Oficina da Net**, 2023. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064- quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BERENS, Kathi Inman; NOORDA, Rachel. Gen Z and Millennials: How They Use Public Libraries and Identify Through Media Use. **ALA American Library Association**, p. 1-20, nov. 2023. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/sites/ala.org. advocacy/files/content/tools/Gen-Z-and-Millennials-Report%20%281%29.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; FONSECA, Maria Gabriella Flores Severo. O *TikTok* como ferramenta de inovação em serviços de informação em bibliotecas. **Em**

Questão, Porto Alegre, v. 28, n. 2, abr./jun., 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/195786>. Acesso em: 06 out. 2023.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; FONSECA, Maria Gabriella Flores Severo. A inovação em serviços da informação nas bibliotecas: o *tik tok* como proposta de posicionamento digital. **Investigación bibliotecológica**, Mexico, v.37, n.94, p. 113-128, jan./mar., 2023. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58706/52317>. Acesso em: 06 out. 2023.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Alexsander Borges. **Bibliotecas públicas no Brasil [manuscrito]**: passado, presente e futuro. 2008. 212f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BARROS, Diego Bil Silva. Mediação da informação no instagram da Biblioteca Central UFPA: um estudo de caso do perfil @BCUFPA. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 01-22, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1826/1383>. Acesso em: 06 out. 2023.

SOBRE AS AUTORAS

Isabela dos Santos Moreira

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas

Leandra Graziella Pereira da Silva

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas

Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (ICHCA/UFAL). Atua no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, com ênfase em Bibliotecas Públicas e Escolares, Bibliotecas Digitais, Comunicação Científica, Livro Digital, Cenários Prospectivos e na área de Recursos e Serviços de Informação.

MUSEUS E MUSEOLOGIAS NO PLURAL: RESSONÂNCIAS ANCESTRAIS NA CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA (MUSEOLÓGICO) OUTRO

Clovis Carvalho Britto

O museu pros Kanindé é bisavô, é avô, é pai e é mãe, porque é a história deles, a história que tinha lá atrás, é o que a gente tem aqui. [...] O museu pros Kanindé é vida. Nós gostamos do museu do tanto que a gente gosta dos pais da gente, porque aí tem um pouco do retrato, da imagem de tudo (Cícero Pereira, liderança Kanindé) (Santos, 2021, p. 54).

O trecho em epígrafe apresenta uma concepção de museu – e de Museologia – dos Kanindé, sintetizada por Cícero Pereira, liderança indígena, de Aratuba, no Ceará. O museu indígena Kanindé foi criado em 1995 e se tornou um “espaço de transformação, afirmação étnica e identitária para os povos indígenas, de estratégia política pelos seus direitos” (Santos, 2021, p. 53). É interessante, portanto, pensar que o museu Kanindé traduz uma Museologia Kanindé, evidenciando um outro olhar sobre os processos museais. É fundamental perceber, nessa cosmovisão, a centralidade da ancestralidade indígena:

Os nossos ancestrais não são só a geração que nos antecedeu agora, do nosso avô, do nosso bisavô. É uma grande corrente de seres que já passaram por aqui, que, no caso da nossa cultura, foram os continuadores de ritos, de práticas, da nossa tradição. [...] Até hoje nós entendemos que estamos nesse mesmo contínuo de interação com a memória do nosso povo, com a memória da nossa cultura. Nós temos uma origem, sabemos de onde somos, amamos esse lugar, nós o reverenciamos (Krenak, 2020, p. 28).

Nessa experiência o museu é ancestralidade e, ao mesmo tempo, um ancestral: “é bisavô, é avô, é pai, é mãe”. Também produz agência, o que escapa da perspectiva ocidental de que o museu seria uma instituição agenciada. Nessa perspectiva não existiria uma hierarquia entre humanos e não humanos, o que traduz no entendimento de que o museu “é vida”, se tornando em um modo de enfrentamento da necropolítica.

Aqui evidencio o conceito de necropolítica delineado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) quando evidenciou “as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (p. 71), ou seja, a política como gestão da morte, “[...]”

instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (p. 10-11). Portanto, enquanto alguns museus e Museologias explicitam “topografias recalçadas de crueldades”, outros museus, processos museais e Museologias podem ter um compromisso com a vida, como é o caso do museu Kanindé:

A museologia Kanindé como território de ancestralidade, luta e resistência em torno de objetos que possuem significados simbólicos, históricos e identitários, na memória do povo que estabelece variadas relações entre as áreas do conhecimento e do saber de atividades de aprendizado (Santos, 2021, p. 53).

O museu traduz uma Museologia Kanindé como “território de ancestralidade, luta resistência”. Museologia que tem o museu como um território, mas que nele não se resume, extravasa, se mesclando com a vida e a ancestralidade. Nesse aspecto é possível conceber o próprio museu como um corpo-território, o corpo como afirmação e resistência, sintetizando o fértil debate explicitado por Nadir Nóbrega Oliveira (2008) quando concebeu o conceito de corpos-sujeitos: “são corpos/sujeitos que contam suas histórias, criando formas, ondulando, deslizando, saltando, girando, excitando, cortando, demonstrando capacidades corporais de tornar presente sua ancestralidade” na mobilização de movimentos construídos a partir “da consciência da existência das marcas da cultura da dominação racial, ferradas, tatuadas nestes corpos, como sinais de subalternidade e estereótipos de submissão” (p. 3). Nesses termos, acredito ser possível ampliar essa leitura para pensar os agenciamentos e resistências dos corpos-sujeitos que foram subalternizados na longa duração a partir de sua luta por visibilidade, autonomia e reconhecimento em diferentes territórios e experiências. Torna-se, assim, a ocupação de corpos-sujeitos-territórios em espaços onde comumente foram interditas a sua presença, a sua fala e a sua escuta.

Esses debates têm sido gradualmente empreendidos no campo dos museus e das Museologias, em especial na compreensão da potência política, poética e ética dos processos museais e nos delineamentos de Museologias comprometidas com a vida e com a valorização das diferenças. Exemplo dessas transformações consistiu na temática da 17.^a Primavera dos Museus no Brasil, em 2023, intitulada “Memórias e democracia: pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas”, que propôs uma revisão das narrativas com o intuito de promover um processo de escuta e reparação e o

reconhecimento de que a memória está marcada nos corpos e consiste em elemento fundamental para a construção da democracia.

Judite Primo e Mário Moutinho (2021), inspirados no pensamento-ação de Paulo Freire, reconhecem que esses corpos, quando articulados em processos insurgentes, são reconhecidos como “corpos-sujeitos, como corpos-políticos que reivindicam o direito à sua plena expressão, que exigem direito de existência” (p. 34), tornando-se corpos-geradores ao “redesenham formas e processos mais democráticos e participativos que reconheçam e expressem palavras, objetos, corpos e saberes dos povos historicamente oprimidos e subalternizados” (p. 34).

Nessa leitura o museu Kanindé também é um corpo-gerador, visto que se torna ressonância da ancestralidade. Do mesmo modo, ele “estabelece variadas relações entre as áreas do conhecimento e do saber de atividades de aprendizado” (Santos, 2021, p. 53). Trata-se de uma forma de enfrentamento da “ferida colonial” como consequência do racismo, conforme o argumento de Frantz Fanon (2013), reconhecendo a colonização como uma chaga profunda. Não é sem motivos que Ailton Krenak (2019) sublinhou a importância dessa consciência para adiar o fim do mundo:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. Agora, no começo do século XXI, algumas colaborações entre pensadores com visões distintas originadas em diferentes culturas possibilitam uma crítica dessa ideia. Somos mesmo uma humanidade? (Krenak, 2019, p. 8).

Essa leitura evidencia a necessidade de uma guinada epistêmica, resultando no que Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007) nomearam como “giro decolonial”, ao expor as fraturas do capitalismo quando ressignifica exclusões provocadas pelas hierarquias epistêmicas, regionais, raciais, étnicas e de gênero/sexualidade oriundas do que se convencionou chamar de modernidade. Portanto, a crítica decolonial se apresenta como um paradigma outro ao reconhecer os efeitos da geopolítica e da corpo-política na produção do conhecimento a partir de uma ética e de uma política que escapa de modelos e projetos pautados na universalidade (Ballestrin, 2013).

Portanto, a produção e valorização de epistemologias construídas na América Latina com o intuito de produzir um giro decolonial contribuiria para a instauração de fissuras no conhecimento que historicamente tem difundido o eurocentrismo e o cientificismo como formas universais. De acordo com Ramón Grosfoguel (2007), enquanto o pensamento eurocêntrico concebe o “outro” como objeto e não como sujeito, o giro decolonial estabelecerá fissuras na “ego-política do conhecimento”, rompendo com a dicotomia sujeito-objeto instituída pela epistemologia cartesiana.

Nessas reflexões concebo a existência de Museologias no plural, que explicitam diferentes compromissos. Não é possível, portanto, dizer que a Museologia Kanindé se aproxima de perspectivas museológicas que não mobilizam a ancestralidade, que não compreendem a agência dos seres não-humanos, que não valorizam os encantados. A Museologia Kanindé traduz, nesse aspecto, “um fórum de conhecimentos à ancestralidade” (Santos, 2021, p. 52).

Nesta lógica, reconheço as indisciplinas a partir da escolha deliberada em evidenciar Museologias no plural. Esta opção tem o intuito de tensionar “[...] a Museologia oficial, reconhecida por ser praticada dentro de um campo profissional delimitado e submetido a regras específicas” (Brulon, 2018, p. 27), ou seja, enquanto um campo acadêmico autônomo, em relação com perspectivas epistemológicas que “[...] ousam imaginar museus para pensar novas museologias” (p. 32).

Neste ensaio não é minha intenção aprofundar nas reflexões sobre as epistemologias decoloniais e na configuração de Museologias decoloniais, debate que tem crescido atualmente (Pereira, 2018; Primo; Moutinho, 2021; Britto; Pereira; Teixeira, 2023), muito menos colocar em xeque as possibilidades de fissuras da colonialidade em instituições que na longa-duração foram produtos dessa lógica, mas pensar como a visualização de Museologias plurais ou indisciplinadas podem contribuir para a valorização de paradigmas outros ou para a instauração de brechas, fissuras, rasuras.

É uma leitura a contrapelo que apresenta outros caminhos e esquemas de pensamento. Situação que pode ser aplicada às Museologias Indisciplinadas que insurgem contra as práticas colonizadoras e da colonialidade. Nesse sentido, o “indisciplinado”, deixa de ser um adjetivo para assumir um caráter substantivo. Nesses termos, as Museologias Indisciplinadas seriam aquelas cujas propostas efetuam um

pensamento indisciplinado, seja extrapolando os limites disciplinares, seja construindo uma “ciência de indisciplinados, sobre indisciplinados, para indisciplinados”, para utilizar do entendimento de Eduardo Viveiros de Castro (2005) quando se referiu a uma Antropologia em que o relativismo dê lugar à multiplicidade.

Trata-se, assim, de um compromisso político com a descolonização da disciplina, visando escapar de práticas disciplinares e disciplinadoras. Desse modo, não é mais pensar sobre o outro, ou na perspectiva do outro, mas com o outro, a partir de uma noção descolonial de corpo-política do conhecimento. Pensamento que também dialoga com a proposta de Miguel Arroyo (2005) quando pontuou a necessidade de converter o olhar para uma atitude de espanto em torno das ações corriqueiras, visando construir uma conduta questionadora, que interroga os significados, transformando-se em uma “indisciplina interrogante”: “A questão colocada sobre o prisma da interrogação – o que quer nos interrogar essas indisciplinas – possibilita pensar nas relações humanas, na formação ética dessas relações e nas imagens que criamos sobre essas relações.” (Cunha, 2007, p. 7)

Nesse aspecto, seriam Museologias Indisciplinadas ou desajustadas à lógica positivista, adeptas à valorização das diferenças e pautadas em ações afirmativas na contramão das práticas convencionais, inseridas no debate que se posiciona contra os fundamentalismos e a defesa de uma única perspectiva epistêmica:

As fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento. Todavia, é preciso distinguir o lugar epistêmico e o lugar social. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico. Afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (Bernadino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 19).

Visto sob essa perspectiva e reconhecendo que o lócus da enunciação não é definido apenas pela localização geopolítica, do ponto de vista epistemológico trata-se de reconhecer três aspectos: a) a necessidade de um cânone de pensamento mais amplo do que o Ocidental; b) uma perspectiva pautada em um diálogo crítico entre distintos projetos políticos/éticos/epistêmicos que abarquem um mundo pluriversal; c) a valorização de pensadores cujas perspectivas/cosmologias/visões são construídas a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados (Grosfoguel, 2008). Essa proposta, aproximada às Museologias, contribui para que visualizemos as Museologias Indisciplinadas como esforços epistemológicos visando instituir um “pensamento crítico de fronteira”:

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (Grosfoguel, 2008, p. 138).

Portanto, no âmbito dos museus e das Museologias é possível perceber iniciativas visando uma crítica à lógica da colonialidade. Um conceito potente que tem sido operado para estabelecer fissuras e tensionamentos consiste na interculturalidade, que visa uma perspectiva pluriépistêmica. Segundo Catherine Walsh (2019), esse conceito “assume significado relacionado a geopolíticas de lugar e de espaço, [...] aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra; um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política” (p. 9).

O que é importante destacar aqui não é somente o que o conceito de diferença colonial oferece para a interculturalidade, mas o que a prática da interculturalidade acrescenta aos conceitos de “diferença colonial” e “colonialidade do poder”. Em suma, a interculturalidade é um paradigma “outro”, que questiona e modifica a colonialidade do poder, enquanto, ao mesmo tempo, torna visível a diferença colonial. Ao agregar uma dimensão epistemológica “outra” a esse conceito - uma dimensão concebida na relação com e através de verdadeiras experiências de subordinação promulgadas pela

colonialidade - a interculturalidade oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização e da construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta (Walsh, 2019, p. 27).

Em outro eixo de análise, seria possível visualizar aquilo que Antônio Bispo dos Santos (2023) definiu como contracolônização, ou seja, um modo de reedição das trajetórias a partir das matrizes indígenas e quilombolas, marcadas pela circularidade e pela cosmovisão politeísta:

Para nós, quilombolas e indígenas, essa é a pauta. Contracolônizar. No dia em que as universidades aprenderem que elas não sabem, no dia em que as universidades toparem aprender as línguas indígenas – em vez de ensinar -, no dia em que as universidades toparem aprender a arquitetura indígena e toparem aprender para que servem as plantas da caatinga, no dia em que eles se dispuserem a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas deste lugar. Uma contracolônização (Santos, 2023, p. 17).

Portanto, interessa destacar as transformações empreendidas no campo dos museus e das Museologias quando práticas heterogêneas problematizam os processos museológicos e as interações deles resultantes, especialmente ao realizarem museus em primeira pessoa: “o falar sobre o ‘outro’ é substituído por uma narrativa que mescla a construção da alteridade com a autorrepresentação e a construção de si, que identifico como ‘alteridade mínima’” (Abreu, 2007, p. 167-168).

Sistematizando essas transformações, evidenciei em outra oportunidade (Britto, 2019) três eixos paradigmáticos no campo das Museologias, tendo os processos de musealização como referência:

a) O museu a serviço das coleções – caracterizado por tendências de pensamento positivistas, evolucionistas e por algumas vertentes funcionalistas, reconhecido como paradigma da Museologia Tradicional ou Museologia normativa (que também necessita ser investigadas no plural). Paradigma centrado na triangulação entre coleção, edifício e públicos;

b) O museu a serviço da sociedade – caracterizado por tendências de pensamento marxistas, estruturalistas, fenomenológicos e interacionistas, reconhecido como paradigma da Nova Museologia, agregadora de diferentes tendências de pensamento, a exemplo da Ecomuseologia, da Museologia Crítica e da Museologia

Marxista-Leninista. Paradigma centrado na triangulação entre patrimônio, território e comunidades;

c) O museu a serviço da diferença – caracterizado por tendências de pensamento pós-estruturalistas (da chamada Filosofia da diferença) e decoloniais, reconhecido como paradigma da Museologia Social e que tem na Sociomuseologia uma de suas principais Escolas de Pensamento. Paradigma centrado na triangulação entre temas/problemas, territorialidades/desterritorialização e protagonistas sociais/grupos de interesse¹.

Por fim, retomo à definição de Cícero Kanindé que inaugurou este ensaio. Ela traduz alguns dos compromissos das Museologias Indisciplinadas, compreendendo os museus como entes vivos, marcados pela ancestralidade. Museus, nessa perspectiva indígena, não são vistos como recurso, nem há que se falar em suas funções. Trata-se de uma leitura conectada completamente com a vida e com o bem-viver². Portanto, evidencia um paradigma outro quando ressoam museus e Museologias plurais, compreendendo os museus como seres compromissados com a “valorização dos processos tradicionais de transmissão de conhecimento, de afirmação étnica, de construção de autorrepresentação e contranarrativas, de produção, difusão cultural e de luta pela demarcação do território, produzindo um processo de autonomia” (Santos, 2021, p. 52).

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Tal Antropologia, qual museu? *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas** polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, IPHAN, 2007.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, 2013. Disponível em:

¹ Para a visualização das distinções e aproximações entre a Nova Museologia, a Museologia Social e a Sociomuseologia consultar Judite Primo e Mário Moutinho (2021).

² Ailton Krenak (2020) reconhece o Bem-viver como um modo de estar no mundo, de se conectar com a Terra, em uma cosmovisão de respeito e de equilíbrio construída pela vida das pessoas e de todos os outros seres. Nesta interpretação os museus integrariam uma ecologia planetária, em equilíbrio entre os seres humanos e todos os outros seres.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRITTO, Clovis Carvalho; PEREIRA, Marcele Regina Nogueira; TEIXEIRA, Maria das Graças Souza. "Nada será como antes": museus, coleções e epistemologias decoloniais. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 57, 2023.

BRITTO, Clovis Carvalho. **"Nossa maçã é que come Eva"**: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019.

BRULON, Bruno. Pensar o pensamento museológico brasileiro: um olhar retrospecto para a Museologia. In: LEMOS, Eneida Braga Rocha de; COSTA, Ana Lourdes de Aguiar (org.). **200 anos de Museologia no Brasil**: desafios e perspectivas. Brasília: Ibram, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CUNHA, Luiz Felipe Lopes. As condutas indisciplinadas e a formação humana sob o prisma de uma antropologia filosófica brasileira: por uma educação da fome. **Contextura**, Belo Horizonte, v. 3, 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015. Acesso em: 12 mar. 2024.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem viver**. Rio de Janeiro: Escola Parque, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. Fogo e trovão expressos no corpo baiano que dança. **Anais do VIII Fazendo Gênero**, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.

Disponível em:

https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fq8/sts/ST22/Nadir_Nobrega_Oliveira_22.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museologia Decolonial**: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal. 2018. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2018.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do mundo. *In*: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. *In*: CARNEVALLI, Felipe *et. al.* (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Suzenilson da Silva. Museu Kanindé: Fórum de conhecimentos à ancestralidade indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 10, n. 19, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/36178>. Acesso em: 12 mar. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Viveiros de Castro defende pensamento 'indisciplinado' em conferência na UFMG**. 18 maio 2005. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/001639.shtml>. Acesso em: 1 mar. 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, Pelotas, v. 5, n. 1, jan.-jul., 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>.

Acesso em: 12 mar. 2024.

SOBRE O AUTOR

Clovis Carvalho Britto

Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona, Lisboa. Professor no curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília e no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia.

BIBLIOTECA PÚBLICA E INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE Á LUZ DAS LEIS DE RANGANTHAN

Dayana Pereira de Alecrim

Thaís Lima Trindade

INTRODUÇÃO

As bibliotecas, nos tempos atuais, com a evolução das tecnologias e da sociedade, não são mais um local fechado, onde a informação lá permanece e não se difunde, e mesmo que ocorram alterações no formato de seus serviços, tais espaços mantêm a sua essência de armazenar a informação, perpetuando a mesma por gerações. Então, a biblioteca “[...] continua sendo valorizada e reconhecida pelo seu papel que exerce no processamento e na disseminação da informação e do conhecimento” (Morigi; Souto, 2005, p. 197).

As bibliotecas públicas são, de acordo com Duarte (2009), aquelas que possibilitam o acesso ao seu acervo de forma livre, atendendo a todos os públicos da sociedade, realizando empréstimos domiciliares (ou não), as bibliotecas acadêmicas (escolares e universitárias) funcionam em escolas e universidades, destinadas geralmente ao seu público interno, e as bibliotecas particulares têm como instituição mantenedora as instituições privadas (fundações, instituições de pesquisas ou colecionadores), além destas, é válido reconhecer a existência das bibliotecas comunitárias, que são as bibliotecas criadas e pensadas para o povo, inseridas nas comunidades de modo que auxiliem aquela população que não consegue ter acesso à informação.

No caso da biblioteca pública, seu papel e significado variam de acordo com o conhecimento de cada indivíduo ou grupo da sociedade. Suaiden explica até mesmo acerca da sua designação:

A própria denominação ‘biblioteca pública’ pressupõe uma entidade prestando serviços ao público em geral, independentemente das condições sociais, educacionais e culturais. Nesse aspecto, reside a grande falha da biblioteca pública, pois, até hoje, o único segmento da sociedade que é atendido

parcialmente, em pequena proporção, é o dos estudantes de primeiro e segundo graus (Suaiden, 2000, p. 57).

Segundo Brasil (2022) a biblioteca pública é um equipamento cultural e informacional, mantido pelo Estado (o vínculo pode ser municipal, estadual ou federal) e está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura.

Para Machado e Suaiden (2015, p. 22) a biblioteca pública tem como objetivo primordial oferecer serviços de acesso à informação na comunidade na qual se localiza e deve dispor de elementos e serviços que se adequem ao público ao qual se destina. A biblioteca pública deve atender a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com deficiência (PcD), segue os preceitos estabelecidos no Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre Bibliotecas Públicas (Brasil, 2022).

A existência das bibliotecas é um fator extremamente relevante para a sociedade, pois, além de contribuir para a disseminação e organização da informação, contribui para a memória, seja de maneira cultural, científica, social, etc., de modo necessário para o indivíduo ou um grupo de indivíduos.

Segundo Martin (1937 *apud* Mueller, 1984, p. 21) a biblioteca transmite a herança social e os valores e experiências do passado no grupo, com um efeito unificador; e por outro lado, capacita o indivíduo a avaliar as tendências presentes e valores futuros, eleva a qualidade de sua vida pessoal, e fornece meios para ascender na escala social. Porém, muitas vezes “[...] observa-se uma lacuna quanto ao cumprimento da missão da biblioteca pública no Brasil, porque seus serviços não alcançam todas as camadas populacionais” (Campos; Bispo, 2012, p. 11). O que chama atenção para a necessidade de estudos e ações que revertam esse quadro.

A biblioteca pública para ser inclusiva deve estar fundamentada em uma atuação direcionada ao pensamento coletivo e democrático. De acordo com Bernardino e Suaiden (2011) ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória investe na construção do conhecimento e soma esforços para que transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que, em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura.

Assim, para que a o conhecimento seja transmitido e a informação alcance a todos, a biblioteca pública deve tornar-se acessível para todos os usuários, promovendo a inclusão e redução da desigualdade social, utilizando os conhecimentos da Biblioteconomia e buscando aplicá-las na biblioteca, nesta proposta, em especial pelo viés das Leis de Ranganathan e sua aplicação às questões de acessibilidade e inclusão, um olhar além do tradicional acerca do usuário, das comunidades e da biblioteca pública.

TIPOS DE ACESSIBILIDADE E SUA RELAÇÃO COM AS BIBLIOTECAS

A inclusão de indivíduos com necessidades especiais era um tema ignorado há alguns anos na sociedade, com poucas discussões e pouca conscientização. No entanto, ao longo do tempo, a inclusão tornou-se um tema relevante e presente no cotidiano. De acordo com Glat (2011, p. 54), o conceito de acessibilidade costumava ser limitado à eliminação de obstáculos arquitetônicos e adaptações de espaços públicos para pessoas com deficiências físicas e dificuldades de locomoção. Hoje em dia, conforme Glat (2011) argumenta, a ideia de acessibilidade é garantir o acesso de todos da melhor forma possível, sem a necessidade de ajustes. Rampas e corrimãos, por exemplo, beneficiam não apenas as pessoas com deficiência, mas também aqueles que têm limitações físicas, como idosos, gestantes, obesos e outros com mobilidade reduzida.

Quanto ao conceito de inclusão consiste em um movimento que visa disponibilizar para diferentes setores da comunidade uma variedade de benefícios, como por exemplo: saúde, educação e emprego, assim como qualquer outra vantagem social e cultural (Sasaki, 1999). Apesar do aumento da conscientização sobre essa questão, é fundamental que as PcDs a participem ativamente desse processo, enquanto a sociedade em geral deve garantir a inclusão para que esses indivíduos tenham seus direitos de cidadania plenamente garantidos. A inclusão representa um caminho para a aceitação e valorização das diversidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva, onde todas as pessoas (incluindo aquelas com deficiência e mobilidade reduzida) são integradas e se tornam parte essencial do tecido social.

Nessa perspectiva, Almeida (2019) e Sassaki (2009) apontam a existência dos tipos de acessibilidade que promovem a inclusão da PcD, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 1 – Tipos de Acessibilidade conforme Almeida e Sassaki

TIPOS DE ACESSIBILIDADE	
Acessibilidade atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
Acessibilidade arquitetônica	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.
Acessibilidade comunicacional	Para que a informação se torne um direito de todos é necessário que haja uma comunicação inclusiva nos meios de comunicação (tvs, jornais etc.), de modo que derrube as barreiras comunicacionais.
Acessibilidade nas comunicações	Quando se diminui as barreiras na comunicação interpessoal, como a comunicação face a face, a troca de informações entre duas ou mais pessoas.
Acessibilidade metodológica	Conhecida também como pedagógica, é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.
Acessibilidade programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).
Acessibilidade instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).
Acessibilidade nos transportes	Quando existe transporte coletivo disponível para aqueles com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida, utilizando o transporte coletivo com segurança e sem prejuízo para a sua locomoção.
Acessibilidade digital	direito da exclusão de barreiras relativas aos acessos físicos, equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos e acessíveis.

Fonte: Adaptado de Almeida (2019) e Sassaki (2009).

Atualmente, também pode-se incluir neste grupo, a **acessibilidade informacional**, que, de acordo com Fernandes (2018) é a diminuição ou remoção das barreiras no processo informacional, visando que as pessoas possam alcançar a satisfação de suas necessidades informacionais através de uma experiência positiva e

com menor esforço necessário. Conforme aponta Costa (2015), é imprescindível que tais aspectos constantemente sejam

[...] pensados e discutidos no âmbito das bibliotecas [...] para que, a informação, seus serviços e produtos, como também seu espaço físico e virtual estejam disponíveis e acessíveis à diversidade humana, contribuindo para uma sociedade inclusiva e respeitando as diferenças (Costa, 2015, p. 16).

As classificações de acessibilidade produzidas têm como intuito de facilitar a definição e a integração da acessibilidade no âmbito social e governamental, a fim de inserir nesses o PcD, de modo que estas classes se relacionam entre si e na sociedade. Além de evitar que se criem ambientes excludentes voltados somente para a maioria da população, com barreiras diversificadas que dificultam a inclusão dessas pessoas nos ambientes sociais. Para evitar-se essa exclusão, a sociedade deve refletir sobre o direito ao acesso aos bens e serviços disponibilizados, considerando a inclusão e apresentando as alterações necessárias, sejam atitudinais, comunicacionais etc., e para que haja garantia de que essas mudanças aconteçam, é necessário a criação e aplicação de políticas públicas direcionadas a tais questões.

ACESSIBILIDADE E AS LEIS DE RANGANATHAN

As barreiras de acessibilidade dificultam a inclusão da PcD na comunidade, e, dentro da maioria das bibliotecas não é diferente, mesmo estas sendo espaços dentro e para a comunidade voltados à difusão da informação, estas devem se preparar ao máximo para atender a demanda de usuários preferenciais. No âmbito da Biblioteconomia, as 5 leis de Ranganathan (2009), tornam-se necessárias para a inclusão das pessoas nas bibliotecas e, também, pode-se ter uma visão dessas leis integradas à acessibilidade:

- a) Os livros são para usar;
- b) A cada leitor seu livro;
- c) A cada livro seu leitor;
- d) Poupe o tempo do leitor;
- e) A biblioteca é um organismo em crescimento (Ranganathan, 2009, local. XI).

A Primeira Lei informa que os livros são para usar, então, pode-se observar essa lei segundo a acessibilidade. Segundo Costa e Oliveira (2022, p. 168), a primeira Lei refere-se ao acesso e à acessibilidade para os usuários da biblioteca, referindo-se não só acessibilidade aos documentos, produtos e serviços, mas também ao prédio e instalações da edificação da biblioteca. Para Sousa e Targino (2016), esta lei refere-se acesso às coleções.

Se as coleções existem para serem utilizadas, devem estar acessíveis em ambientes que permitam seu uso, incluindo os recursos de acessibilidade para quem mantém necessidades especiais, o qual, quase sempre, precisa contar com o uso de rampas, elevadores e aparatos semelhantes. É provável que, em 1928, Ranganathan não tenha incluído expressamente o tema da acessibilidade (Sousa; Targino, 2016, p. 15).

Para que a biblioteca possa atender às demandas do usuário, independentemente da sua condição, é necessário que esta esteja instalada em locais de fácil acesso e locomoção, com ambiente adequado e é imprescindível que o bibliotecário e os demais membros da equipe saibam como atender a PcD, integrando esta lei à **acessibilidade arquitetônica, instrumental, digital e atitudinal**.

Já nas Segunda Lei de Ranganathan, a cada leitor o seu livro, inclui neste aspecto a **acessibilidade informacional, digital** e a **atitudinal**, pois o usuário, necessita também de conhecimento sobre o espaço da biblioteca, seu funcionamento e seu acervo, sendo primordial que o bibliotecário possa ensiná-lo a ter autonomia e conscientizar-se sobre a informação que melhor supre as suas necessidades.

O usuário com deficiência também tem as suas preferências por determinados recursos informacionais e tipos de acesso. Essa particularidade deve-se à especificidade da tipologia da deficiência, para o conforto do seu estudo, para a sua independência, autonomia para uma pesquisa ou leitura, entre outros aspectos (Costa; Oliveira, 2022, p. 172).

Terceira Lei de Ranganathan, a cada livro o seu leitor, pode-se perceber a necessidade da difusão da informação e o conhecimento do bibliotecário acerca dos seus usuários, selecionando as obras de acordo com o seu perfil, ocorrendo assim, a democratização da informação. Para facilitar essa seleção, Chaves (2023) informa que se deve providenciar um estudo de usuário (**acessibilidade atitudinal**), desenvolvimento de coleções (**acessibilidade informacional e programática**) para aquisição de um acervo adequado, utilização e facilitação da busca pela

informação *utilizando softwares, hardwares* e tecnologia assistiva (estes três últimos estão ligados a **acessibilidade digital**).

Na Quarta Lei de Ranganathan, poupe o tempo do leitor, o autor se preocupa com o tempo que o leitor pode ou não desperdiçar, a depender da sua urgência pela informação, de acordo com Chaves (2023) essa economia de tempo torna-se possível com sinalização visível e clara, uma organização interna (*layout*) funcional, bibliotecário e equipe aptos para um atendimento eficaz, eficiente e efetivo. Nesta lei pode-se integrar a **acessibilidade arquitetônica**, a **acessibilidade nas comunicações** e a **acessibilidade atitudinal**, pois com facilidade ao acesso àquela informação e um atendimento efetivo e adequado, o usuário tem uma economia de tempo e mantém seu interesse na busca pela informação.

Já na Quinta Lei de Ranganathan: a biblioteca é um organismo em crescimento, como aponta Chaves (2023), a biblioteca funciona como um local de difusão da informação, este deve atualizar-se sempre, compreendendo novas informações, notícias e se adequando ao seu público-alvo e emergente. Pode-se integrar esta lei as **acessibilidades arquitetônica, atitudinal, programática e informacional**, pois a biblioteca deve estar em constante crescimento de seus serviços, produtos e espaço físico.

O acesso à informação deve ser igualitário, ou seja, as bibliotecas (independentemente de sua tipologia), devem se adequar para atender qualquer uma das necessidades informacionais do usuário, promovendo também a inclusão de PcDs, criando assim, chances de esses usuários possam alcançar o mesmo nível educacional e cultural de pessoas sem deficiência, seja por meio da utilização de meios digitais (como a tecnologia assistiva) ou analógicos. Segundo Pimentel [2013?]:

As bibliotecas devem criar incentivos e condições para a participação das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assegurando-lhes dignidade e autonomia no usufruto de seus direitos sociais. Para que isso aconteça, são imprescindíveis adaptações, aquisições de produtos e desenvolvimento de serviços diferenciados de modo a atender à heterogeneidade das pessoas com deficiência, seja física, motora, intelectual ou sensorial (Pimentel, [2013?], p. 7).

A acessibilidade diz respeito a inclusão dos usuários na biblioteca e em seus serviços, sendo imprescindível ser um ambiente adequado, sobretudo com um

planejamento físico que inclua as PcD, em todas suas tipologias e espectros¹, de maneira que a exclusão e a desigualdade sejam reduzidas ao máximo. Para tal, essa acessibilidade deve ocorrer em todas as etapas, desde o acesso ao edifício até o acesso aos serviços oferecidos pela biblioteca.

BIBLIOTECA PÚBLICA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As bibliotecas públicas devem observar, analisar e conhecer seus obstáculos, potencializando o oferecimento de serviços de acordo com sua realidade, e consequentemente impulsionando seu crescimento junto à comunidade local. Logo, a biblioteca deve ter atenção a sociedade como um todo, praticando assim, a inclusão, e promovendo a acessibilidade e igualdade, compreendendo sua tarefa como local de democratização e acesso à informação, contribuindo na transformação de indivíduos em cidadãos.

Neste panorama, torna-se essencial a construção e efetivação dos planos estaduais e municipais que destinem orçamentos para as bibliotecas públicas, realizem manutenções, mantenham seus projetos e ações e invistam em acessibilidade. Dentre essas as maiores são as barreiras arquitetônicas e as barreiras atitudinais, cuja existência dificulta ou até mesmo impede a livre circulação e a promoção e garantia de igualdade social (Brasil, 2006).

De acordo com Machado (2013), a primeira etapa para tornar a biblioteca pública em uma biblioteca acessível é eliminar as barreiras arquitetônicas, já que não é permitido, em espaços públicos, que pessoas sejam impedidas de circular pelos ambientes, unicamente por sua condição física.

De maneira geral, decorrente das suas limitações, o acesso a atividades básicas e aprendizagens das PcD, ocorre de maneira diferente da dos demais, sendo necessários o subsídio de objetos/equipamentos, e na maioria das vezes outro ser vivo (ser humano ou cão-guia) para auxiliar a PcD em sua locomoção, além de manter sua segurança. Inclui-se também nessas limitações de acesso a falta de habilitação por

¹ O termo espectro abrange uma ampla gama de sintomas e níveis de gravidade que vão de leve a grave, e suas manifestações podem diferenciar-se de sujeito a sujeito, resultando sempre em um caso singular.

boa parte das PcD para usufruir dos serviços ofertados para sociedade. Por muitas vezes, a PcD "[...] participa do cotidiano conforme sua história de vida [...], ela tem acesso à escolaridade, porém, pouco é feito em função da aquisição de habilidades pessoais para desempenhar com independência a sua cotidianidade" (Arruda, 2018).

Atualmente no Brasil (2006), uma considerável parcela de indivíduos apresenta deficiência seja ela temporária ou não, e para Nicoletti, Moro e Estabel (2013) esses cidadãos formam um grande grupo e percebe-se, por vezes, que essas pessoas se encontram em condições de desigualdade em comparação com as pessoas sem nenhum tipo de limitação. Ou seja, a informação não atinge todos os grupos da sociedade, e estes grupos excluídos informacionalmente são os que estão sob várias circunstâncias que restringem o acesso dessas pessoas à informação, seja nas questões da acessibilidade, barreiras arquitetônicas e atitudinais, comunicacionais, sociais, até mesmo o preconceito.

Segundo o Art. 74. da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), é garantido à PcD acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida. Mas a biblioteca pública não se deve limitar aos meios tecnológicos para que sejam assegurados os serviços acessíveis aos usuários PcD. De acordo com um dos pontos proeminentes analisados no Manifesto IFLA/UNESCO (2023), acerca dos serviços da Biblioteca Pública, "[...] as bibliotecas públicas criam serviços que satisfazem as necessidades locais e contribuem para melhorar a qualidade de vida" (IFLA; UNESCO, 2022, p. 31).

Deste modo, as bibliotecas públicas têm o dever de não somente promover a acessibilidade informacional por meio de coleções em diversos suportes, de forma acessível a todos os públicos, mas também a acessibilidade arquitetônica e mobilidade de sua estrutura física como passo inicial para garantia a inclusão e os direitos das PcD. Para Souza *et al.* (2013), no que se refere às unidades de informação, não podemos esquecer que o bibliotecário é de fundamental importância para a efetivação e sucesso na inclusão informacional das pessoas com deficiência, considerando-se, ainda, a permanente educação continuada para qualificação desse profissional.

Espera-se, portanto, que ao considerar as reflexões apontadas neste estudo para amenizar as barreiras evidenciadas, as bibliotecas públicas possam aprimorar seu

atendimento aos usuários PcD com a finalidade de garantir o acesso e uso de seus serviços a todos os públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca pública, como espaço unificador, tem o dever de promover a inclusão e a cidadania, fazendo com que o usuário passe por um processo de valorização das diferenças, auxiliando na construção de uma comunidade acessível e, tornando o usuário um cidadão capaz de reconhecer e exercer os seus direitos na sociedade.

Tal assertiva, se faz presente nas diretrizes do Manifesto IFLA/UNESCO, sobre Bibliotecas Públicas (2022), que ressaltam o dever de tais espaços em assegurar a disponibilidade dos serviços ofertados àqueles que não podem utilizar os padrões tradicionais (minorias, como portadores de deficiência motora, visual, auditiva, sensorial, pessoas com pouco ou nenhum letramento etc.). Aliadas a esse panorama tem-se as Leis de Ranganathan, que fundamentam as questões de acesso a informação nas bibliotecas, e a sua missão perante a sociedade com a finalidade de garantir o acesso e uso de seus serviços de forma democrática.

Este estudo surgiu a partir da observação da realidade das bibliotecas públicas do Estado do Amazonas, que em sua maioria não estão adequadas para receber o público PcD, porém tal proposta possui relevância para a sociedade em geral, pois aborda uma realidade latente em diversas outras bibliotecas públicas do país. Dessa forma, espera-se impulsionar novas discussões a cerca do cenário atual, bem como, fomentar estudos e ações para que as bibliotecas públicas possam adequar-se aos interesses e necessidades do público PcD, possibilitando que esses, a seu modo, possam exercer a cidadania plena como parte integrante da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R. **Tipos de acessibilidade**. São Vicente: Instituto Inclusão Brasil, 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ARRUDA, S. M. C. P. **Acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual**. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/595>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online], v. 16, n. 4, p. 29-41, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000400004>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Biblioteca Pública**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1/tipos-de-bibliotecas/biblioteca-publica>. Acesso em: 9 fev. 2024.

CAMPOS, H. P. P.; BISPO, T. M. da S. **A importância do incentivo à leitura em uma biblioteca pública**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 15., 2012, Juazeiro do Norte. **Anais** [...]. Juazeiro do Norte: EREBD Cariri, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86173>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CHAVES, A. L. **As 5 Leis de Ranganathan e sua atualidade frente à Biblioteca Virtual**. Pearson High Education, 2023. Disponível em: <https://hed.pearson.com.br/blog/coluna-inside-higher-education/as-5-leis-de-ranganathan-e-sua-atualidade-frente-a-biblioteca-virtual>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COSTA, M. K. A. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A8SHQ3>. Acesso em: 21 mai. 2023.

COSTA, M. K. A.; OLIVEIRA, D. A. de. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**: Escola de Ciência da Informação, Minas Gerais, v. 27, n. 1, p. 160-189, jan/mar 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/24988>. Acesso em: 17 fev. 2024.

DUARTE, D. **Manaus**: entre o passado e o presente. Manaus: Midia.comm, v. 1, 2009. Disponível em: <https://idd.org.br/livros-durango-duarte/manaus-entre-o-passado-e-o-presente.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

FERNANDES, J. D. P. B. **Diagnóstico da acessibilidade informacional na Biblioteconomia brasileira**. 119p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em:

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33425/3/2018_dis_jdpbfernandes.pdf. Acesso em: 7 abr. 2024.

GLAT, R. (org.). **Educação Inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO**. 2022. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Manifesto_IFLA_PT_2022.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

KOONTZ, C; GUBBIN, B. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2. ed. Lisboa: IFLA, 2013. Disponível em: <http://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1055/2/ifla-publication-series-147-pt.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S. /], v. 29, n. 2, 2000. DOI 10.18225/ci.inf.v29i2.887. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887>. Acesso em: 24 maiO 2023.

MACHADO, F. B.; SUAIDEN, E.J. A biblioteca pública, entre teoria e prática. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**. v. 29, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/433558.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2024.

MULLER, S. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Esc. de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/download/36462/28527/109815>. Acesso em: 15 maio 2023.

MORIGI, V. J; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: As visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB:** Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez., 2005. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/432/551>. Acesso em: 15 maio 2023.

NICOLETTI, T. F; MORO, E. L. S; ESTABEL, L. B. **Checklist para bibliotecas:** um instrumento de acessibilidade para todos. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônico [...]**. Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2504/1616-1629-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PIMENTEL, S. C. (org.). **Orientações sobre recursos e serviços para acessibilidade em bibliotecas:** A Tecnologia Assistiva a serviço da inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. [2013?]. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:a1689005-e80a-4f89-84ee-00c47fc92305>. Acesso em: 20 maio 2023.

RANGANATHAN, S. R. **As Cinco Leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000074/000074df.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 7, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 12 jan. 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999. Disponível em: https://ead.uenf.br/moodle/pluginfile.php/57550/mod_resource/content/1/Inclus%C3%A3o%20-%20Construindo%20uma%20Sociedade%20para%20Todos%20%281999%29%2C%20Sasaki%2C%20RK.pdf. Acesso em 22 maio 2023.

SOUZA, M. E. P.; TARGINO, M. das G. Cinco leis da Biblioteconomia/cinco leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/433639.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SOUZA, M. S.; COSTA, M. F. O.; TABOSA, H. R.; ARARIPE, F. M. A. Acessibilidade e inclusão informacional. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 1-16, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SOBRE AS AUTORAS

Dayana Pereira de Alecrim

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade
Federal do Amazonas

Thaís Lima Trindade

Professora Substituta do Curso de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Amazonas. Mestre em
Ciências da Comunicação. Bacharel em Museologia.
Bacharel em Biblioteconomia

DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL NO ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN – ARGENTINA: IMPACTOS NO ENSINO E NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Giselli Frota de Souza Nascimento

Hellinton Staevie dos Santos

INTRODUÇÃO

A palavra Difusão, segundo o Dicionário Houaiss, pode ser considerada a divulgação (de culturas, ideias etc.); propagação, multiplicação” e difuso é aquilo que “se espalha largamente por todas as direções; disseminado, divulgado abundante em palavras; prolixo, difusivo” (Houaiss, 2009).

No contexto da Arquivologia, Rousseau e Couture (1998), a difusão constitui-se em um dos “quatro grandes sectores principais que foram objeto dos trabalhos dos especialistas dos arquivos, ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão”, além de ser uma das sete funções arquivísticas, juntamente com a produção, avaliação, classificação, aquisição, conservação e descrição, em que todas elas, segundo os autores, cobrem “todos os princípios, métodos e operações destinados ao tratamento e organização dos arquivos” (p. 265). A difusão, nesse sentido, é uma finalidade do saber e fazer arquivístico, em que, entendida como função, será bem exercida quando as demais funções arquivísticas forem executadas de maneira eficaz.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) não traz o termo “difusão”, mas se aproxima quando conceitua Disseminação da Informação, que segundo ele é o “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (Arquivo Nacional Brasil, 2005, p. 71).

Dentre tantas possibilidades que a palavra e conceito Difusão trazem para a Arquivologia, Rockembach (2015, p. 101) aponta também a ligação com a Ciência da Informação e a Ciência da Comunicação, “o ‘difundir’ fazendo parte do fenômeno

‘comunicar’ que, por sua vez, estabelece a relação com o fenômeno ‘informar’ a partir dos usos do conteúdo produzido”. No fazer arquivístico, é importante que haja comunicação, divulgação, ou seja, a difusão do saber e fazer realizado em arquivos, para que a informação chegue de maneira eficaz nos usuários.

Os laços entre arquivo e ensino convergem na medida em que o Arquivo entende a sua função social, disponibilizando acesso ao público aos seus acervos iconográficos, cartográficos, textuais dentre outros, e ainda, ao propor ações voltadas à conscientização sobre a importância de se preservar a memória, como o *Archivo General de la Nación* promove a difusão educativa e cultural por meio de seu sítio eletrônico e seus impactos na educação e conhecimento da história e patrimônio documental na Argentina?

Nesse cenário, Bellotto (2006) propõe que a Difusão assume um caráter Cultural, Educativo e Editorial. No entanto, para fins desta pesquisa, o foco se dará apenas na Difusão Cultural e Educativa. Para a autora, “cabem ao serviço de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora”, que diz respeito a políticas de acesso à informação, divulgação de instrumentos de pesquisa, divulgação dos serviços realizados, além de informar de maneira mais ampla todas as questões relacionadas aos acervos sob sua custódia, e “a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”, como realizações de seminários, palestras, assim como exposições diversas realizadas nas instituições arquivísticas.

Quanto a Difusão educativa proposta por Bellotto (2006), pode ser compreendida como a relação que se estabelece entre instituição-arquivo e o estudante, onde estreita-se os laços dos documentos de arquivo com os alunos do fundamental e médio por meio da institucionalização do arquivo na assistência educativa, que inclui o contato do arquivo-professor, arquivo-aluno, publicações educativas e colaborações com instituições culturais e pedagógicas.

Antes de apresentar os aspectos da difusão desenvolvidos pelo nosso objeto de análise, vale contextualizá-lo. O AGN¹ é vinculado ao Ministério do Interior da Argentina, com sede em Buenos Aires. Foi fundado em 28 de agosto de 1821 como

¹ Informações adaptadas do sítio institucional do AGN: <https://www.argentina.gob.ar/interior/archivo-general/institucional>

"Arquivo da Província de Buenos Aires", durante o governo de Martín Rodríguez. Em 29 de agosto de 1884 foi federalizado junto com outras instituições da Província de Buenos Aires, adquirindo o nome atual.

O AGN possui três sedes, sendo a última inaugurada em 2019 com 10 mil m² construídos, sendo composta por dois blocos: um de dois andares e outro de seis andares, onde estão os depósitos de documentação. A transferência de documentação da sede antiga para a sede do bairro Parque Patricios teve início em novembro de 2020, durante a pandemia da COVID-19 e abriu ao público externo em setembro de 2021.

Detentor de uma diversificada documentação, o acervo é composto de arquivos governamentais, correspondência oficial, documentos judiciais, materiais bibliográficos, documentos cartográficos, além de gravações de áudios, fotografias e documentos audiovisuais que datam desde o fim do século XIX até o início do século XXI.

Logo, esse trabalho pretende apresentar os meios de difusão arquivística da Argentina utilizados pela AGN, como o arquivo desempenha uma função de ser um agente no ensino da história da Argentina por meio da difusão de seus documentos dedicadas a serem utilizadas como material didático e a sua importância para a preservação documental e memória nacional.

AÇÕES DE DIFUSÃO NO ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN

A Difusão exerce um importante papel nas atividades de arquivo. A essência de seu significado nos remete a divulgação, ao ato de tornar algo ou alguém conhecido. No contexto dos arquivos, a Difusão assume o papel de mediador que conecta as atividades desenvolvidas pelos Arquivos e o público em geral.

Uma vez que assume este papel, é importante ressaltarmos que ela não se limita ao ato de tornar conhecido, mas se estende como um fator indicador de que existe um planejamento no tratamento documental do acervo e na disponibilização ao usuário, pois só é possível que uma instituição se torne acessível e fonte de conhecimento para a população e pesquisadores, quando a própria conhece e faz a gestão de seus documentos, pois como afirma Rockembach (2015, p. 98):

[...] somente a digitalização e disponibilização das informações poderá não trazer uma difusão adequada, aquela baseada na real necessidade dos usuários, em uma mediação de informação de qualidade (entre os usuários e os acervos) e mesmo em uma maior visibilidade da instituição, dos produtos e dos serviços de informação, ressaltando a importância das atividades dos profissionais que planejam, organizam e difundem a informação (Rockembach, 2015, p. 98).

Rockembach (2015, p. 113), afirma ainda que a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade, transparência, compreender acerca da identificação e demandas do público e suas competências informacionais, realizando a medição entre a informação e os usuários, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia. Entende-se, desta maneira, que a difusão compreende um processo complexo de compreensão interna e externa do papel que o Arquivo desempenha.

Pode-se identificar que essa função, elencada por Rousseau e Couture (1998), está presente nos esforços do AGN ao dar publicidade ao seu acervo por meio das atividades desenvolvidas em seu sítio institucional no decorrer dos anos. Quando comparado ao levantamento realizado pelas autoras Saraiva e Pereira (2018, p. 655), que buscou analisar os sites de seis instituições da América Latina, incluindo o AGN, utilizando critérios para verificar se elas executavam ações de difusão em seus acervos e constatou que o AGN, se empenhava nas ações de difusão, entretanto, não disponibilizava seu acervo virtualmente. Percebe-se, então, que nos últimos cinco anos o AGN se propôs a promover seu acervo digitalmente, garantindo, que a população conheça a história do próprio país.

Para que seja possível identificar como que a difusão vem sendo abordada pelo AGN, estas são algumas das atividades de difusão que são e podem ser desenvolvidas nos arquivos: os eventos promovidos pela instituição, publicações como reflexões, editoriais e jornais, divulgação dos instrumentos de pesquisa e descrição, visitas guiadas, exposições, ações culturais, entre outras formas de abrangência como concursos culturais e parcerias com centros culturais. (Bellotto, 2006; Rockembach, 2015).

Constata-se que muitas das atividades listadas acima são desenvolvidas pelo AGN por meio de seu sítio institucional, no entanto, nos propomos a identificar o

caráter cultural e educativo nestas atividades, conforme conceitos propostos por Bellotto (2006), pois, conforme afirma a autora, se configuram como uma atividade secundária do Arquivo que pode desenhar seus contornos sociais trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural.

Ao tratar do caráter educativo, o foco será na oferta de assistência educativa nos arquivos, proposta por Bellotto (2006, p. 230), que traz alguns aspectos concernentes ao segmento, incluindo as publicações educativas de arquivo. Pode-se identificar o caráter educativo nas publicações do AGN, por meio de alguns fatores a saber: Seções "*Documentos de uso educativo*" e de "*Contenidos*"; em que na primeira busca ofertar um conjunto de documentos históricos destinados à utilização como recursos em salas de aula. E na segunda, o foco é garantir o acesso a informações, disponibilizando um espaço com um compilado de produções da instituição como revistas do Arquivo, instrumentos de pesquisa etc.

As produções do arquivo são consideradas publicações que também podem assumir o viés de "educação popular" quando trabalha seus documentos com linguagem de fácil compreensão e livre aos diferentes públicos. Para Bellotto (2006, p. 240), a educação popular se estabelece onde "o conhecimento do meio local de sua cultura pode desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia".

A difusão cultural remete aos projetos que possibilitam o desenvolvimento de uma relação do arquivo com o público. A estratégia a ser utilizada é possível se "um arquivo público pode produzir outro gênero de publicações que o tornem também centro de vivência e de inter-relações culturais, tanto quanto um laboratório de pesquisa histórica" (Bellotto, 2006, p. 230).

Quanto à via cultural, cabe mencionar as produções dos catálogos das exposições realizadas pelo AGN, que estão disponíveis em PDF, com imagens e resumos de diversas temáticas sobre o país. Esses documentos incluem a representação digital de um compilado de documentos que podem ser textuais, iconográficos, cartográficos, tendo por finalidade precípua aproximar o leitor.

Para tanto, Bellotto (2006, p. 241) sugere uma abordagem cultural que se propõe a sair do convencional quanto ao desenvolvimento de projetos de difusão de arquivos. Nesse cenário, a instituição criou a seção *Cultura AGN*, que disponibiliza

projetos como a versão digital das mostras e exposições que ocorreram no arquivo e os concursos realizados pela instituição, como é o caso do *Prêmio AGN a Piezas Sonoras*, projeto que tem objetivo a promoção da produção artística e a acessibilidade ao patrimônio sonoro da instituição.

Nesse contexto, seguindo o objetivo de reunir, preservar e dar acesso aos documentos que permitem conhecer a história nacional, a memória das instituições e garantir o exercício dos direitos individuais e coletivos, em alusão a comemoração bicentenária do AGN, realizaram-se produções textuais, audiovisuais e sonoras que retratam acontecimentos e histórias que podem ser contadas a partir dos documentos acumulados.

Na seara do audiovisual, com o objetivo de produzir 200 episódios sobre história argentina o AGN realizou parceria com o canal *Encuentro*, de modo a propagar informação confiável e acessível, utilizando recursos que possibilitam um alcance maior de pessoas, já que independe da localização dos usuários.

Pontua-se que os documentos sob a custódia do AGN podem ser consultados presencialmente ou mediante acesso em linha, sendo que neste último caso, é possível consultar o acervo audiovisual e sonoro, a biblioteca digital, o Fondo Galerías Witcomb SRL, Série [Negativos de retratos de estúdio], Fondo Caras y Caretas - Série [Dossiês editoriais] e Coleção Mapoteca.

Os resultados apontam que, por meio dos serviços ofertados no sítio institucional, o AGN proporciona o acesso ao seu acervo destinando-se a produções nos aspectos cultural e educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se utilizar de autoridades na temática, esta pesquisa teve por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo AGN e analisar como, por meio do sítio institucional, ele proporciona o acesso ao seu acervo em produções nos aspectos cultural e educativo.

Ao se constituírem, dentre outras coisas, em espaços de preservação de informações e símbolos com alguma relevância histórica os Arquivos assumem a

posição não somente de ambientes de memória, como também de reivindicação e/ou construção da cidadania.

A seção “Documentos de uso educativo” do AGN reflete uma preocupação do arquivo em possibilitar a docentes e instituições de ensino de utilizar documentos históricos em aulas, sugerindo metodologias e didáticas na utilização destes acervos. É a percepção que o arquivo deve ser um agente na educação nacional, e não somente um local de guarda.

Assim, entende-se que, ao disponibilizar produções textuais, audiovisuais e sonoras acumuladas ao longo de seus 200 anos, o AGN emerge como um dos principais expoentes da memória documental Argentina, servindo como um espaço para o fomento à pesquisa e à cultura.

Pretende-se futuramente aprofundar a pesquisa em perceber os impactos da difusão educativa no ensino da história da Argentina, averiguando se o AGN possui números quantitativos de quantos docentes, escolas ou universidades utilizaram desses recursos e se houve mudanças nas didáticas do ensino. Pretende-se, também, continuar a observação das atividades culturais realizadas nas dependências do AGN ou em seu sítio eletrônico com a finalidade de, por meio de seus acervos, apresentar as informações presentes em seu patrimônio documental e preservação dos documentos que fazem parte da história da Argentina.

REFERÊNCIAS

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (Argentina). Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/archivo-general-de-la-nacion>. Acesso em: 2 dez. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41). Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 12 jan. 2024.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss** da Língua Portuguesa. Rio de. Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739>. Acesso em: 04 dez. 2023.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SARAIVA, Natália de Lima; PEREIRA, Tânia Maria de Moura. Patrimônio documental e difusão da informação em arquivos nacionais. **Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn**, João Pessoa, p. 646-660, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp. Acesso em: 12 jan. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Giselli Frota de Souza Nascimento

Graduada em Letras Língua e Literatura Espanhola e graduanda em Arquivologia, ambos pela Universidade Federal do Amazonas

Hellinton Staevie dos Santos

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST *University* EUA.
Bacharel em Administração Pública pela Universidade do Estado do Amazonas.
Bacharel em Biblioteconomia e graduando em Arquivologia, ambos pela Universidade Federal do Amazonas

ESTRATÉGIAS EFICAZES PARA TRANSFORMAR UMA BIBLIOTECA PÚBLICA MAIS SUSTENTÁVEL

Virleine da Silva Costa

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado

INTRODUÇÃO

Recentemente, as bibliotecas públicas têm reconhecido a importância de adotar práticas mais sustentáveis e de engajar seus usuários nesse processo, como uma forma de contribuir para a preservação do meio ambiente. De acordo com Pinto *et al.* (2018), "[...] percebe-se que é necessário conceber ações efetivas para que esses espaços possam efetivamente colaborar com o desenvolvimento sustentável". Porém, é levantada uma questão: O que pode ser feito para transformar uma biblioteca pública mais ecológica? Pensando nessa questão que o presente artigo visa identificar na literatura científica as abordagens mais eficazes e propostas por renomados autores nesse contexto.

Nesse sentido, é essencial abordar não apenas a eficiência energética e a gestão de resíduos, mas também promover a conscientização e a educação ambiental entre os usuários das bibliotecas. Um ponto relevante é a criação de programas e eventos que abordem temas relacionados à sustentabilidade, como reciclagem, conservação da biodiversidade e combate às mudanças climáticas. Estabelecer diretrizes de atitudes conscientes e uma comissão de assuntos sustentáveis se mostram estratégias eficazes para fortalecer as práticas ecológicas nas bibliotecas públicas, tornando-a mais responsável com o meio ambiente.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE

As bibliotecas, reconhecendo a importância da aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) criado em 2015, têm buscado de maneira proativa implementar uma série de estratégias e práticas com foco na sustentabilidade em suas instituições. Essas ações visam não apenas reduzir o impacto ambiental, mas também educar e conscientizar os usuários sobre a importância do cuidado com o meio ambiente. A transformação em direção a uma biblioteca sustentável ou "verde"

envolve uma variedade de iniciativas. Segundo o autor Miller (2010), “para uma biblioteca tornar-se verde são necessárias algumas ações que, adaptadas à realidade brasileira, podem ser divididas em quatro passos: plano de ação, projeto arquitetônico, serviços e educação ambiental.” Por sua vez, os autores Cardoso e Marchado (2017) enfatizam que para uma biblioteca se transformar em uma biblioteca verde, é necessário:

[...] estabelecer um Comitê Verde envolvendo funcionários da biblioteca e comunidade; e elaborar um plano de ação com os objetivos, metas, metodologia para implantação das ações e mudanças previstas ao longo de um determinado tempo.

Com essas diretrizes e o empenho da gestão da biblioteca e dos bibliotecários, uma biblioteca poderá implementar a sustentabilidade lhe proporcionando um título de biblioteca verde. Assim, ao abraçar os ODS e trabalhar ativamente para se tornarem mais sustentáveis, as bibliotecas não apenas cumprem seu papel de disseminar conhecimento, mas também se tornam agentes catalisadores de mudança, inspirando e capacitando os usuários a agirem de forma mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente.

SUSTENTABILIDADE E A AGENDA 2030

A sustentabilidade é uma abordagem que se empenha em alcançar um equilíbrio harmonioso entre a utilização de recursos, a preservação do meio ambiente e o progresso tanto econômico quanto social. Esta abordagem procura garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias demandas.

Além disso, a sustentabilidade também engloba a conscientização e a participação ativa das comunidades, incentivando a educação ambiental, a justiça social e a equidade, a fim de criar um mundo mais equilibrado, segundo Siqueira, Trindade e Trindade (2022) “A sustentabilidade é um desafio presente nos mais diversos contextos da sociedade, bem como nas mais diversas tipologias institucionais, sejam elas de caráter público ou privado.” Para Pinto *et al.* (2018), consideram relevante esta percepção de compromisso com o desenvolvimento da sociedade porque “[...] a sustentabilidade compreende os requisitos ambientais, econômico, social e cultural em que o ser humano é o centro [...]”. A busca pela sustentabilidade

é de suma importância, pois ela busca equilibrar as necessidades da humanidade sem comprometer e agredir os recursos naturais. Para a aplicação da sustentabilidade na sociedade foi elaborada a Agenda 2030. Notadamente, verifica-se que:

Com esta Agenda, buscam de maneira ampla, criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (Geraldo; Pinto, 2020).

A Agenda 2030 da ONU compreende um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abarcando 169 metas universais que transcendem fronteiras. Esses ODS são interligados e formam um todo indivisível, harmonizando de maneira equitativa as três esferas do desenvolvimento sustentável. Vale ressaltar que a elaboração desses objetivos e metas resultou de um processo que se estendeu por mais de dois anos, marcado por uma extensa consulta pública e a participação ativa da sociedade civil e de diversos *stakeholders* ao redor do globo.

No contexto das bibliotecas, é relevante evidenciar a importância do objetivo 12 da Agenda 2030, o qual visa "Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis". Este objetivo destaca a necessidade de práticas responsáveis no uso de recursos. Considerando suas metas específicas: 12.2, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais; 12.3, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita; 12.4, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, conforme o marco internacional acordados, e reduzir significativamente liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente; 12.5, diminuir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; 12.6, incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios; 12.7, promover práticas de compras pública sustentáveis, segundo as políticas e prioridades nacionais; e 12.8, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e

conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza (ONU, 2015).

Ao adotarem medidas que promovam a conservação de recursos, reduzam o desperdício e fomentem a conscientização sobre consumo responsável entre seus usuários, as bibliotecas tornam-se não apenas guardiãs do conhecimento, mas também agentes ativos na promoção de um futuro mais sustentável e equitativo.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUAS FUNÇÕES

O avanço da imprensa de Gutenberg no século XV expandiu significativamente o acesso ao conhecimento, tornando os livros mais acessíveis. As bibliotecas começaram a se tornar mais públicas e acessíveis à medida que o interesse pelo aprendizado e pela disseminação do conhecimento se espalhava. As bibliotecas públicas se tornaram essenciais na sociedade, proporcionando um amplo acesso à informação, disseminação da cultura e recursos educacionais. São espaços cruciais para aprender, interagir e obter conhecimento. Conforme expressam as diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA)¹, as bibliotecas públicas proporcionam “[...] acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e as obras de imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços [...]” (Koontz; Gubbin, 2012). As bibliotecas públicas desempenham um papel importante para os seus usuários, garantido o seu desenvolvimento na sociedade, segundo os autores Fernandes e Machado (2015),

A biblioteca pública é um lugar estratégico para promover o desenvolvimento das pessoas e das suas comunidades, uma vez que lhe permite o acesso à informação e à cultura escrita, literária ou não; estimula o conhecimento e reconhecimento dos sujeitos sobre si mesmos e em sua inter-relação com seus contextos (escola, família, comunidade, sociedade em geral).

As bibliotecas públicas são espaços que não apenas armazenam livros, mas que também abrigam aspirações e buscas incessantes pelo saber e pela compreensão. Pois, a biblioteca pública é um organismo essencialmente cultural que mantém vínculos estreitos com os processos educacionais (formais e informais) para prover recursos às necessidades informacionais da sua comunidade. Sendo assim, a biblioteca pública

¹ *International Federation of Library Associations and Institutions.*

deve (ou, ao menos, deveria) se caracterizar como uma instituição projetada ao atendimento de demandas dinâmicas. Com isso, “À média que a sociedade muda, temos de mudar com ela, mas que não significa demolir instituições preciosas e apreciadas como a biblioteca pública” (Usherwood, 1999).

Dada a notória relevância da biblioteca pública utiliza-se neste estudo a noção referencial que estabelece entendimentos fundamentais a respeito da definição atribuída a esta instituição a partir dos atributos conceituais estabelecidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Com isso, entende-se a biblioteca pública como “[...] o centro local de informação, de pesquisa e de leitura, mantida pelo poder público, na qual as pessoas têm a liberdade de acesso universal ao conhecimento e à produção cultural por meio dos bens informativos em todos os seus suportes e linguagens” (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021).

Dentre as muitas atribuições características das bibliotecas públicas exalta-se o compromisso de proporcionar aos seus usuários diversas experiências culturais e interações sociais. A biblioteca pública também tem potencialidades para se consagrar como espaço voltado à educação e à promoção da sustentabilidade, devido à sua importância na construção dos valores na sociedade. Portanto, a biblioteca pública repercute socialmente como uma instituição cultural formadora de opinião e possui capacidade de influenciar o aparato educacional da comunidade local.

Souza, Aguiar e Lima (2018) ratificam esta perspectiva e afirmam que:

Bibliotecas são ambientes que promovem a preservação histórica e cultural de uma comunidade local ou global, oferecem acesso à informação in loco ou à distância, participam da formação de profissionais e cidadãos e desta maneira colaboram diretamente para desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades onde estão inseridas, proporcionando assim a sustentabilidade.

As bibliotecas públicas permanecem relevantes à sociedade contemporânea, mesmo diante das incorporações frenéticas de aparatos tecnológicos conectados aos dispositivos globais de interatividades pelas funções dinâmicas das comunicações simultâneas. Neste contexto, os processos educacionais se multiplicam em diversas experiências, mas se limitam em prioridades fixadas pelas relações sociais essencialmente desenvolvidas em ambientes digitais. Com isso, virtualizando a interatividade humana.

A biblioteca pública está entre as unidades de informação, e demais organismos de educação e cultura, que se apresenta com estratégias de garantir e assegurar oportunidades de socialização interativa pela oferta e disponibilidade de produtos e serviços caracterizados por recursos informacionais que acionem o desenvolvimento sociocultural. Assim, a sustentabilidade representa uma vertente educacional para transformar as práticas humanas em assimilação cultural orientada por ações pedagógicas instituídas pela biblioteca pública.

APLICABILIDADE DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS EM BIBLIOTECAS

Para conduzir este estudo, a base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) foi eleito como a principal fonte para a busca de artigos, dada a sua relevância e abrangência no campo da pesquisa bibliográfica, a pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2023. Para refinar a busca, adotou-se uma abordagem de delimitação temporal, dos anos 2000 até o presente ano de 2023, para garantir a atualidade e pertinência dos dados. No processo de busca, foram empregadas as palavras-chave "biblioteca verde" e "bibliotecas sustentáveis". Foram identificados vinte sete artigos, dos anos 2017 até 2023, de 2000 a 2016, não foram encontrados nenhum artigo sobre o tema pesquisado. Para a escolha dos artigos que seriam utilizados na pesquisa, teve como critério o foco sobre estratégias para a transformação de uma biblioteca pública para uma biblioteca sustentável. Com isso apenas dois artigos foram selecionados para a pesquisa, os demais artigos não abordavam estratégias sustentáveis, sendo então excluídos para o presente estudo.

Foram selecionados apenas dois artigos de vinte sete para a extração de estratégias visando a transformação de uma biblioteca pública em uma instituição mais sustentável e eco consciente. O primeiro artigo selecionado, intitulado "Bibliotecas Verdes e Sustentáveis no Brasil", datado de 2017 e elaborado pelos autores Cardoso e Machado, oferece uma análise aprofundada sobre as práticas sustentáveis que podem ser adotadas por bibliotecas brasileiras. Já o segundo artigo, intitulado "Marketing Verde: Proposta de Atitudes Sustentáveis em Bibliotecas", publicado em 2020 dos autores Geraldo e Pinto, apresenta um enfoque estratégico, destacando como o marketing verde pode ser aplicado de forma eficaz no contexto das bibliotecas,

promovendo atitudes mais sustentáveis. A combinação desses estudos proporcionará uma base sólida e abrangente para o desenvolvimento do trabalho.

Com base nas orientações dos autores Cardoso e Machado (2017) a transição de uma biblioteca para um modelo sustentável requer a formulação de diretrizes específicas. Os autores destacam algumas dessas diretrizes, como evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Diretrizes específicas

Diretrizes para bibliotecas públicas verdes no Brasil	
Estabelecer um Comitê Verde envolvendo funcionários da biblioteca e comunidade;	Manter uma coleção atualizada sobre as questões ambientais a fim de desenvolver ações de difusão da informação ambiental na comunidade;
Elaborar um plano de ação com os objetivos, metas, metodologia para implantação das ações e mudanças previstas ao longo de um determinado tempo. Esse plano deve levar em conta os recursos necessários	Contribuir com a disseminação e o acesso da informação ambiental visando a qualidade de vida da população;
Conscientizar a comunidade local a respeito dos benefícios que a biblioteca verde pode trazer;	Incentivar pesquisas na área;
Implantar no projeto arquitetônico de construção do edifício de uma nova biblioteca baseado nos critérios de sustentabilidade, conforme a ISO/TR 11219:2012, visando, se possível, a certificação ambiental LEED, ou AQUA;	Criar programas e projetos pautados na Educação Ambiental que, além de incentivarem a leitura, visem à conscientização dos usuários sobre ações ecologicamente corretas;
Trabalhar hábitos e atitudes, procedimentos, projetos e ações nas bibliotecas existentes que não possuem recursos ou condições para reformas;	Levar em consideração as datas comemorativas do meio ambiente para realização de palestras, debates, oficinas, trabalhos de campo, exposições, concursos, entre outras ações culturais;
Aplicar a gestão ambiental no ambiente de trabalho preocupando-se com as aquisições ecológicas, quer sejam materiais de escritório, móveis, equipamentos ou produtos e ferramentas de limpeza;	Incentivar a utilização de publicações digitais, <i>audiobooks</i> , periódicos eletrônicos, CD e DVD, evitando a impressão;
Adotar a Agenda Ambiental de Administração Pública (A3P) levando-se em consideração o Manual de Compras Sustentáveis e a norma ISO 14001 para tomada de decisão na seleção de fornecedores;	Descartar publicações do acervo da biblioteca preocupando-se com a reutilização das mesmas, doando-as ou reciclando-as;
Economizar recursos naturais, utilizar bem os recursos financeiros e preocupar-se com os demais materiais utilizados nos serviços da biblioteca para reduzir a produção de lixo, mitigando o impacto que esses resíduos sólidos causam no meio ambiente;	Colocar em prática a regra dos cinco 'R': reduza, reuse, recicle, respeite e responsabilize.
Adotar a educação ambiental como princípio no processo de formação dos funcionários e usuários da biblioteca;	

Fonte: Adaptado de Cardoso e Machado (2017).

Os autores ressaltam que essas recomendações são passíveis de implementação em qualquer biblioteca, contanto que haja o engajamento dos gestores, bibliotecários e demais membros da equipe no propósito de criar um ambiente mais sustentável.

No segundo artigo selecionado para a pesquisa, os autores Geraldo e Pinto (2020) direcionam sua atenção à criação de um comitê verde e do marketing verde e às atividades por eles desempenhados na biblioteca. Eles se concentram na formação e funcionamento desse comitê, ressaltando seu papel crucial na promoção de práticas, neste contexto, alinham-se com as sugestões dos autores Cardoso e Machado (2017), conforme ilustrado no gráfico abaixo, onde analisamos as funções que um comitê verde deve desempenhar para contribuir efetivamente na transformação da biblioteca em uma instituição verde.

Figura 1 – Funções de um comitê verde



Fonte: Pinto e Geraldo (2020).

Os autores também apontam, em seu artigo, a relevância do comitê verde para a estratégia de marketing verde. Nas palavras dos autores, "A constituição de um comitê de iniciativas sustentáveis torna-se um elemento crucial para o êxito do plano de Marketing Verde na Unidade de Informação..." (Geraldo; Pinto, 2020). Para os autores, é viável adotar novas estratégias no âmbito do marketing verde, alinhando-se às diretrizes adaptadas, as quais incluem:

- a) Compreender e conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em âmbitos ambientais, econômicos, sociais e os valores de seus usuários, para desenvolver um plano de longo prazo para se alinhar com eles;
- b) Criar produtos e serviços que equilibrem as necessidades dos usuários por qualidade, conveniência e capacidade de reduzir os impactos ambientais e sociais adversos aos serviços prestados na Biblioteca;
- c) Desenvolver parcerias com marcas e fornecedores que ofereçam benefícios práticos enquanto fortalece e incentiva os usuários a respeito dos assuntos importantes que afetam a sua vida;
- d) Promover a conscientização dos usuários quanto o uso de produtos e práticas sustentáveis, tal como descartes responsáveis e reciclagem correta;
- e) Comprometer, de modo proativo, a fazer a sua parte para resolver problemas ambientais e sociais que surjam em sua comunidade (Geraldo; Pinto, 2020).

Após a análise dos dois artigos e a extração dos dados, fica evidente que as bibliotecas demandam diretrizes claras para efetuar ações sustentáveis e alcançar a posição de uma biblioteca verde. Essas orientações são fundamentais para orientar as práticas e promover a transformação necessária em direção a um ambiente mais sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa destaca a importância da sustentabilidade nas bibliotecas públicas, ressaltando que estas instituições desempenham um papel fundamental na conscientização e engajamento da comunidade em práticas mais sustentáveis. Foi notado uma dificuldade na busca de artigos mais antigos, sendo apenas encontrados a partir do ano de 2017 até o ano presente, e utilizado apenas dois dos pesquisados com foco na temática da pesquisa. Com isso percebemos que o tema de estratégias para a implementação da sustentabilidade, mesmo sendo um assunto que é discutido a mais de anos, é notável que em instituições de informação vem sendo discutido apenas recentemente.

A implementação de ações sustentáveis em bibliotecas públicas requer um comprometimento coletivo, envolvendo tanto os funcionários da biblioteca, os seus usuários, quanto a comunidade local. A criação de um Comitê Verde e a elaboração de um plano de ação são passos fundamentais para guiar e monitorar o progresso na direção de se tornar uma biblioteca verde.

Diante disso, a transformação de bibliotecas públicas em espaços mais sustentáveis não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também fortalece o papel dessas instituições como agentes de mudança e educação ambiental na comunidade. Ao adotar práticas mais sustentáveis e engajar os usuários nesse processo, as bibliotecas se tornam verdadeiros exemplos de como é possível integrar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Nathalice Bezerra; MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. **Transinformação**, v. 29, n. 2, p. 141-149, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/7dRCtJTvNCHqMzSJQbfMqYy/#>. Acesso em: 4 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. **Resolução CFB nº 245, de 24 de novembro de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1377>. Acesso em: 8 jan. 2024

FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias; MACHADO, Elisa Campos. Projeto “mais bibliotecas públicas”: uma estratégia de mobilização. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. Especial, p. 163-180, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1245>. Acesso em: 1 dez. 2023.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias Souza. Marketing verde: propostas de atitudes sustentáveis em bibliotecas. **Informação@Profissões**, v. 9, n. 1, p. 124-142, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/38557>. Acesso em: 4 out. 2023.

KOONTZ, C.; GUBBIN, B. (org.). **Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas**. Brasília: Briquet Lemos, 2012.

MILLER, K. **Public Libraries Going Green**. Chigaco: ALA Editions, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda_2030.pdf. Acesso em: 1 dez. 2023.

PINTO, Marli Dias Souza; SPUDEIT, Daniela; GERALDO, Genilson; MADALENA, Críchyna da Silva. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco

nas bibliotecas públicas. **Informação & Sociedade: Estudos**; v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34251>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; TRINDADE, Thaís Lima; TRINDADE, Tainá de Oliveira. Biblioteca universitária 2 em 1: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia**, v. 18, p. 1-17, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/197259>. Acesso em: 4 out. 2023.

SOUZA, Kelma P.; AGUIAR, Denise Regina da Costa; LIMA, Leonice Dominigos dos Santos Cintra. Avaliação da sustentabilidade na Biblioteca Bentral Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia/MG. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**. Campinas, v. 16, n. 1, p.119-145, 2018.

USHERWOOD, B. **A biblioteca pública como conhecimento público**. Lisboa: Caminho, 1999.

SOBRE OS AUTORES

Virlaine da Silva Costa

Graduanda de Biblioteconomia

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado

Doutor em Ciência da Informação

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

PRODUÇÃO ENQUANTO FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA: RELATO DE INTERVENÇÃO

Eliezer Mendes Lopes

Evelin Melo Mentegui

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar resultados de intervenção arquivística realizada em Estágio Supervisionado, uma das etapas finais da graduação em Arquivologia. O problema que conduz a apresentação do trabalho pode ser expresso como de que maneira intervir no processo de produção arquivística, considerando o contexto estabelecido e justifica-se pela reduzida expressividade de trabalhos voltados para este grupo de atividades, além da oportunidade de compartilhar um processo de criação de soluções no mundo do trabalho.

Embora citada como a primeira de um conjunto de sete funções arquivísticas por Rousseau e Couture (1998), a produção de documentos é uma das menos citadas enquanto objeto de intervenção arquivística. É possível lançar hipóteses acerca desse fato: a produção de documentos pode ser realizada de forma 'diluída' dentro de procedimentos cobertos pelo conceito de gestão de documentos. Pode-se estimar, ainda, que a função recebe menor atenção uma vez que seu desenvolvimento pode ser associado a tarefas distantes das atribuições do arquivista. Isto porque que cada vez mais as funções arquivísticas podem ser compreendidas como núcleos de saberes que envolvem a Arquivologia, mas também uma diversidade de disciplinas que a ela se somam, seja pela incorporação de conceitos, seja pela adaptação de suas metodologias aos objetos arquivísticos.

Independentemente das causas do reduzido número de relatos de experiência na função de produção de documentos, a função foi escolhida como eixo de intervenção na execução de atividades de estágio supervisionado em um curso de graduação em Arquivologia.

De acordo com Panema e Tognoli (2019), o conceito de produção aparece ora como parte da gestão de documentos, ora como atividade que a precede. No intuito

de esclarecer o delineamento do termo na literatura nacional, as autoras buscaram identificar em documentos levantados entre o período de 1998 a 2018, em 14 periódicos da área de Arquivologia, Biblioteconomia ou Ciência da Informação que contêm Arquivologia como cobertura temática, definições, objetivos e processos da função de produção. Seus resultados apontam para o baixo número de publicações sobre a temática, a confusão terminológica e a falta de consenso sobre o lugar que essa função deve ocupar.

De acordo com o estudo em questão:

Essa situação leva às confusões entre os conceitos criação/elaboração/produção de documentos, o que impacta diretamente na aplicação dos processos de produção, limitando a função à elaboração de formulários quando, na realidade, sua contribuição deve ser estendida para compreensão da gênese e do vínculo arquivístico, lugar que certamente pode ocupar na Arquivologia. (Panema; Tognoli, 2019, p. 119).

Logo, se a produção enquanto função arquivística contribui para a compreensão da gênese e do vínculo arquivístico, a compreensão destes últimos também permite a visualização das lacunas e dificuldades dos procedimentos de criação de documentos. Heredia Herrera (2011 *apud* Panema; Tognoli, 2019) entende que produção é a intervenção que normatiza o andamento de uma determinada atividade que por sua vez é geradora de documentos, e é esta concepção que norteou a elaboração deste trabalho.

Cabe ressaltar que a intervenção no sentido da função de produção arquivística tratou-se de encaminhamento derivado de outra importante atividade metodológica: o diagnóstico arquivístico. Como o foco da pesquisa situava-se nos serviços da gestão de documentos, partiu-se da proposta de Evans e Ketelaar (1983), que tem como foco tal especificidade.

Além disso, as diretrizes de Lopes (1997) acerca do potencial do diagnóstico para equipar o arquivista para debater e sugerir transformações nos ambientes informacionais que incluem documentos e informações arquivísticas também foram levadas em consideração, o que impactou nos tipos de instrumentos de coleta de dados elaborados.

DIAGNÓSTICO E RESULTADOS

Este relato apresenta informações acerca de intervenção arquivística realizada em uma empresa de classificada como de médio/grande porte, especializada na fabricação, montagem, comissionamento e manutenção industrial, fundada em 2017, com sede em Esteio (RS) e mais seis filiais no Brasil. Como condição para a execução das atividades de estágio na entidade, foi lavrado termo de consentimento e limitação de uso das informações, o que garante a anonimização da empresa.

De acordo com os autores utilizados para determinar a condução do diagnóstico - Evans; Ketelaar (1983) e Lopes (1997), foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro caracterizou-se como um roteiro de observação direta, voltado para descrição das características referentes a atividades, funções, estruturas e formalizações - ou inexistência destas - bem como dedicado a mensurar o acervo físico e realizar o levantamento de tipos documentais. Durante a aplicação deste primeiro instrumento já foi possível realizar que um dos problemas evidentes na ocasião estava relacionado ao controle e gestão da documentação referente ao registro dos colaboradores da empresa.

O segundo instrumento de coleta de dados foi um questionário, aplicado a chefia administrativa, voltado para coleta de informações específicas que ampliassem as informações identificadas no primeiro instrumento de coleta de dados, quanto a produção, tramitação e destinação da documentação dos colaboradores da empresa, assim como, compreender o arquivo na estrutura da organização.

Considerando os dados obtidos no diagnóstico, foi elaborado projeto de estágio supervisionado, que estabeleceu as atividades, mais tarde executadas Quadro 1:

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas no estágio supervisionado em Arquivologia

Atividade	Descrição
Compreender o fluxo de produção e tramitação de documentos pesquisando documentação interna.	Análise de Formulários, Procedimentos e Instruções de Trabalho.
Elaboração de Instrução de Trabalho.	Criação de uma Instrução de Trabalho que regulasse a atividade de recebimento de documentação de registro de colaboradores.
Apresentação do diagnóstico e proposta para a Gerência	Elaboração da apresentação do material desenvolvido para a Gerente de Filial.
Elaboração do Relatório de Estágio.	Elaboração de documento para submissão e aprovação de banca examinadora.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Conforme mencionado, a partir do primeiro instrumento de coleta de dados, o foco da intervenção foi direcionado a solucionar a questão da documentação de registro dos colaboradores da empresa. Esta documentação é produzida na Matriz, nas filiais e nos projetos (prestações de serviços que são executadas dentro e fora das cidades em que se situam a matriz e as filiais). Tal subconjunto de documentos compõe o foco do diagnóstico.

É na filial de Rio Grande (RS), que se encontram-se as pastas funcionais dos colaboradores desligados ou de projetos que já tenham sido encerrados (desmobilizados). Em caso de transferência ou afastamento, a documentação permanece com a equipe dos projetos até sua desmobilização. Quando encaminhados para Rio Grande, os documentos relativos a projetos desmobilizados costumam ser enviados acompanhados por índice, por *e-mail*, com a lista de pastas, que devem ser conferidas em Rio Grande. Exige-se que representantes digitais dos documentos estejam disponíveis na rede interna de computadores da entidade.

A documentação referente ao registro de colaboradores, do gênero textual, é acondicionada em sacos plásticos A4, ocupando 32,14 metros lineares dividida em 2 salas: Administrativo, contendo um Arquivo de Aço com pastas funcionais dos ativos e/ou transferidos - ocupando 1,1 metros lineares; e 'Arquivo'¹, com pastas funcionais dos desligados/desmobilizados, apresentando 10 (dez) estantes contendo 187 (cento e oitenta e sete) caixas de arquivo e 15 (quinze) caixas de arquivo - ainda em análise, ocupando 31,04 metros lineares.

O 'Arquivo' presta serviços de pesquisa à documentação de desligados/desmobilizados frente a possíveis contenciosos trabalhistas, para a triagem de novos colaboradores e auditoria de pastas, físicas e em rede. Não há colaborador específico para o tratamento do fluxo documental, mas no 'Arquivo' atuam um estagiário, graduando em Arquivologia e um Jovem Aprendiz, sob supervisão da Gerência da Filial.

¹ Neste caso, Arquivo não é necessariamente um setor, mas um subconjunto da documentação, considerada semiativa ou inativa. Optamos por manter o termo no sentido êmico – isto é – com base nos referenciais que os membros da entidade possuem, sem considerar a conceituação da Arquivologia – para facilitar a descrição dos processos para a Gerência.

A documentação, nunca passou por intervenções arquivísticas e está registrada em planilhas Excel, denominadas Índices, com ordenação sequencial para incorporação ao 'Arquivo'. Os tipos documentais armazenados nas pastas funcionais são listados nos *kits* admissionais e demissionais, que constituem a documentação obrigatória, para admissão e posterior desligamento do colaborador. São eles: a) *Kit* Admissional: Ficha de Registro; Contrato de Trabalho; Renovação de Contrato; Acordo de Prorrogação de Horário de Trabalho; Autorização de Descontos; Termo de Estágio; Contracheques (Demonstrativo de Pagamento); Folha ponto mensal; Recibo de Férias; Atestado de Saúde Ocupacional (ASO); Atestados Médicos; Ordem de Serviço (OS); Investigação de Acidente de Trabalho; Cópia de Documentos Pessoais. b) *Kit* Demissional: Termo de Rescisão; Aviso Prévio Indenizado; Aviso Prévio Trabalhado; Pedido de Demissão; Termo de Entrega de Seguro Desemprego; Perfil Profissiográfico Previdenciário e; Ficha de Equipamento de Proteção Individual.

Os *kits* são padronizados por normativa interna. Constata-se, porém, que não estão sendo adequadamente compostos e arquivados, refletindo em documentação sem assinatura ou faltante nas pastas físicas e digitais. Existem múltiplas caixas com numeração repetida, assim como índices incompletos, causando déficit na recuperação e perda de ações em contenciosos trabalhistas.

A empresa trabalha com três tipos de normativas internas: Formulários, Procedimentos e Instrução de Trabalho. Assim, a primeira atividade objetivou compreender nas normativas existentes a menção e/ou orientação acerca da produção e/ou tramitação de documentos referentes ao registro de colaboradores. Nesse sentido, foram recuperados quatro Formulários, dois Procedimentos e nenhuma Instrução de Trabalho (IT) que versasse sobre a temática.

Assim, foi proposta e elaborada uma Instrução de Trabalho (IT) capaz de descrever e normatizar o fluxo do processo, tornando explícitas as atividades a serem implementadas (coleta de assinaturas, digitalização dos documentos, conferência das pastas e envio dos documentos). A escolha da criação de uma IT, portanto, deve-se à ausência de uma normativa deste tipo que abordasse a produção e/ou tramitação de documentos e a possibilidade de condensar em uma mesma normativa todas as demais orientações presentes em outros documentos facilitando o entendimento e a recuperação das informações necessárias.

Conforme padrão das ITs da entidade, ela deve apresentar nas suas seções seus objetivos, o campo de aplicação, as responsabilidades e a descrição das ações a serem realizadas. O Quadro 2 explicita a estrutura e a definição descrita na IT, sendo um recorte do material completo e disponibilizado para a Empresa.

Quadro 2 – Estrutura e definições da Instrução de Trabalho

Seção	Descrição
Objetivos	Apresenta o escopo da normativa, assim como para quem e por quem deve ser aplicada.
Campo de aplicação	Apresenta os setores e/ou colaboradores no qual a normativa se aplica.
Responsabilidades	Apresenta os deveres a serem cumpridos por todos os setores e/ou colaboradores no qual a Instrução de Trabalho se aplica.
Admissão	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas no momento de admissão de um novo colaborador.
Afastamento	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas em caso de afastamento do colaborador.
Transferência	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas em caso de transferência do colaborador entre projetos e/ou setores da Empresa.
Desligamento	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas em caso de desligamento do colaborador.
Desmobilização	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas em caso de desmobilização dos projetos.
Pastas físicas e digitais	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas na organização das pastas físicas e digitais dos colaboradores.
Digitalização	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas na digitalização da documentação dos colaboradores.
Assinaturas	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas na coleta de assinaturas dos colaboradores.
<i>Checklist</i> de documentação	Apresenta as atividades a serem desenvolvidas no formulário de <i>checklist</i> da documentação dos colaboradores.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Após a finalização da IT, a mesma foi apresentada para a Gerente de Filial tendo um retorno positivo do material, repassando-o para as instâncias superiores para deliberação e futura aplicabilidade, no qual entende-se como positivo, pois como explicitado por Pereira e Silva (2019) ao desenvolver uma normativa é preciso conhecimento aprofundado das atividades e contato com setores e profissionais diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do diagnóstico arquivístico pode-se ter acesso a realidade da Empresa frente a produção, tramitação e tratamento para com os documentos. Do mesmo modo, através dos resultados se obteve informações acerca das necessidades da organização frente às pendências apresentadas.

Conclui-se que o problema de pesquisa foi respondido da seguinte maneira: foi possível intervir no processo de produção arquivística através do estabelecimento de normativas adequadas à cultura da empresa. A aplicação da IT possibilita à Empresa gerenciar de forma efetiva os processos de produção e/ou tramitação da documentação, percorrendo sobre as responsabilidades dos setores e atividades a serem executadas, "Assim, mantém-se uma uniformidade na rotina da instituição e evita-se duplicação de documento e de informação." (Pereira; Silva, 2019, p. 4).

Do mesmo modo, se destaca a importância do trabalho dos arquivistas desde a produção documental, padronizando normativas internas, refletindo no controle da criação de documentos administrativos e na gestão da informação dentro das organizações.

REFERÊNCIAS

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

EVANS, Frank B.; KETELAAR, Eric. **Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de lá gestión de documentos y la administración de archivos**: um estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1983.

LOPES, Luiz Carlos. As metodologias de diagnósticos, projetos e planos de trabalho. *In*: LOPES, Luiz Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília: Projecto Editorial, 2009. p. 157-225.

PANEMA, Rafaela da Conceição; TOGNOLI, Natalia Bolfarini. A função produção documental na literatura científica brasileira: uma análise dos periódicos arquivísticos nacionais (1998-2018). CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 2019. **Anais** [...]. Disponível em <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/28722>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PEREIRA, Diego Baptista; SILVA, Eliezer Pires da. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Gv6UIj>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Eliezer Mendes Lopes

Graduando em Arquivologia
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil

Evelin Melo Mintegui

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO MUSEU NA PANDEMIA DA COVID-19 A EXPERIÊNCIA DO PROJETO "VISITA VIRTUAL 360º" DO MUSEU THÉO BRANDÃO

Pollyana Cássia Gonzaga Ferreira

Guilhermina de Melo Terra

A partir do início do século XXI, segundo Pinto (2013), os museus passaram a ser concebidos como espaços voltados para a construção da memória e não mais como aqueles destinados, apenas, para o ato de lembrar e contar história. Este novo olhar, acrescido ao defendido no século XX, que coloca os museus como responsáveis em desenvolver o meio em que atuam, reforça ainda mais a necessidade de estes atuarem como espaços de mediação da informação.

Afirma-se isso, pois, a partir do momento que se conscientizarem do seu papel, enquanto mediadores da informação, os museus estarão contribuindo com a construção do olhar e atuação crítica dos visitantes, junto ao contexto social que fazem parte. Para isso, os discursos ofertados aos visitantes necessitam refletir suas necessidades culturais (cultura no sentido antropológico), pois, caso contrário, continuarão mantendo uma relação fria e distante com o público que necessitam transformar.

Nesta perspectiva, os espaços museais devem ser compreendidos como ambientes de comunicação e aprendizagem. Comunicação, pois, os visitantes necessitam ser atraídos e permitirem se envolver com os discursos ofertados, de modo a construírem um diálogo com o museu, capaz de resultar na troca de valores, experiências e visões de mundo. À medida que tal fato aconteça, os museus se assumirão como espaços de aprendizagem, haja vista que o envolvimento entre museu e visitante permitirá transformar as informações trocadas entre os sujeitos desse processo comunicacional em conhecimento.

Isto implica frisar que, o cumprimento do papel social dos museus só será possível à proporção que estes atuem não só de forma proativa, antecipando-se às

necessidades culturais do público a atender, mas também como espaços de mediação da informação. Corroborando com o exposto, Marandino *et al.* (2008) explicam que a mediação nas visitas a museus tem a finalidade de ampliar os conceitos e as experiências para todos os envolvidos no momento da visita, isto é, museu e visitantes, haja vista que o conhecimento é construído pelas relações e interrelações entre os envolvidos, levando-se a afirmar que, durante a ação mediadora, o conhecimento construído varia de acordo com o perfil do público, cuja programação se destina.

Por esta razão, Allard *et al.* (1996) afirmam que o saber apresentado no processo comunicacional sofrerá transformações, no sentido de gerar o conhecimento, portanto, a mudança social esperada, à medida que o discurso ofertado pelos museus se torne compreensível ao público. Os visitantes de museus, assim, não podem ser compreendidos como meros receptores da mensagem, como defendido pela teoria unilateral da comunicação, onde a mensagem parte, exclusivamente, do emissor, em direção ao receptor, com a preocupação deste, apenas, conseguir decodificar os códigos recebidos, pois tal decodificação não significa transformação da informação em conhecimento.

Segundo os autores, cada visitante carrega a sua bagagem de experiências e interpretações da realidade e o conhecimento se constrói na troca, nas relações. Nesse sentido, o espaço museal deve proporcionar um acesso democrático à ciência e à cultura, de forma ampla, procurando adaptar sua linguagem a públicos de diferentes faixas etárias, origens, culturas e interesses. Pensando assim, este estudo partiu da seguinte questão norteadora: Será que os museus, diante o contexto pandêmico, conseguiram atuar enquanto espaços mediadores da informação?

Assim, este artigo visa apresentar a atuação do Museu Théo Brandão/UFAL durante o contexto pandêmico da COVID-19, a fim de ser diagnosticado se o mesmo, pelo Projeto “Visita Virtual 360”, assumiu a postura mediadora. Caso o museu tenha cumprido o objetivo, em nível conceitual, afirma-se que o mesmo estaria a manter relação e interrelação com os visitantes, mesmo à distância, o que é defendido por Pimenta e Almeida Júnior (2009), como mediação explícita. Para isso, o estudo foi estabelecido pelas pesquisas descritiva, documental, bibliográfica e de campo, sob o caráter quanti-qualitativo. Parafraseando Almeida (2008, p. 25),

[...] mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Por mediação, entende-se toda ação de interferência, que provoca uma alteração em uma determinada realidade. Sob o prisma dialético, acredita-se no papel do homem e sua ação, como transformadores da realidade, tornando-se um ser histórico, capaz de fazer uso dos mecanismos que criou para fazer sua história no mundo (Duarte, 1993). Por esta razão, compreende-se, aqui, o museu como uma ferramenta de mudança da sociedade, por meio de sua ação mediadora.

O museu é um espaço que abriga a informação em formato de artefatos, documentos e que pode propiciar uma relação com estes elementos, sendo neste momento de interação, o de construção do conhecimento.

Logo, ele é um espaço de informação e conhecimento, por meio da ação mediadora atuando como espaço de comunicação e aprendizagem, capaz de contribuir com a transformação das informações em conhecimento e, assim, a transformação social. A atuação do museu seguiu as particularidades de cada período histórico que se seguiu. Sobre a importância da mediação, Silva (2009, p. 70 - 71) afirma que esta se revela

[...] na emergência de uma linguagem, de um sistema de representações comum a toda uma comunidade, a toda uma cultura. E, ao mesmo tempo, esse sistema de representações gera um sistema social, coletivo, de pensamento, de relações, de vida, ou seja, uma sociabilidade". Ainda segundo o autor: "Entenda-se por sociabilidade o conjunto de representações, de condutas e de práticas pelas quais uma pessoa é reconhecida como pertencendo a uma mesma sociedade.

A questão que se levanta nesta discussão é como o museu – entendido aqui como uma instituição cultural, onde se constrói e dissemina a informação e o conhecimento, entende e faz a mediação, principalmente em momentos de adversidades e crise. O objetivo geral foi analisar o processo de mediação da informação em museus, em especial no contexto das visitas durante a pandemia da Covid-19, a partir de uma experiência do Projeto de Visita Virtual 360º, do Museu Théó Brandão da Universidade Federal de Alagoas (MTB/UFAL). Como objetivos específicos

buscou-se identificar, a partir da literatura, as correntes e autores que tratam da mediação da informação no âmbito dos museus; levantar na literatura científica, discussões a respeito da atuação cultural e educativa dos museus na sociedade; discutir a Mediação a partir da experiência do Projeto Visita Virtual 360º do Museu Théo Brandão UFAL.

Este artigo mostra um pequeno recorte do que foi feito no período da pandemia do Covid-19 no MTB/UFAL. Como o museu se adaptou para manter a proximidade do público durante a pandemia? Ao registrarmos os desafios, experiências e experimentações, esperamos contribuir com os debates mais amplos do campo da Ciência da Informação - Mediação da Informação sobre a realidade atual e como as instituições têm lidado com as questões que ela apresenta.

Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Também uma investigação bibliográfica a respeito do tema, no qual buscou-se na literatura relatos de experiências, artigos científicos, notícias de jornais, teses e outros trabalhos acadêmicos, para traçar um panorama da mediação nestes espaços. Esperamos que este trabalho possa contribuir para reflexões na área, a respeito da Mediação da Informação em museus.

Para a realização do estudo, optou-se por um estudo de abordagem qualitativa, baseado na pesquisa bibliográfica para a construção da fundamentação teórica e a pesquisa de campo para a parte operacional, pelo método estudo de caso, tomando como sujeito a gestora do MTB.

Para entender como foram realizadas as ações de mediação em Museus, no âmbito das visitas durante a pandemia da Covid-19, foi escolhido para análise, à luz do referencial teórico desenvolvido, o Projeto Visita Virtual 360º do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB), equipamento cultural da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O MTB foi criado em 20 de agosto de 1975, em Maceió. O nome do Museu é uma homenagem ao professor, médico e folclorista Theotônio Brandão Vilela, cuja coleção de arte popular foi doada à Universidade Federal de Alagoas. Théo Brandão também fez doações de fotografias, folhetos de cordel, livros, discos, filmes em super-8, fitas de vídeo, slides e fitas cassete de antigas manifestações da cultura popular, que ele foi guardando ao longo da vida.

No acervo, há peças de todos estados do Nordeste, mas a maior parte dos objetos são alagoanos, entre os quais se destacam asoringas antropomorfas do artista Júlio Rufino e as esculturas em madeira dos artesãos Antônio de Dedé e Resêndio. É possível, ainda, encontrar no Museu, indumentária de folguedos natalinos com suas ricas coroas e outros adereços, brinquedos populares dos mais diversos materiais, objetos de fibra vegetal (caçuás, cestas, abanos, chapéus, etc), cerâmica utilitária da etnia Kariri Xocó, do interior de Alagoas, peças de culto afro-brasileiro, ex-votos e outros elementos provenientes do catolicismo popular, rendas e bordados (filé, labirinto, renda de bilros, boa-noite, singeleza, rendendê, etc.) e tantos outros objetos confeccionados por artistas.

A pandemia impactou drasticamente o Museu Théo Brandão em um momento de grande produção e difusão dos fazeres e saberes alagoanos através de seu acervo. De acordo com a museóloga do MTB, houve um corte abrupto nas funções diárias impactando negativamente na preservação e divulgação. Outros aspectos negativos observados foram: o desgaste predial; a perda de todos os bolsistas que atuavam diretamente com a pesquisa e conservação preventiva do acervo e a perda de funcionários terceirizados.

A museóloga explicou que a direção do Museu fez um empenho deliberado para evitar demissões, mas foi inevitável. Segundo a museóloga, foi uma reação em cadeia, uma consequência importante do impacto financeiro negativo que o museu sofreu. O MTB é um museu federal, mas não possui um orçamento próprio, assim para realizar maior parte de suas ações o museu precisa contar com patrocínio externo, e na grande maioria das vezes dos próprios servidores. Durante o período de confinamento, o MTB participou de alguns editais públicos, mas não foi contemplado, desse modo, a gestão continua buscando alternativas para que o equipamento cultural tenha um aporte financeiro que permita recuperar e restaurar o prédio sede e realizar ações de conservação preventiva de forma mais eficaz. Com o museu fechado durante o período da pandemia de Covid-19, obviamente a situação agravou um pouco mais.

Na maioria das vezes, as ações de mediação da informação do Museu Théo Brandão acontecem através de pesquisas aos acervos: tridimensionais, documental, fotográfico e bibliográfico. Gerando artigos e dissertações de alunos da graduação, mestrado e doutorado, pesquisadores e dos servidores do MTB. O acervo do MTB

também é publicizado em redes sociais da instituição, matérias jornalísticas específicas e exposições internas ou externas.

A alternativa virtual por meio do projeto "Visita Virtual 360º" foi uma estratégia de mediação da informação encontrada pelo Museu Théo Brandão para permanecer com as atividades durante a pandemia. O museu buscou se adaptar para criar experiências digitais e transferir a experiência física do museu para o digital, tentando atingir um público maior. A visita pela internet foi uma forma de ampliação da experiência museal quando a pandemia estava estabelecida, e uma maneira que o museu encontrou para continuar com ligação entre o público, e consequentemente a cultura alagoana. Silva (2021, p. 9) afirma que,

O fenômeno da virtualização e a consequente metamorfose do objeto museológico sofreram uma ascensão no período da pandemia e provocaram efeitos diretos sobre o campo museal. A Rede Europeia de Organizações de Museus (Nemo), em pesquisas recentes, aponta que mais de 60% dos museus europeus aumentaram sua presença on-line desde o início da pandemia. A maioria desses museus passaram a investir em passeios virtuais, exposições online, criação de podcasts, atividades educativas e digitalização dos seus acervos para acessos virtuais.

O Tour Virtual foi criado logo no início da pandemia de Covid-19 em parceria com a iniciativa privada. De acordo com a museóloga do MTB, a ação aproximou o museu do público em um momento que era necessário o isolamento social, mas, para além disso, rompeu barreiras geográficas, pois qualquer pessoa nos cantos mais remotos do mundo tiveram a possibilidade de visitar o Museu Théo Brandão, abrindo um novo mundo para a cultura alagoana representada no MTB. O visitante que acessa a página do museu ou em uma pesquisa pelo google é prontamente direcionado para o tour virtual; a partir daí o visitante pode escolher qual sala quer visitar primeiro, quais ângulos quer observar e clicando em alguns acervos encontra a informação específica sobre ele, uma experiência pioneira em Alagoas.

O Museu Théo Brandão foi um dos primeiros museus do Nordeste a adotar a ferramenta de tour virtual. O lançamento da plataforma de visitas gerou uma grande movimentação entre os usuários do museu e repercussão midiática intensa, com pico de três mil (3.000) visitantes em um único dia. Os dados gerais da plataforma do tour mostraram uma visitação média de novecentas (900) pessoas mês em 2020 e em 2021

aproximadamente trezentas (300) pessoas mês. Os feedbacks em sua grande maioria são positivos, é a constatação feita pela museóloga da instituição.

A museóloga do MTB, salientou que a realização do tour virtual veio na melhor época possível. “Está ação aconteceu quando a maioria das pessoas tiveram mais necessidade de visitar museus porque a situação de isolamento, aumentou a valorização de aspectos do cotidiano. No cenário de Alagoas, o Museu Théo Brandão esteve na vanguarda ao apresentar o seu circuito museológico virtualmente para o público. Esse tour mostrou que o Théo Brandão, mesmo em tempo de pandemia, não perdeu o contato com o público, ainda que de forma virtual, abriu suas portas, agora, para o mundo inteiro. Uma experiência nova, inclusive, até para quem já trabalha no museu porque o viu de um ângulo diferente”, disse a museóloga.

Além do projeto visita virtual, algumas adaptações possibilitaram ao Museu Théo Brandão, mesmo que remotamente, garantir o acesso do público às produções de artistas e coleções que vem trabalhando com diversos projetos que facilitam a mediação da informação como a parceria com o Grupo de pesquisa Representações do Lugar (RELU) na confecção de personagens e materiais gráficos para o público infanto-juvenil. O material produzido sobre personagens da cultura popular alagoana pode ser baixado e impresso em impressora doméstica para realização de trabalhos educativos sobre a educação patrimonial, valorização dos mestres da cultura popular e desenvolver a parte lúdica das crianças juntamente com o aprendizado.

O Museu também desenvolveu um trabalho de digitalização do acervo nos últimos anos e pretende em breve disponibilizar o acesso online aos pesquisadores. Durante a pandemia aconteceu a divulgação do acervo tridimensional através da publicação “Brasil em números”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que no ano de 2020 trouxe o Museu ilustrando as informações sobre censo demográfico (IBGE, 2020). A oferta de palestras e conversas com artistas alagoanos em lives pelas plataformas das redes sociais da instituição ganhou espaço nesse novo cenário. Ações como o “Munguzá Virtual” tiveram por objetivo discutir temas do universo cultural e das linhas de atuação do MTB.

As estratégias desenvolvidas no MTB durante o período de pandemia seguirão, mesmo com a retomada das exposições físicas e o retorno presencial dos visitantes. A museóloga do MTB enfatiza que a pandemia ensinou muito, inclusive o quanto a arte

em suas diversas faces salva, portanto, o equipamento tem algumas ações importantes para desenvolver ao longo dos próximos anos, mesmo ainda com a incerteza com relação à pandemia, mas essas ações serão pautadas na reestruturação e recuperação do MTB. Algumas atividades realizadas de modo online serão retomadas, a gestão estuda um formato capaz de chegar o mais próximo possível do público.

A pandemia e a visita virtual ativaram novas possibilidades culturais, que passaram a dialogar com ações já realizadas pelo Museu Théo Brandão. A virtualização do Théo Brandão e a sua presentificação na internet em tempos de pandemia conduziu a novas formas de coletar, de documentar, de expor e de comunicar. Para tanto, foi a partir das novas demandas e da realidade institucional que as funções museológicas clássicas foram reordenadas sob novo marco: o do digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste trabalho foi falar sobre a mediação da informação nos museus durante a pandemia da Covid-19, pois o lockdown impediu as visitas presenciais durante um longo período e muitos museus ficaram de portas fechadas. As limitações de visitação fizeram com que o público perdesse, com o distanciamento, uma parte da experiência transformadora que é estar num ambiente de museus.

Observamos que o museu não deixou de exercer seu papel fundamental como instância cultural e como é importante a sua contribuição na sociedade. O museu se diversificou e se reinventou na pandemia, o que foi possível constatar no caso em questão, no Museu Théo Brandão, através do Projeto Visita Virtual 360º. O projeto foi de importância social e pessoal, pois todos os envolvidos no processo de construção e execução do projeto demonstram esta experiência e o aprendizado.

A mediação sempre existiu nos museus e sempre existirá, são os profissionais desses equipamentos culturais que fazem com que a instituição e a mediação nestes espaços aconteçam e sejam compreendida. Sem dúvida um dos grandes desafios enfrentados pelos museus foi o surgimento do coronavírus, causador da covid-19. A partir do exposto, consideramos que este trabalho pode contribuir para a área de Ciência da Informação, pois mostra uma forma de fazer mediação da informação em tempos de crise. "O virtual surge como outra possibilidade de transformação dos

indivíduos a partir da sua relação com os objetos museológicos. Ele colabora para a ampliação da sua função social [...]” (Silva, 2021, p. 22).

Para o *International Council of Museums* - Brasil (Icom-Brasil), no futuro pós-pandemia, os museus terão um grande papel social e esse futuro começa agora, e a solidariedade será imprescindível para a construção de um mundo mais igualitário, diverso e inclusivo. É necessária essa inclusão também no meio virtual e que os agentes envolvidos compreendam que diversos grupos têm dificuldades em utilizar o ambiente virtual, principalmente por não ter familiaridade com o uso das tecnologias. Por isso, essa inclusão deve considerar cada indivíduo, de acordo com sua idade e condição social.

A pandemia mostrou que o Museu Théo Brandão buscou proporcionar uma experiência virtual aos seus clientes/visitantes, o museu enxergou no meio virtual como foco de suas ações neste período pandêmico. Assim, desenvolveram novas funções e características com a virtualidade e a tecnologia que contribuíram na sua missão. Deste modo, o Museu Théo Brandão preocupou-se com a apropriação da informação pelo sujeito através de um novo olhar e isso foi possível, graças à mediação da informação.

REFERÊNCIAS

ALLARD M., LAROCHE. M. C.; LEFEBVRE, B.; MEUNIER, A.; VADEBONCOEUR, G. La visite au Musée. **Réseau**. Canadá, p. 14-19, dez. 1995/jan., 1996.

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008.

IBGE. **Brasil em Números**. v. 28. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2019_v27_encarte.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**. Campinas: Editora Autores associados, 1993.

MARANDINO, M. Museus de Ciências como Espaços de Educação *In*: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.). **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005, p. 165-176.

PIMENTA, R. M; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 5 fev. 2023.

PINTO, S.; GOUVEA, G. Mediação: significações, usos e contextos. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.**, [online], 2014, v. 16, n. 2, p. 53-70. DOI 10.1590/1983-21172014160200. Acesso em: 5 fev. 2023.

SILVA, A. F. Pandemia, museu e virtualidade: a experiência museológica no “novo normal” e a resignificação museal no ambiente virtual. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. /], v. 29, p. 1-27, 2021. DOI 10.1590/1982-02672021v29e54. Acesso em: 26 jan. 2023.

SILVA, A. M. Mediação e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com.**, Porto, n. 9, p. 68-104, 2009. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2057/3098>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SOBRE AS AUTORAS

Pollyana Cássia Ferreira

Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas e Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas

Guilhermina de Melo Terra

Pós-doutorado em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Doutora em Museologia, pela mesma Faculdade. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Amazonas. Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas, pertencente ao Curso de Biblioteconomia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFAL), na linha de pesquisa Produção, Mediação e Gestão da Informação. Líder do Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação (GRUPIC).

DESENVOLVIMENTO DE JOGOS ELETRÔNICOS, INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA: INTERSEÇÕES E CENÁRIOS

Kethleen Ynara da Silva Cavalcante

Thaís Lima Trindade

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem se consolidado como um mercado emergente de significativa relevância no setor de jogos eletrônicos, evidenciado tanto pelo aumento no consumo quanto pela produção. A crescente popularidade dos esportes eletrônicos (*e-sports*), o florescimento de estúdios de desenvolvimento de jogos independentes e o investimento contínuo em inovação tecnológica indicam uma indústria em plena expansão e diversificação. No entanto, esse crescimento acelerado trouxe à tona a necessidade de uma estrutura jurídica sólida que regule as atividades do setor, assegurando um ambiente seguro e favorável para todos os envolvidos.

Nesse contexto, surge o Marco Legal dos Jogos Eletrônicos no Brasil (Brasil, 2024), uma iniciativa destinada a estabelecer diretrizes claras e eficientes para a regulamentação dessa indústria. Esse marco visa não apenas fomentar a inovação e proteger os direitos dos consumidores, mas também transformar o Brasil em um polo atrativo para investimentos e desenvolvimento tecnológico.

Portanto, este estudo tem como objetivo apresentar as principais necessidades informacionais do setor de desenvolvimento de jogos, e como a atuação dos profissionais em Biblioteconomia pode ser útil à indústria de desenvolvimento de jogos. Bem como, apresentar possibilidades de atuação do bibliotecário no setor de desenvolvimento de jogos eletrônicos.

OS JOGOS ELETRÔNICOS E A INFORMAÇÃO

As décadas de 1970 e 1980 foram significativas para a indústria dos videogames, à medida que a televisão se tornou uma plataforma de mídia para diversos jogos eletrônicos. Não há consenso sobre a definição de jogo, mas muitos teóricos concordam que os jogos envolvem desafios, competição, regras e diversidade. No entanto, a definição pode variar dependendo do contexto cultural, histórico e social em que são jogados.

Koster (2014) acredita que o termo “videogame” é apenas utilizado como uma tela de vídeo, mas com avanço da tecnologia, é apenas menos usado. A transição de “vídeogame” para “game” significa uma normalização e um acesso mais amplo aos jogos digitais. Yanaze (2018) apresenta o mercado de jogos digitais como um pilar econômico do entretenimento, com faturamento de US\$ 101,1 bilhões em 2016, com 42% em dispositivos móveis, significando implicações significativas para a indústria.

O crescimento substancial do mercado de jogos digitais também aponta implicações significativas para a indústria como um todo. O investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento, bem como em tecnologias emergentes, torna-se crucial para a manutenção da competitividade nesse cenário dinâmico. Além disso, a diversificação de plataformas de jogo¹ e a inovação constante são fatores que podem influenciar diretamente a participação de mercado das empresas.

Devido às medidas de distanciamento e isolamento social durante a pandemia da COVID-19, as tecnologias digitais tornaram-se essenciais para manter o contato com amigos e familiares, bem como para atividades diárias como trabalho e estudo. Plataformas de videoconferência, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas tornaram-se essenciais para a comunicação.

Além disso, as tecnologias digitais também permitiram que as pessoas tivessem acesso a serviços e entretenimento sem sair de casa, como o *streaming* de filmes, músicas e jogos eletrônicos. Isso tudo contribuiu para a criação de novas formas de

¹ Ou plataformas de *streaming* de jogos, consistem em ambientes virtuais que reúnem vários títulos de jogos eletrônicos.

presença e relacionamento, que permitiram que as pessoas mantivessem uma conexão virtual, mesmo fisicamente distantes.

Nesse contexto, o aumento no número de empresas sugere um interesse crescente e uma resposta positiva tanto do mercado quanto dos empreendedores em relação ao potencial e à demanda por jogos no país. A expressiva receita aponta para o impacto econômico substancial dessa indústria, destacando seu papel relevante no cenário econômico nacional. O aumento do número de empresas também sugere maior crescimento de oportunidades de empregos e de mais investimentos em pesquisa, inovação e desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes à área. Nesse contexto, uma compreensão das principais necessidades informacionais é crucial para profissionais e empresas envolvidos nesse setor:

Tendências e Inovações: Os profissionais do mercado de jogos eletrônicos precisam constantemente estar atualizados sobre as tendências emergentes e as inovações tecnológicas no setor. Segundo Sousa (2014), os atributos de um produto podem ser: observáveis ou mensuráveis, ou seja, concretos e abstratos. Para os jogos eletrônicos, isso pode incluir novas tecnologias de equipamentos como consoles, bem como tendências de *design* de jogos e mecânicas de jogabilidade.

No que tange às inovações tecnológicas, é essencial acompanhar as tendências do mercado, como consoles de videogame, placas gráficas, dispositivos de realidade virtual (VR) e aumentada (AR), entre outros. Essas tecnologias têm um impacto direto na experiência do jogador, oferecendo capacidades avançadas de processamento, gráficos de alta qualidade e imersão sem precedentes.

Além disso, as tendências de design de jogos e as mecânicas de jogabilidade estão em constante evolução. Os profissionais do setor precisam estar cientes das preferências dos jogadores, das mudanças nas narrativas, da inovação em gêneros de jogos existentes e do surgimento de novos gêneros (Novak, 2010).

Análise de Mercado: Segundo Schiffman e Kanuk (2000), não somente fatores cognitivos, mas os emocionais também afetam a decisão na hora da compra. Compreender o panorama competitivo do mercado de jogos eletrônicos é de suma importância para empresas e desenvolvedores. Isso inclui análises de concorrência, análises de público-alvo e previsões de demanda, a identificação dos principais players

do mercado, seus produtos, preços, estratégias de marketing e análise de pontos fortes e fracos.

Além disso, compreender o público-alvo é fundamental para o desenvolvimento de jogos bem-sucedidos. Isso inclui a análise demográfica (idade, gênero, localização geográfica) e psicográfica (interesses, comportamentos, preferências) dos jogadores. Entender as necessidades e preferências do público-alvo ajuda os desenvolvedores a criarem jogos que ressoem com sua audiência e a desenvolver estratégias de marketing mais eficazes (Novak, 2010).

Feedback dos Jogadores: Segundo Hattie e Timperley (2007), o *feedback* é um componente que fornece informações sobre a eficácia de suas ações e estratégias, orientando-as ao aprimoramento. O *feedback* dos jogadores é fundamental para a melhoria contínua dos jogos. Os desenvolvedores precisam coletar, analisar e responder aos comentários dos jogadores para aprimorar a experiência do usuário. O *feedback* dos jogadores precisa ser analisado de forma abrangente e sistemática para melhor aproveitamento dos resultados.

Nesse sentido, se faz mister a realização de estudos e levantamentos informacionais por meio de sessões de jogo ou eventos onde os usuários podem experimentar o jogo e fornecer *feedback* imediato; implementar métodos para coletar *feedback* de forma contínua, como formulários on-line, caixas de sugestões ou fóruns dedicados. Ferramentas de análise de dados podem ajudar os desenvolvedores a entenderem as opiniões dos jogadores em escala e a extrair *insights* significativos.

Regulamentações e Legislação: Os profissionais que atuam no desenvolvimento de jogos eletrônicos precisam ter acesso a uma variedade de recursos e legislações nacionais e internacionais, incluindo códigos de leis, regulamentos, jurisprudência, pareceres legais e tratados internacionais relevantes. Além disso, precisam estar em constante atualização de diversas fontes de informação especializadas, como bases de dados jurídicas, websites governamentais e publicações especializadas em direito digital e entretenimento.

Muitos países têm sistemas de classificação etária para jogos eletrônicos tais como o *Entertainment Software Rating Board* (ESRB) nos Estados Unidos da América, a *Pan European Game Information* (PEGI) na Europa, a *Australian Classification Board* (ACB) na Austrália e o *Computer Entertainment Rating Organization* (CERO) no Japão,

além da International Age Rating Coalition (Coalizão Internacional de Classificação Indicativa), que visam informar os consumidores sobre o conteúdo apropriado para diferentes faixas etárias. Os jogos eletrônicos envolvem também uma série de direitos autorais, incluindo direitos sobre o código-fonte, gráficos, música, efeitos sonoros, narrativas e personagens.

Os desenvolvedores devem garantir que seus jogos sejam classificados corretamente e que o conteúdo seja apropriado para a faixa etária indicada, e devem também garantir que possuam os direitos adequados sobre todos os elementos do jogo ou que tenham obtido permissão para usar materiais protegidos por direitos autorais de terceiros. Isso inclui questões como licenciamento de músicas, uso de imagens e respeito à propriedade intelectual de terceiros, publicidade e práticas comerciais.

Cabe salientar que com o aumento das preocupações com privacidade e segurança de dados, as regulamentações de proteção de dados tornaram-se mais rigorosas em muitos países. Os desenvolvedores de jogos eletrônicos devem estar cientes das leis locais e internacionais de proteção de dados, e garantir que estejam em conformidade ao coletar, armazenar e processar informações pessoais dos usuários.

Bibliotecas para desenvolvimento de jogos eletrônicos: As bibliotecas empregadas no desenvolvimento de jogos, são coleções de instrumentos, recursos de linguagem de programação utilizados e compartilhados por desenvolvedores de jogos para conceber, aprimorar e otimizar suas criações. Elaboradas com o intuito de simplificar o processo de produção, tais bibliotecas são concebidas para disponibilizar recursos específicos frequentemente encontrados em jogos. De acordo com a *Python Software Foundation* (2024), elas contêm tipos de dados que seriam normalmente considerados como parte central de uma linguagem, tais como números e listas.

Conforme exposto, é possível vislumbrar o alcance das necessidades informacionais demandadas do setor de desenvolvimentos de jogos, tais necessidades estão presentes em especial nos processos de design de jogos, desde a sua concepção a pós-produção.

O MERCADO DESENVOLVIMENTO DE JOGOS COMO POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

O mundo contemporâneo vê uma interação crescente entre informação e tecnologia, com os profissionais da informação desempenhando um papel vital na organização, preservação e disseminação do conhecimento. O modelo Conhecimento, Habilidades e Atitudes (CHA) é essencial para a compreensão das competências essenciais dos bibliotecários e sua relevância em diversos contextos, incluindo o mercado de jogos. O modelo CHA enfatiza a importância não apenas do conhecimento teórico, mas também de habilidades práticas e atitudes adequadas para um desempenho eficaz. No mercado de jogos, potencialmente os bibliotecários podem desempenhar um papel significativo na organização, classificação e compartilhamento de recursos digitais, bem como na adaptação às novas tecnologias.

No âmbito do desenvolvimento de jogos e da área de tecnologia da informação em geral, os conceitos de conhecimentos, habilidades e atitudes são frequentemente utilizados para descrever diferentes aspectos do domínio de uma determinada disciplina ou prática. Conforme os apontamentos de Murr e Ferrari (2020), Valentim (2010), Silva (2007) e Novak (2010) tais conceitos podem ser definidos como:

O **conhecimento** refere-se à compreensão teórica e conceitual de um assunto específico, como princípios de programação, teorias gráficas e de animação, princípios de design de jogos e muito mais. Pode ser atribuído à gamificação, educação e tecnologias de informação. A **habilidade** envolve a aplicação prática do conhecimento em situações do mundo real, como programação, design, otimização de desempenho e seleção de recursos. Enquanto a **atitude**, envolve combinar conhecimentos e habilidades de forma eficaz em um contexto específico, com foco na inteligência competitiva, inovação e adaptabilidade.

A partir dessa perspectiva, os conhecimentos específicos em organização, representação e disseminação de informações, ou capacidade de encontrar, avaliar e organizar informações relevantes para o desenvolvimento de jogos, são alguns exemplos das competências do bibliotecário que se tornam interesses ao mercado de jogos. Com o advento dos mundos virtuais e a crescente aceitação e procura pelos jogos eletrônicos por parte do público jovem/adulto, o mercado necessita expandir e

acelerar a produção de jogos, obrigando-se a alcançar anos de saltos tecnológicos em curtos períodos, o que torna bibliotecários e demais profissionais da informação uma necessidade crescente em diversos mercados (Paula, 2019).

Ludgate (2021), defende em uma matéria publicada no *Game Developer*² que os bibliotecários seriam uma solução para a “estagnação dos jogos”³. Frisa que existe forte relutância quanto a mudanças na contratação de profissionais no mercado de jogos, porém aponta que os bibliotecários são especialistas na gestão e organização de informações em ambientes físicos, digitais e híbridos, portanto, são capazes de promover e articular ações inovativas e criativas, exatamente um dos grandes entraves do mercado de desenvolvimento de jogos eletrônicos. Os conhecimentos em pesquisa e organização de informações são pontos estratégicos para ajudar as equipes de desenvolvimento a encontrarem referências relevantes, dados históricos e culturais, além de outras informações que enriqueçam a narrativa e a mecânica dos jogos.

Já as habilidades em análise crítica, curadoria de conteúdos e mediação de informações são especialmente valiosas. Dessa forma, os bibliotecários podem aplicar essas habilidades para ajudar na concepção e no desenvolvimento de enredos envolventes, personagens bem desenvolvidos e mecânicas de jogo inovadoras. Conforme apontado por Valentim (2002), sua capacidade de trabalhar com uma grande variedade de fontes de informação e de colaborar efetivamente com equipes multidisciplinares, torna-se um diferencial significativo no ambiente criativo e dinâmico de empresas dos mais diversos segmentos, com destaque para o segmento de jogos eletrônicos.

Ademais, a curiosidade, a criatividade, a abertura para novas ideias e a ética profissional são atitudes que os bibliotecários podem trazer para o ambiente de trabalho. A capacidade de pensar de forma inovadora, colaborar com colegas de equipe e manter um compromisso com excelência profissional são atributos valorizados em qualquer contexto de desenvolvimento de jogos. Essas e outras possibilidades são expostas no quadro 2:

² Portal criado em 1997 pela *CMP Media*, uma referência entre os desenvolvedores de jogos eletrônicos no mundo inteiro.

³ Diz respeito ao lançamento de jogos obsoletos, que por vezes são apenas “clones” de jogos anteriores (Ludgate, 2012).

Quadro 2 – CHA aplicáveis para atuação do bibliotecário no mercado de jogos

CONHECIMENTOS	
Conhecimento em tecnologia e mídia digital (Novak, 2010; Paula, 2019; Valentim, 2002)	Estar atualizado com as tendências em tecnologias emergentes, e plataformas digitais é fundamental para compreender o ambiente em constante evolução da indústria de jogos eletrônicos.
Conhecimentos em catalogação, classificação e indexação (Paula, 2019; Valentim, 2002)	Incluem a aplicação dos conhecimentos específicos em organização, representação e disseminação de informações.
HABILIDADES	
Habilidades de pesquisa e curadoria de informações (Valentin, 2002; 2010).	Capacidade de encontrar, avaliar e organizar informações relevantes para o desenvolvimento de jogos, incluindo referências culturais, históricas e científicas.
Habilidades de mediação e educação de usuários (Novak, 2010; Valentim, 2002)	Capacidade de mediar discussões, e educar o público sobre questões relacionadas aos jogos eletrônicos, incluindo seu uso responsável e seu potencial educativo.
Habilidades de análise crítica (Novak, 2010; Paula, 2019; Valentim, 2002; 2010).	Capacidade de analisar e criticar jogos eletrônicos de forma construtiva, identificando pontos fortes, fraquezas e aspectos relevantes para o público-alvo.
ATITUDES	
Curiosidade e abertura para novas experiências (Novak, 2010; Paula, 2019; Valentim, 2002; 2010)	Estar aberto a novas ideias, tecnologias e formas de entretenimento é fundamental para se adaptar ao ambiente dinâmico do mercado de jogos eletrônicos.
Criatividade e inovação (Novak, 2010; Paula, 2019; Valentim, 2002; 2010)	Ter uma mentalidade criativa e inovadora é essencial para contribuir com novas ideias, mecânicas de jogo e abordagens narrativas que se destaquem em um mercado competitivo.
Colaboração e trabalho em equipe (Novak, 2010; Paula, 2019; Valentim, 2002)	Capacidade de colaborar efetivamente com outros profissionais, incluindo designers, programadores, artistas e escritores, para criar jogos eletrônicos de alta qualidade e impacto.
Ética e responsabilidade profissional (Valentin, 2002; 2010)	Praticar a ética e a responsabilidade profissional, incluindo a promoção de valores positivos e a consideração dos impactos sociais, culturais e ambientais dos jogos eletrônicos.

Fonte: Cavalcante (2024).

Contextualizando o exposto no quadro 2, ao vislumbrar a tríade CHA aplicável a atuação do bibliotecário no mercado de jogos, é possível elencar as seguintes correlações:

Conhecimento sobre Classificação e Catalogação: O bibliotecário possui conhecimento sobre classificação e catalogação de recursos analógicos e digitais nos mais diversos suportes, incluindo jogos físicos e digitais. O bibliotecário é um intermediário avaliando os interesses e necessidades do usuário, capaz de compreender o público, prever necessidades informacionais e facilitar a localização e acesso aos recursos catalogados. O conhecimento é fundamental para estruturar e organizar uma biblioteca de jogos eletrônicos lógica e intuitiva, ajudando na definição de metadados e ao uso eficiente da equipe de desenvolvimento.

Familiaridade com Tecnologias de Informação: O mercado de games está intimamente ligado à tecnologia, exigindo que os profissionais se mantenham atualizados com plataformas de distribuição digital, sistemas de gestão de informações e catálogos on-line. Os bibliotecários podem fornecer conhecimentos valiosos na criação e revisão de documentos, incluindo manuais do usuário, guias de design e documentação técnica, garantindo o acesso da equipe do projeto às informações necessárias.

Capacidade de Pesquisa e Seleção de Recursos: O bibliotecário tem habilidades avançadas para pesquisa e seleção de recursos relevantes para atender às necessidades dos usuários específicos em jogos. Eles ajudam a avaliar a qualidade, relevância e adequação dos materiais e fontes de informação. Ao selecionar recursos digitais, eles selecionam materiais de referência como imagens, músicas, livros, artigos acadêmicos, documentos históricos, e digitais, lidando também com questões relacionadas a direitos autorais e licenciamento.

Conhecimento sobre Educação de Usuários: Bibliotecários com conhecimento em educação de usuários entendem a importância do *feedback* construtivo no processo de aprendizado (Valentim, 2002). Eles podem projetar sistemas dentro dos jogos eletrônicos que fornecem *feedback* imediato sobre o desempenho do jogador, incentivando a melhoria contínua e a autoavaliação.

Mediação e Atendimento ao Público: O bibliotecário possui habilidades de mediar o acesso a informação, e consequentemente aos recursos de jogos, oferecendo

orientação e suporte, exigindo habilidades interpessoais sólidas, empatia, comunicação eficaz e capacidade de lidar com diferentes perfis, selecionando recursos com acessibilidade e inclusão.

Inovação e Adaptabilidade: bibliotecários, como profissionais responsáveis pela gestão e disseminação da informação, estão intrinsecamente envolvidos no processo de inovação não só dentro das bibliotecas, mas em todos diversos espaços em que circulam a informação. O mercado de jogos está em constante evolução com novas tecnologias e tendências. Nesse contexto, a inovação é crucial no desenvolvimento de jogos eletrônicos, e a intersecção entre a inovação e o papel da informação é um tema de interesse crescente.

Nesse sentido, a inteligência competitiva se faz necessária e presente na rotina de uma empresa. Conforme Cabral Netto e Laurindo (2015), a inteligência competitiva desempenha um papel fundamental como suporte à gestão estratégica, visando auxiliar os tomadores de decisão na identificação, organização e transformação das informações pertinentes para o processo decisório.

A inteligência competitiva aplicada ao bibliotecário que atua no desenvolvimento de jogos eletrônicos por meio da coleta, análise e interpretação de informações relevantes sobre o mercado de jogos, tendências tecnológicas, concorrência e demandas dos usuários, bem como na identificação de parcerias e oportunidades de colaboração. Isso ajuda empresas e profissionais a identificar oportunidades de vantagem competitiva, aprendendo as estratégias, os pontos fortes, os pontos fracos e as direções futuras dos concorrentes (Varvakis Rados, *et al.* 2016). Destaca-se também a aplicação da

Embora tenham sido elencadas competência inerentes a formação em Biblioteconomia, é válido ressaltar que além dessas, existem outras competências que são necessárias ao bibliotecário que almeja atuar no mercado de desenvolvimento de jogos, e que devem ser adquiridas por meio de formações complementares à graduação. Dentre elas, Novak (2010) aponta que os diversos profissionais que desejam ingressar nesse mercado devem possuir imprescindivelmente conhecimentos

da cultura gamer, conhecimentos voltados a narrativa, estrutura de histórias e técnicas de *storytelling*⁴, habilidades em designer.

Quanto a tais competências apontadas, para o bibliotecário são formações complementares, e podem ser desenvolvidas a partir de atividades complementares em educação continuada, incluindo cursos livres, treinamentos, eventos, especializados, e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Outra possibilidade viável, consiste na participação ainda durante a graduação em atividades de ensino, pesquisa e extensão em outros cursos de graduação, que trabalhem tais competências essenciais apontadas por Novak (2010), estimulando assim a complementação na formação dos bibliotecários.

Evidenciando tais proposições, a pesquisa de Cavalcante (2024), apresenta os casos das bibliotecárias Joy DuBose e Nicole Celic. DuBose (2024), bibliotecária da *Mississippi State University*, é especialista em conteúdo de jogos eletrônicos desde 2020. Ela presta consultoria, apresentações e gerenciamento de conteúdo para pesquisadores e desenvolvedores de jogos, e participa de diversos projetos com foco em videogames e realidade virtual. Já Celic (2022), é uma bibliotecária, que desenvolveu um jogo eletrônico para sua filha durante a pandemia de 2020 e fundou a King Pagnapa, LLC. O estudo aponta ainda que a função de bibliotecário é cada vez mais procurada por empresas de desenvolvimento de jogos, conforme os anúncios de vagas na *Blizzard Entertainment Vault*, que buscou contratar um bibliotecário de metadados altamente organizado e detalhado para auxiliar na criação e aplicação de metadados para atividades de propriedade intelectual. Enquanto a *Ubisoft Entertainment*, recrutou um bibliotecário gerenciador de conteúdo digital, para diagnosticar necessidades de gerenciamento de conteúdo, desenvolver e executar estratégias para apoiar a organização e otimização de conteúdo e definir estratégias de gerenciamento de conteúdo para coleções audiovisuais (Cavalcante, 2024).

Esse ainda é um setor emergente na inserção do bibliotecário no cenário brasileiro, porém acredita-se que o Brasil caminhe rumo a essa tendencia devido a ascensão do mercado de jogos digitais como um setor economicamente significativo no país.

⁴ Narração de histórias e outras narrativas envolventes por meio da combinação de palavras e recursos audiovisuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Marco Legal dos Jogos Eletrônicos no Brasil (Brasil, 2024) representa um avanço substancial para a consolidação e regulamentação de um setor em rápido crescimento. Ao estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento, comercialização e distribuição de jogos eletrônicos, esse marco não apenas promove a segurança jurídica, mas também fomenta um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento econômico. Entre os pilares fundamentais que sustentam essa iniciativa estão os incentivos fiscais, a proteção ao consumidor e o combate à pirataria, os quais têm o potencial de transformar o Brasil em um polo atrativo para investimentos nacionais e internacionais.

Assim sendo, a informação desempenha um papel estratégico essencial nesse setor. O acesso a dados precisos e atualizados possibilita que desenvolvedores e empresas tomem decisões informadas, ajustando suas estratégias de mercado e inovação de acordo com as tendências e demandas do público. A transparência e a proteção dos dados dos consumidores são igualmente importantes para construir confiança e lealdade entre os jogadores. Nesse cenário, acredita-se que o bibliotecário, enquanto profissional de informação que dispõe de competências voltadas a gestão, seleção e disseminação do conhecimento, ocupa um papel crucial na organização, análise e interpretação dos dados e informações que impulsionam a inovação e o crescimento na indústria de jogos.

REFERÊNCIAS

BLIZZARD ENTERTAINMENT VAULT. Bibliotecário Sênior de Ativos Digitais. **Gamejobs**. 2022. Disponível em: <https://gamejobs.co/Senior-Digital-Asset-Librarian-at-Blizzard-Entertainment>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL. Lei Nº 14.852, de 03 de maio de 2024. Dispõe sobre a criação do marco legal para a indústria de jogos eletrônicos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024.

CAVALCANTE, K. Y. S. **O bibliotecário no desenvolvimento de jogos eletrônicos:** conhecimentos, habilidades e atitudes. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

CELIC, N. Bibliotecária que virou designer de jogos. **Public Libraries**. 2022. Disponível em: <https://publiclibrariesonline.org/2022/12/librarian-turned-game-designer/>. Acesso em: 6 fev. 2024.

DUBOSE, J. **Uma nova função de jogo: Realidade Estendida e Bibliotecário de Jogos**. 2024. Disponível em: <https://www.choice360.org/libtech-insight/a-new-gaming-role-extended-reality-and-gaming-librarian/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FORTIM, I. (org.) **Brazil: Game Industry Report 2022**. ABRAGAMES: São Paulo, SP, 2022.

HAI, M. C; WEN; Y. C. The essence of the competence concept: Adopting an organization's sustained competitive advantage viewpoint. **Journal of Management & Organization**, v. 16, n. 5, p. 677-699, 2010. DOI: [10.1017/S1833367200001802](https://doi.org/10.1017/S1833367200001802). Acesso em: 26 dez. 2023.

KOSTER, R. **A Theory of Fun for Game Design**. 2. ed. Sebastopol, EUA: O'Reilly Midia, 2013.

LUDGATE, S. A solução para jogos estagnados? Bibliotecários. **Game Developer**. 2012. Disponível em: <https://www.gamedeveloper.com/game-platforms/the-solution-to-stagnant-games-librarians->. Acesso em: 27 fev. 2024.

MENDONÇA, R. S. **Jogos eletrônicos como meio de produção de conhecimento**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MURR, C. E; FERRARI, G. **Entendendo e aplicando a gamificação**: o que é, para que serve, potencialidades e desafios. Florianópolis: UFSC, 2020.

NOVAK, J. **Desenvolvimento de jogos**. São Paulo, SP: Editora Cengage Learning, 2010.

NOTÍCIAS Gerais: O mercado de jogos eletrônicos cresce em todas as regiões do País, aponta o 2º Censo de Games. **UOL notícias**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/start/ultimas-noticias/2018/07/03/mercado-de-games-cresce-em-todo-brasil-aponta-2-censo-de-games.htm#:~:text=Mercado%20de%20games%20cresce%20em%20todo%20Brasil%2C%20aponta%202%C2%BA%20Censo%20de%20Games,-Imagem%3A%20Reprodu%C3%A7%C3%A3o&text=De%20acordo%20com%20pesquisa%20realizada,pa%C3%ADs%20entre%202013%20a%202018>. Acesso em: 28 dez. 2022.

PASSOS, K.G. F. O fluxo de informação no processo de desenvolvimento de jogos eletrônicos. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 35, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/35972>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PAULA, M. M. **Conhecimentos, habilidades e atitudes do moderno profissional da informação nos novos mercados com ênfase na atuação em empresas.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://www.riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5643>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SIMMONS UNIVERSITY. Bibliotecário de metadados, equipe do Blizzard Entertainment Vault, Irvine, CA. 2016. Disponível em: <https://slis-jobline.simmons.edu/2016/12/06/metadata-librarian-blizzard-entertainment-vault-team-irvine-ca/>. Acesso em 28 dez. 2022.

SOUSA, K. K. R. F. **Jogos digitais e Biblioteconomia: apontamentos para uma aproximação.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

UBISOFT ENTERTAINMENT. Bibliotecário Digital. **Gamejobs.** 2022. Disponível em: <https://gamejobs.co/Digital-Librarian-at-Ubisoft>. Acesso em: 10 mar. 2024.

UBISOFT ENTERTAINMENT. Líder da equipe de bibliotecário de mídia (estratégia de conteúdo audiovisual) - Grupo de Tecnologia. **Gamejobs.** 2022. Disponível em: <https://gamejobs.co/Media-Librarian-Team-Lead-Audiovisual-Content-Strategy-Technology-Group-at-Ubisoft>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VALENTIM, M. L. P. (org.). **Formação do Profissional da Informação.** São Paulo: editora Pólis, 2002.

VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação.** São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/j4gkh/pdf/valentim-9788579831171.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VARVAKIS RADOS, G. J.; INOMATA, D. O.; TRZECIAK, D. S.; MANHÃES, M. C. Serviço de informação como fator de vantagem competitiva nas organizações. **Biblios**, Pittsburgh, n. 65, p. 15-28, 2016. DOI [10.5195/biblios.2016.318](https://doi.org/10.5195/biblios.2016.318). Acesso em: 13 fev. 2024.

VIEIRA, F. P. **Gestão, baseada nas competências, na ótica dos gestores, funcionários e clientes, na empresa de assistência técnica e extensão rural do estado de Rondônia – Emater, RO.** 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

YANAZE, L. K. H. Aprimoramento de competências transversais no desenvolvimento de jogos digitais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS; ENCONTRO DE PERSQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2018, Fortaleza.

Anais Eletrônicos [...]. Fortaleza: CIET EnPED, 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/46/49>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ZICHERMANN, G; CUNNINGHAM, C. **Gamification by design**: Implementing Game Mechanics in Web and Mobile Apps. California: O'reilly, 2011.

SOBRE AS AUTORAS

Kethleen Ynara da Silva Cavalcante

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade
Federal do Amazonas

Thaís Lima Trindade

Professora Substituta do Curso de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Amazonas. Mestre em
Ciências da Comunicação. Bacharel em Museologia.
Bacharel em Biblioteconomia

O PAPEL SOCIAL DOS ARQUIVOS NO CONTEXTO DAS AÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Isabela Costa da Silva

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, nas sociedades ocidentais, o acesso aos arquivos era considerado um privilégio daqueles que detinham o poder e não um direito inerente à cidadania. Foi somente a partir da Revolução Francesa e da legislação referente a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789), que passou a ser reconhecida a responsabilidade do Estado em relação ao acesso aos documentos públicos, ainda que o acesso fosse direcionado à pesquisa histórica, servindo mais aos historiadores e pesquisadores do que aos cidadãos comuns na defesa de seus direitos.

A regulamentação de diversas leis de acesso à informação a nível mundial articulada com o fenômeno que ficou conhecido como “revolução da informação” ou “revolução digital”, em curso desde a segunda metade do século XX, tem tornado o papel dos arquivos e arquivistas cada vez mais desafiador devido às diversas mudanças ocorridas na sociedade desde então. Com isso, o novo cenário político, social e cultural tem proporcionado impactos significativos em vários segmentos da pesquisa na Arquivologia e Ciência da Informação.

Nessa perspectiva, o acesso aos arquivos passa representar uma nova dimensão social e política na qual deixou-se de lado o seu papel exclusivo como “sustentáculos do Estado” e “laboratórios da história” para assumirem a função de servir a sociedade. Além disso, a introdução da tecnologia da informação em todas as áreas da vida social impulsionou o campo arquivístico a adequar suas metodologias a essa nova realidade, o que tornou o acesso um processo mais dinâmico e menos burocrático no âmbito das instituições.

Este trabalho é um produto da pesquisa de doutorado defendida e aprovada em 2021 no âmbito da Ciência da Informação. Apresentamos aqui, de forma breve, um recorte em torno das principais discussões sobre o acesso à informação na perspectiva

arquivística, a medida em que buscamos aproximar o direito de acesso inserido na abordagem social dos arquivos. Portanto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o aspecto conceitual e epistemológico do acesso na perspectiva da Arquivologia. O problema da pesquisa consiste, portanto, em investigar se o acesso, enquanto conceito arquivístico, pode ser qualificado como um novo paradigma para a área ou como uma função social dos arquivos.

A escolha pelo tema abordado justifica-se por oferecer um olhar inovador sobre o papel social dos arquivos mediante as abordagens teórico-conceituais acerca das dimensões sociais do acesso à informação na perspectiva da arquivística contemporânea, contribuindo para a produção de conhecimento.

Para responder ao problema de pesquisa, adotamos como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa baseada na análise hipotético-dedutiva que buscou investigar a hipótese de que o acesso se configura no campo científico da Arquivologia como uma função social dos arquivos. O caráter exploratório deste estudo tem como principal fonte para a coleta de dados a revisão bibliográfica direcionada às áreas de conhecimento relacionadas à Ciência da Informação e Arquivologia, enfocando a pesquisa no âmbito da literatura arquivística internacional.

Devido às limitações deste trabalho, não pretendemos esgotar as abordagens teórico-metodológicas utilizadas durante a pesquisa de doutorado que o precedeu. Nas considerações finais, apresentamos uma síntese relativa às questões mais importantes tratadas no texto, bem como as principais inferências realizadas.

A seguir, discorreremos sobre algumas reflexões geradas no percurso da pesquisa sobre o aspecto conceitual e epistemológico do acesso no campo de estudo da Arquivologia nacional e internacional.

O ACESSO COMO CAMPO DE PESQUISA NA ARQUIVOLOGIA

As atuais reflexões sobre o acesso no campo de pesquisa da Arquivologia, ainda que sejam tratadas como uma temática fundamental, foram durante anos negligenciadas pela área, tendo maior impulso a partir das discussões inseridas pela governança informacional e a aprovação de leis de acesso à informação no cenário político mundial.

Ainda pouco explorado sob o aspecto conceitual e epistemológico, o conceito de acesso na perspectiva arquivística está relacionado ao:

[...] direito de acesso aos documentos produzidos e/ou acumulados pelo Estado em suas diversas instâncias, assim como aqueles produzidos por pessoas físicas, e as condições de acessibilidade, quais sejam: a faculdade de consultar documentos de arquivo de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor e em função de seu estado material de conservação e da existência de instrumentos de pesquisa (Hott; Oliveira, 2014, p. 41).

De acordo com a *Encyclopedia of Archival Science*, “o conceito de acesso concerne a um indivíduo que tem permissão ou privilégio para ver ou usar um *documento* ou conjunto de documentos” (ISO, 2001 *apud* Mcleod, 2015, p.11, tradução nossa).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 15), o acesso apresenta um duplo aspecto conceitual: Por um lado significa a “possibilidade de consulta a documentos e informações” e, por outro lado, significa a “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. Observa-se na literatura da área, o acesso como uma função arquivística¹ geralmente relacionada à difusão, tendo em vista que a difusão é a divulgação do acervo e promoção da acessibilidade aos documentos, visando oferecer acesso ao usuário (Rousseau; Couture, 1998).

A autora australiana Julie McLeod (2015) ressalta que: “o escopo do acesso é mais do que apenas ‘obter coisas’, seja por meio de pesquisa ou divulgação proativa, mais do que *accountability* e regulações de direito à informação. É dar suporte às atividades. *Accountability*, transparência e acesso amplo deveria ser um resultado natural” (Mcleod, 2015, p. 15, tradução nossa).

A perspectiva do acesso à informação contida nos arquivos como sendo um direito democrático para todo e qualquer cidadão surgiu na Europa e EUA a partir do século XX. O autor francês Michel Duchein (1983) destacou os principais eventos da área que introduziram a temática do direito à informação naquele período: a Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos ocorrida em Lisboa em 1959

¹ Dentre as funções arquivísticas reconhecidas pela Arquivologia clássica, destacamos as sete principais: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão (Rousseau; Couture, 1998).

com o tema “Acessibilidade aos arquivos em diferentes países” e o Congresso Internacional de Arquivos ocorrido em Washington em 1966 com o tema “a abertura dos arquivos para a pesquisa”. Além disso, destacaram-se as publicações do Conselho Internacional de Arquivos em parceria com a UNESCO com a denominação de RAMP *Records and Archives Management Programme* (RAMP) que buscava, dentre outras questões, identificar os principais obstáculos à ampliação do acesso aos arquivos (Duchien, 1983, p. 12).

Duchien (1983) propôs em quatro itens suas recomendações para a efetivação do acesso aos arquivos:

1) [a existência de] uma lei, ou ao menos um decreto, que estipule de maneira específica o direito de acesso aos arquivos públicos e os defina, de tal modo, que não deixe lugar a dúvidas a seu respeito; 2) [a expedição de] regulamentos oficiais e públicos que precisem quais são os documentos de livre comunicação, quais estão submetidos a restrições de comunicação e em que consistem os procedimentos para solicitar a autorização de consulta aos documentos que não tenham livre acesso; 3) os arquivos devem dispor, pelo menos, de locais para receber os pesquisadores e de pessoal competente a fim de que arquivos sejam acessíveis, isto é, a fim de classificá-los, inventariá-los e comunicá-los; 4) uma legislação que assegure um mínimo de garantias para acessar os arquivos privados que tenham interesse primordial para a história nacional. (Duchien, 1983, p. 44, tradução nossa).

Já o teórico inglês Hugh Taylor (1984, p. 33, tradução nossa), considerou que o acesso necessita de três condições fundamentais, as quais formam um tripé, que são: 1) acesso físico (condições de preservação/conservação), 2) acesso intelectual (instrumentos de pesquisa) e 3) acesso legal (normas jurídicas), conforme apresentamos na figura 1 abaixo.

FIGURA 1 – O acesso na perspectiva de Taylor (1984)

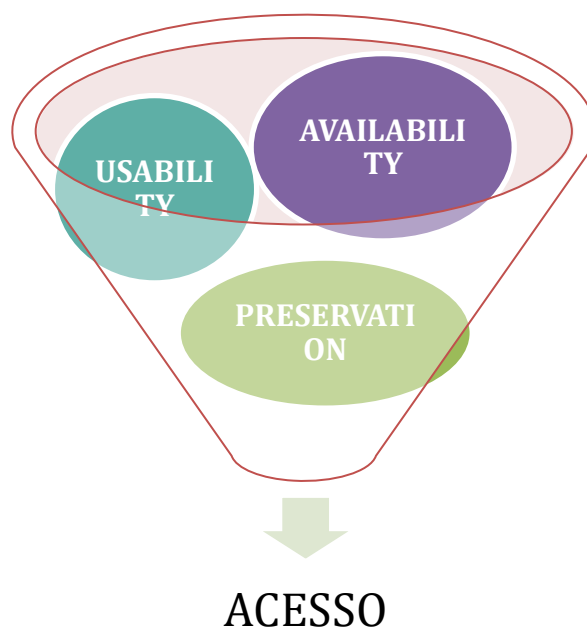


Fonte: Adaptado de Taylor (1984).

Assim sendo, conforme visto na figura 1, o acesso físico diz respeito às condições de preservação e conservação do acervo ao passo que, para fornecer acesso, os arquivos devem estar em condições físicas adequadas para tal, o que pode ser favorecido por meio da disponibilização de serviços de reprodução ou digitalização de documentos para os usuários. Já o acesso intelectual se refere a necessidade de tornar o conteúdo dos arquivos inteligíveis para os usuários, por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa e atividades de descrição, classificação, indexação de assuntos etc. que permitem orientar os usuários quanto ao conteúdo do acervo que se deseja ter acesso. Para este autor, o acesso legal diz respeito às normas jurídicas que definem se o documento pode ser de acesso público ou não.

De modo semelhante, Julie McLeod (2015, p. 12, tradução nossa) reflete sobre as dimensões do acesso à informação na perspectiva arquivística, relacionando em três pontos, que são: *Availability* (disponibilidade), *Usability* (usabilidade) e *preservation* (preservação), conforme a figura 2 abaixo.

Figura 2 – O acesso na perspectiva de McLeod (2015)



Fonte: Adaptado de McLeod (2015).

Dessa forma, conforme apresentamos na figura 2, a *Availability* (disponibilidade) consiste em identificar se a informação é detectável e recuperável, se possui metadados e instrumentos de pesquisa, se é divulgada de forma proativa

etc. Já a *Usability* (usabilidade) se refere à interpretação, compreensão e apresentação. Enquanto a *preservation* (preservação), consiste não somente no cuidado com a preservação do documento a longo prazo como também na gestão de documentos para acesso rápido e continuado ao conteúdo informacional. Para a autora (Mcleod, 2015, p. 23) é importante buscar o equilíbrio entre estes três pontos fundamentais para que o acesso possa ocorrer efetivamente.

No contexto brasileiro, o direito de acesso recebeu uma nova pauta de discussões a partir da aprovação da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011², conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual determinou que “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Brasil, 2011).

A implementação da LAI no Brasil representou, sobretudo, uma ruptura com a tradição histórica que marcava a cultura do sigilo nas práticas administrativas, principalmente pelo passado histórico recente do país marcado por 21 anos de ditadura militar (1964-1985) onde prevalecia o sigilo como regra e o acesso como exceção.

A LAI exigiu uma postura mais proativa da Administração Pública, destacando a adoção da ‘transparência ativa’ a qual passou a considerar como obrigação das instituições públicas a “divulgação de informações independente de solicitação” (Brasil, 2011). Com isso, a divulgação de informações passou a não se restringir mais aos documentos de valor histórico, vindo a englobar todos os aspectos do ciclo de vida documental.

Nessa perspectiva, a LAI estabeleceu uma ruptura também com relação ao papel dos arquivistas, na qual “a linha divisória que existia entre o acesso prioritariamente facultado ao produtor (nas fases corrente e intermediária) e ao usuário externo (na fase permanente) se rompe” (Oliveira, 2014, p. 26). Essa ruptura impõe mudanças tanto na administração pública em se adequar ao que determina a

² Em 18 de novembro de 2011, a Presidente da República sancionou a Lei nº 12.527, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e os artigos 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. (Indolfo, 2013, p. 10).

legislação, quanto aos arquivistas que passam a incorporar uma nova significação para o acesso no âmbito de sua atuação profissional.

A seguir apresentamos algumas abordagens que consideram o acesso como um novo paradigma para a Arquivologia, a partir das rupturas observadas no campo científico da área, refletindo sobre essas mudanças e seus impactos sobre o papel dos arquivos e dos arquivistas para a sociedade.

O ACESSO NA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA: PARADIGMA OU FUNÇÃO SOCIAL?

As discussões atuais em torno do acesso têm motivado muitos estudos e reflexões na literatura arquivística. A autora australiana Barbara Reed (2014) considera que o acesso foi um campo de estudos negligenciado pela Arquivologia durante muito tempo e o impulso atual em direção à governança informacional tem contribuído para “recuperar o nosso lugar à mesa e ajudar as organizações a lidarem com a complexidade da regulamentação e exigências do acesso público” (Reed, 2014, p. 131, tradução nossa). Para essa autora, os profissionais arquivistas devem aproveitar esta oportunidade para repensar seu lugar nos regimes de acesso à informação em direção aos direitos do indivíduo e não apenas os da instituição.

Já a autora alemã Angelika Menne-Haritz, considera que as reflexões atuais em torno do acesso aos arquivos formam um novo paradigma para a Arquivologia.

O acesso é entendido como a chave que permite aos arquivos adquirir um perfil como instituições profissionais competentes orientadas para a gestão de serviços. Ele muda fundamentalmente a visão do pensamento arquivístico e apoia a mudança da diferença entre passado e futuro para a nova diferença de restrito ou disponível que enraíza a profissão arquivística definitivamente no presente (Menne-Haritz, 2001, p. 59, tradução nossa).

Para Menne-Haritz, o acesso deve ser neutro, de modo que os próprios usuários sejam responsáveis pela busca e pela interpretação de seu conteúdo, e o papel do arquivista centra-se em disponibilizar o material e oferecer a infraestrutura que facilita o seu manuseio. Desse modo, define o paradigma do acesso como: “a responsabilidade autônoma dos pesquisadores pelos conteúdos que eles encontram

nos registros, e uma gama completa de instrumentos ajudando-os a chegar às fontes de que precisam e avaliar sua relevância” (Menne-Haritz, 2001, p. 61).

Para a autora, o paradigma do acesso reforçaria os desafios teóricos da área, bem como a implementação pragmática de métodos e ideias de arquivo que podem aproximar teoria e prática em prol da melhoria dos serviços arquivísticos, como promover estudo de usuários e a transparência informacional de forma efetiva. (Menne-Haritz, 2001, p. 77).

As discussões proporcionadas pelo acesso no campo arquivístico ressignificaram a noção de arquivo, que se desprende do objeto tangível de suporte analógico passando para a noção de “informação vinculada a processo”. De acordo com teórico holandês Theo Thomassen (1999), o objetivo atual do novo paradigma é a “qualidade arquivística, com modelos para a transparência, poder e relação estável entre a informação e a geração de processos de negócios.” Nessa concepção, o autor afirma que “o antigo paradigma não está completamente deixado de lado, mas é integrado no novo domínio de definição” (Thomassen, 1999, p. 5, tradução nossa).

As discussões sobre o acesso na perspectiva social da Arquivologia têm embasamento na corrente Pós-Custodial introduzida em meados do século XX, a qual buscou maior aproximação com os estudos de Terry Cook acerca da “abordagem social dos arquivos” (Cook, 1997), Brien Brothman sobre a “proposição culturalista dos arquivos” (Brothman, 1991) e Hans Booms sobre o “paradigma social dos arquivos” (Booms, 1987). Essas abordagens buscavam uma maior transversalidade e receptividade às transformações sociais a partir do acesso aos arquivos, importante para o processo de construção de uma Arquivologia interdisciplinar.

Para Terry Cook (1997), as novas perspectivas proporcionadas pelas recentes “abordagens sociais” exploram novos conceitos da teoria e metodologia arquivísticas, representando uma mudança fundamental no discurso arquivístico, que abandona a visão estatista e passa a refletir a sociedade a que o Estado deve servir.

Na concepção da Ciência da Informação o paradigma epistemológico social foi proposto por Rafael Capurro (2003). Ao considerar os condicionamentos sociais inerentes a informação, o autor aponta fatores como as necessidades dos usuários, a realidade organizacional e as relações de poder envolvidas nos processos informativos

e na construção da informação, evidenciando a constituição de regimes informacionais específicos nesses processos (Capurro, 2003).

Ao destacar o acesso como “função social” nos referimos basicamente ao modelo coletivo que reflete as circunstâncias particulares em que o indivíduo está inserido (Durkheim, 1978). Desse modo, a função social do arquivo abrange o seu impacto transformador na sociedade, relacionado de modo geral a:

[...] toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (Durkheim, 1978, p. 10).

Neste trabalho consideramos o acesso à informação como uma função social dos arquivos, buscando ampliar os espaços de diálogos no campo de pesquisa, principalmente a partir da aprovação da legislação de acesso à informação e do reconhecimento social sobre o direito democrático que envolve o acesso à informação contida nos arquivos.

Reconhecemos, portanto, que o documento de arquivo – produzido no decorrer de uma atividade, de acordo com as necessidades do produtor – pode vir a assumir diversas funções sociais, em razão do seu uso para o interesse público e social. Por conseguinte, em uma sociedade democrática, cujo Estado é obrigado a prestar contas acerca das ações realizadas por seus governantes, os arquivos e arquivistas devem assumir o seu papel social em fornecer o acesso como valor principal. Conforme destacou Eric Ketelaar “o acesso permite que os cidadãos participem mais estreitamente nos processos e garante que a administração disfrute de maior legitimidade, eficácia e responsabilidade perante o cidadão em um sistema democrático” (Ketelaar, 2002, p. 224, tradução nossa).

Na mesma direção, Menne-Haritz (2001) afirma que

[...] o principal serviço que os arquivos oferecem às sociedades globais emergentes é o acesso ao material para a memória, e assim garantem a capacidade de construir e moldar a memória de uma forma que nos ajuda a compreender os problemas atuais e nos prepara para o futuro (Menne-Haritz, 2001, p. 59, tradução nossa).

A seguir, apresentamos as considerações finais, onde destacamos os dados mais significativos da pesquisa realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que o acesso à informação possibilitou para a visibilidade dos arquivos na sociedade permanecem no início de uma discussão que ainda tem muito a se desenvolver. O aprimoramento dos recursos tecnológicos que já fazem parte da vida cotidiana da sociedade ampliou as possibilidades de novos usos e usuários para os arquivos. A agenda política e social, que se volta para a transparência governamental, *accountability*, justiça social e diversidade, tem tornado as demandas por acesso cada vez mais emergentes no campo arquivístico.

Entretanto o acesso aos arquivos públicos esbarra muitas vezes em questões políticas, organizacionais e culturais, que comprovam que apenas o marco regulatório não garante os mecanismos necessários para efetivar o amplo acesso à informação. O pouco conhecimento da sociedade no que tange ao acesso à informação constante nos arquivos decorre da carência de uma cultura de transparência, que pode levar décadas ou até mesmo séculos para ocorrer.

No Brasil, ainda que a Lei Nº 12.527/2011 tenha sido uma conquista histórica fundamental para legitimar o direito de acesso à informação para a sociedade, apenas a existência da legislação não é suficiente para garantir que o acesso ocorra efetivamente. Os 10 anos de experiência de implantação da LAI denotam que o acesso à informação apresenta fragilidades e ameaças, conforme mostrou o livro “Dez anos da Lei de Acesso à Informação: limites, perspectivas e desafios” – ainda se observa a precariedade ou ausência de iniciativas que tenham o propósito de estimular os cidadãos e cidadãs a conhecerem a LAI, entenderem seu funcionamento e sua importância para o exercício do direito à informação (Geraldine *et al.*, 2022, p. 13).

Consideramos, portanto, que é fundamental que ocorra simultaneamente à aplicação da LAI, o fomento às políticas públicas e ampliação das ações do Estado em programas de apoio às políticas informacionais. O investimento em políticas públicas de gestão de documentos nos órgãos e implementação de procedimentos arquivísticos

adequados são fundamentais para tornar acessíveis os documentos de arquivo que compõe o patrimônio da sociedade e apoiar o cumprimento da lei.

Com relação ao problema de pesquisa apresentado neste trabalho, constatamos que, apesar das mudanças significantes com relação a teoria e prática arquivística para atender às demandas estabelecidas pelos dispositivos que envolvem o acesso à informação, o acesso não se configura como novo paradigma para a área, mas sim como uma função social dos arquivos. Consideramos, portanto, que não houve uma ruptura ou superação com relação ao antigo paradigma, mas sim uma reconfiguração do acesso e suas dimensões sociais. A Arquivologia como campo científico é permeada pela coexistência de paradigmas e revoluções científicas decorrentes das práticas e demandas sociais existentes.

Conforme destacamos em Silva (2021), o acesso é aqui considerado como uma função social dos arquivos, a qual evidencia o seu impacto transformador na sociedade como regra jurídica constituída e organizada, que exerce influência sobre a vida social coletiva e individual, podendo até mesmo alterar as relações sociais, principalmente as formas como os indivíduos buscam e usam informação, as construções da memória social, os mecanismos de busca por justiça e verdade e outros valores que compõem os pilares da democracia (Silva, 2021, p. 183).

Os arquivos estão se movendo de uma posição remota e periférica de preocupações intelectuais sociais para um lugar mais central na vida cotidiana da sociedade. Essa mudança requer que os arquivos sejam vistos e tratados como mecanismos transformadores que precisam constantemente ser redescobertos por novos significados, usos e usuários.

Diante disso, acreditamos que esse trabalho oferece um olhar inovador sobre o papel social dos arquivos, mediante as abordagens e perspectivas até aqui apresentadas. O objetivo inicialmente proposto foi atingido e consideramos que a pesquisa realizada pode vir a abrir outras frentes de reflexão importantes para o campo arquivístico. Para isso, é necessário ampliar nossas habilidades em transformar arquivo e informação em conhecimento por meio de uma abordagem contextual que ofereça múltiplas possibilidades de processos de contextos que formam e transformam o documento de arquivo ao longo de sua história.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>.

Acesso em: 15 jun. 2016.

BOOMS, Hans; JOLDERSMA, Hermina; KLUMPENHOUWER, Richard. **Society and the formation of a documentary heritage**: issues in the appraisal of archival sources. *Archivaria*, p. 69-107, 1987.

BRASIL. **Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

BROTHMAN, Brien. Orders of value: probing the theoretical terms of archival practice. *Archivaria*, Canadá EUA, 1991. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11761>. Acesso em: 13 set. 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5, 10 nov. 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 18 p. Trad. Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Monica Erichsen Nassif Borges. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 7 mar. 2022.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, Canadá EUA, v. 43, 1997.

DUCHEIN, Michel. **Obstacles to the access, use and transfer of information from archives**: A RAMP study. Paris: UNESCO, 1983.

DURKHEIM, Emile. O que é fato social. In: DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972. p. 1-4, 5, 8-11.

FRANÇA. **Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen**. 1789. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em: 7 mar. 2022.

GERALDES, Elen *et al.* (org.). **Dez anos da lei de acesso à informação**: limites, perspectivas e desafios. São Paulo: INTERCOM, 2022.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; OLIVEIRA, Lais Pereira de. Aspectos intervenientes da Lei de Acesso à Informação no processo de gestão documental nas organizações. **Acesso Livre**, Coimbra, n. 2, 2014. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/821246/daniela-francescutti-martins-hott1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

KETELAAR, Eric. Archival Temples, Archival Prisons: Modes of Power and protection. **Archival Science**, n. 2, p. 221-238, 2002. Disponível em: <https://www.nyu.edu/classes/bkg/methods/ketelaar1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MCLEOD, Julie. Access to information: challenges and opportunities for the records profession. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. (org.) **Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2015.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access: the reformulation of an archival paradigm. **Archival science**, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O lugar dos arquivos após a Lei de Acesso à Informação: uma perspectiva do cenário do poder público federal. In: OLIVEIRA; SILVA (org.). **Lei de acesso à informação: Impacto e limites nos arquivos de ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

REED, Barbara. Reinventing access. **Archives and Manuscripts**, v. 42, n. 2, p. 123-132, 2014.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, Isabela Costa da. **A dimensão do acesso à informação pública e os arquivos do regime militar: um olhar sobre a função social dos arquivos**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

TAYLOR, Hugh A. **Archival services and the concept of the user: a RAMP study**. Paris: UNESCO, 1984.

THOMASSEN, Theo. The Development of Archival Science and its European Dimension. **Swedish National Archives**, Estocolmo, fev. 1999. Disponível em: <http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/3970>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SOBRE A AUTORA

Isabela Costa da Silva

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFF), Bacharel em Arquivologia (UFF). Arquivista da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atualmente ocupa o cargo de Diretora do Arquivo Central da UNIRIO.

INCLUSÃO: UM ESTUDO DO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Ítalo Rodrigo Soares dos Santos

Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade

INTRODUÇÃO

A inclusão social é um princípio norteador consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, refletindo o compromisso do Estado brasileiro em construir uma sociedade mais justa e igualitária. A Carta Magna, em seu artigo 3º, estabelece como um dos objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Esse dispositivo constitucional destaca a necessidade de criar políticas públicas e ações afirmativas que visem à inclusão social, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso igualitário a oportunidades e benefícios. E em seu artigo 5º, diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (Brasil, 1988). Ressalta-se também, ainda no artigo 5º que “IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação [...]”, de modo que “XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Ao analisarmos o contexto social que vivemos, podemos nos questionar se a ausência de Pessoas com Deficiência (PcD) se dá pelo motivo de inacessibilidade; por falta de recursos inclusivos (que forneçam a integração social); ou ainda, por obstáculos criados pela própria sociedade para a não inclusão e/ou outros. De toda forma, a ausência de inclusão, é um erro gravíssimo que temos de corrigir e/ou reparar para ter um sistema justo e acessível para todos.

Ainda, a resistência a mudanças culturais e a falta de conscientização em relação à diversidade podem ser obstáculos para a inclusão social. O desconhecimento e a intolerância muitas vezes perpetuam práticas discriminatórias, prejudicando a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Enfrentar esses problemas exige

não apenas ações governamentais, mas também a conscientização coletiva e a promoção de uma cultura inclusiva, onde a diversidade seja celebrada e respeitada como um valor fundamental.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental refletir, discutir, promover e implantar ações em que o acesso de PcD em instituições de ensino e em bibliotecas seja um imperativo que transcenda a simples adaptação de espaços físicos. A biblioteca representa a concretização de um princípio essencial: o acesso igualitário ao conhecimento e à cultura para todos os membros da sociedade. Ao considerar as necessidades específicas das PcD, as bibliotecas não apenas cumprem requisitos legais, mas também desempenham um papel crucial na construção de comunidades verdadeiramente inclusivas.

A biblioteca, como guardiã do conhecimento, torna-se um ponto de convergência onde a diversidade de habilidades, experiências e perspectivas é acolhida e valorizada. A inclusão de PcD não se restringe apenas à implementação de rampas ou à disponibilização de materiais em formatos alternativos, mas abrange uma transformação mais profunda na maneira como concebemos o acesso à informação.

Visando a inclusão dos discentes, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) desenvolveu o Núcleo de Acessibilidade (NAC), ativo desde 2013, que tem exigência pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Programa Incluir (Programa de Acessibilidade na Educação Superior). O NAC desempenha um papel central na promoção da inclusão, de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades/Superdotação, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), entre outros e tem o objetivo de “[...] garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem [...] através da remoção de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, digitais, curriculares e/ou pedagógicas, em conformidade com as diretrizes nacionais que orientam a inclusão educacional na Educação Superior” (UFAL, 2018, p. 1).

Ao garantir que o ambiente universitário seja acessível a todos, o NAC contribui para a construção de uma comunidade acadêmica diversificada e inclusiva, de modo que cada estudante, independentemente das suas características e habilidades, pode participar plenamente das atividades educacionais. Salienta-se que cada estudante com deficiência possui necessidades específicas, e o NAC atua como um mediador

entre essas necessidades e a estrutura acadêmica. A implementação de tecnologias assistivas, adaptações e suporte pedagógico personalizado são algumas das maneiras pelas quais o núcleo pode atender às demandas individuais, proporcionando aos estudantes com deficiência as ferramentas necessárias para alcançar seu pleno potencial acadêmico.

Em 2022 a Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGRAD) e com o Sistema de Bibliotecas (SIBI) foi criado o Laboratório de Acessibilidade (LAC), que está localizado na Biblioteca Central do Campus A. C. Simões. A princípio, o LAC foi desenvolvido para atender, inicialmente, às necessidades dos estudantes com deficiência visual. Com isso, podemos estabelecer que a acessibilidade em bibliotecas para PcD é fundamental para garantir que todos tenham igualdade de acesso ao conhecimento, informação e cultura. E o acesso à informação; inclusão educacional; recursos acessíveis; treinamento de pessoal e respeito à diversidade são aspectos a serem assegurados pelas universidades.

A partir da reflexão sobre a importância da inclusão de PcD nas universidades e nas bibliotecas, questiona-se: Como o LAC/UFAL facilita o acesso a tecnologias, materiais educacionais e ambientes físicos, permitindo que estudantes e membros da comunidade universitária superem barreiras relacionadas aos diferentes tipos de deficiências?

Assim, esse artigo tem como objetivo descrever o Laboratório de Acessibilidade da UFAL e como ele promove a integração dos alunos em aspectos de ensino, pesquisa e extensão. Os objetivos específicos, são: discutir sobre a importância da inclusão na biblioteca; identificar os produtos e serviços que são disponibilizados a comunidade.

Portanto, acredita-se que explorar como o LAC funciona, como ele contribui para a conscientização sobre a importância da acessibilidade e como ele promove a pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras é fornecer *insights* que auxiliem na otimização e no fortalecimento do papel do LAC/UFAL, consolidando-o como um elemento essencial para uma universidade e a biblioteca verdadeiramente inclusiva.

O artigo está estruturado em quatro seções, a primeira é a introdução e apresenta o contexto da pesquisa, questão problema e objetivos. A segunda é composta pelo referencial teórico com discussões teóricas-conceituais sobre a inclusão de PCD nas universidades. A terceira seção é a metodologia da pesquisa. Na quarta a

análise, apresentação e discussão dos dados, seguido das considerações finais e referências.

DIVERSIDADE E O COMPROMISSO DA UFAL COM UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ressalta-se nessa seção a importância da inclusão de PCD no ambiente acadêmico, destacando o papel essencial do NAC e do LAC na UFAL. A luta contra o capacitismo é abordada como um fator essencial para promover a igualdade, destacando a necessidade de mudanças culturais e estruturais.

O DIREITO À INFORMAÇÃO

A luta contra o capacitismo é uma jornada essencial na promoção da igualdade e inclusão. O capacitismo, que se manifesta através de atitudes discriminatórias e preconceituosas em relação às PCDs, cria barreiras que impedem a plena participação dessas pessoas na sociedade. Para promover a acessibilidade e corrigir esses preconceitos, é crucial fomentar uma mudança cultural e estrutural. Isso inclui a conscientização sobre a diversidade de habilidades, a implementação de políticas inclusivas nos espaços públicos e privados, e a criação de ambientes que respeitem as necessidades específicas das PCD.

De acordo com Sassaki (2009) a inclusão social "[...] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações".

A existência de pessoas com deficiência na universidade é primordial para promover uma educação mais inclusiva e enriquecedora. Com isso, a diversidade de experiências e perspectivas que esses estudantes trazem contribui significativamente para a riqueza cultural e intelectual da instituição. Além de quebrar estigmas e preconceitos, a inclusão de pessoas com deficiência promove a igualdade de oportunidades, desenvolve a empatia entre os estudantes e impulsiona a inovação e criatividade. A universidade, ao acolher e apoiar a diversidade funcional, desempenha

um papel fundamental na formação de uma sociedade mais justa, consciente e socialmente responsável.

A presença de estudantes com deficiência enriquece a experiência universitária ao trazer perspectivas únicas e ampliar a compreensão sobre as diferentes formas de superar desafios. Além disso, a inclusão de PCDs nas universidades estimula a criação de ambientes acessíveis, impulsionando inovações tecnológicas e metodológicas que beneficiam toda a comunidade acadêmica. Nessa perspectiva Sasaki (2006, p. 147) destaca que:

Muitas pessoas com deficiência necessitam que sejam feitas adaptações e/ou que sejam feitas construções já acessíveis, caso em que tem sido utilizado mais o desenho acessível. No esforço de inclusão, tanto as adaptações como as novas construções utilizam o desenho universal.

Sasaki (2006) propõe diversos modelos sociais para promover a inclusão de maneira equitativa para pessoas com deficiência. Reconhecendo a singularidade e as necessidades individuais de cada pessoa, ele destaca a importância de atender a essas demandas de forma personalizada, ressaltando até, evitando redundâncias. Ao trazer o capacitismo para discussões no ambiente universitário, surge a reflexão sobre a possibilidade de desigualdades no ensino para pessoas com deficiência devido à falta de recursos adequados. Esta perspectiva levanta questionamentos sobre como garantir um ensino de qualidade, participativo e produtivo, assegurando que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, tenham igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico. Com isso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência na Lei nº 13.146/2015 conceitua acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015a, p. 2).

Ao tornar as universidades acessíveis, compreendendo a necessidade da inclusão educacional, reconhecemos a sua importância desde a implementação da Lei de Cotas (Lei nº 13.409/2016), que engloba Pessoas com Deficiência em ambientes acadêmicos. Esses espaços devem não apenas proporcionar acessibilidade para o deslocamento dentro da universidade, mas também assegurar suporte e padrões

essenciais, criando um ambiente inclusivo no qual esses usuários se sintam plenamente integrados.

Desse modo, a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades representa não apenas uma conquista na luta contra o capacitismo, mas também uma oportunidade para reformar a estrutura da sociedade acadêmica. Ressaltamos que, a presença desses estudantes enriquece a diversidade de experiências e perspectivas, contribuindo para a construção de uma instituição inclusiva, enriquecedora e tecnológica.

O Decreto Legislativo nº 261, promulgado em 25 de novembro de 2015, representa um marco significativo no contexto do acesso à informação para pessoas com deficiência visual. Este decreto refere-se à validação do Tratado de Marraqueche, que tem como objetivo facilitar o acesso a obras publicadas em formato acessível, como braile, áudio e formatos digitais, para pessoas com deficiência visual. Logo, desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos humanos, assegurando que as pessoas com deficiência visual possam usufruir plenamente do conhecimento, cultura e entretenimento disponíveis na sociedade, alinhando-se assim aos princípios de acessibilidade e inclusão.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA UFAL

O NAC e o LAC na UFAL desempenham papéis cruciais na promoção da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico. O NAC, como entidade central, desenha e implementa políticas inclusivas, coordenando esforços para garantir que a universidade seja acessível a todos os estudantes. Simultaneamente, o LAC oferece suporte prático ao disponibilizar recursos e tecnologias que facilitam o acesso à informação. Essas instâncias são essenciais, pois não apenas atendem às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, mas também promovem uma cultura inclusiva que beneficia toda a comunidade acadêmica. A atuação integrada do NAC e do LAC é vital para superar barreiras e criar um ambiente educacional que celebra a diversidade, assegurando que a universidade cumpra sua missão de proporcionar oportunidades igualitárias a todos os seus membros, independentemente de suas habilidades

De acordo com Ivon (2019) a UFAL, no Censo de Educação Superior de 2018, destaca-se como uma das cinco principais instituições públicas que recebem um maior número de pessoas com deficiência. Ao ocupar a quarta posição no *ranking* que abrange 36 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, divulgado pelo site Quero Bolsa, a Ufal registra uma proporção de 2,6% de alunos com deficiência. A classificação da Ufal está abaixo apenas do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), da Universidade Federal do Acre (UFAC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que ocupam, respectivamente, o primeiro, segundo e terceiro lugar no referido *ranking*.

Estar na 4ª posição do *ranking* representa um passo inicial no processo de inclusão, mas ressalta que a mesma tem de assegurar que esses novos estudantes tenham um ensino de qualidade, assim como outros, serviços que tornem o proveito universitário igualitário, sem barreiras e/ou dificuldades, e auxílio em período prolongado, fazendo com que todos que necessitem de algum suporte faça usabilidade do mesmo, evitando assim a evasão escolar. Desta forma, vemos o quanto o NAC e o LAC são pensados e voltados para atendimento da demanda existente, devido a quantidade de alunos com deficiência e a necessidade de fazer com que os mesmos sejam incluídos nas atividades acadêmicas.

A inclusão de pessoas com deficiência na universidade é potencializada pela presença do LAC, localizado dentro da biblioteca. Esse posicionamento interativo não apenas simboliza, mas também promove a inclusão, pois a biblioteca é um centro vital de recursos acadêmicos e de conhecimento. Além disso, ao estar integrado à biblioteca, o laboratório facilita a interação entre estudantes e recursos acessíveis, tornando-o um ambiente inclusivo onde a busca pelo conhecimento é verdadeiramente universal. Essa iniciativa reforça o compromisso da instituição em assegurar que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham igualdade de acesso e oportunidades nos ambientes universitários.

Assim, discutir sobre a inclusão implica considerar não apenas as necessidades físicas, mas também os aspectos cognitivos e sensoriais. A implementação de políticas inclusivas, o treinamento de pessoal e a conscientização sobre as diferentes formas de deficiência são pontos cruciais a serem discutidos. Além disso, é fundamental criar um ambiente que promova a diversidade e valorize as contribuições de todos os participantes, independentemente de suas habilidades.

É importante destacar que o LAC opera em estrita conformidade com o Decreto Legislativo nº 261 de 25 de novembro de 2015. E ao cumprir essas diretrizes, o laboratório não apenas atende às exigências legais, mas também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão, garantindo que as barreiras ao acesso de informações sejam superadas, proporcionando a indivíduos com diferentes necessidades a oportunidade de desfrutar plenamente do conteúdo textual disponível.

AVALIAÇÃO DO LAC E DOS SERVIÇOS OFERECIDOS

Este estudo apresenta uma análise de coleta de dados conduzida entre 07 e 29 de novembro de 2023. Durante esse período, foram investigados aspectos como a eficiência operacional, a resposta às demandas dos usuários e a adequação dos serviços às necessidades específicas dos alunos. Os resultados obtidos nesta etapa foram utilizados como alicerce para uma avaliação crítica do LAC e dos serviços que são oferecidos. O propósito não é mensurar a eficácia do LAC, mas sim compreender sua utilidade prática e percebida pelos alunos que dependem desses serviços. A análise crítica abrange as percepções subjetivas dos usuários, proporcionando uma visão holística do impacto do laboratório na promoção da inclusão e na facilitação do acesso igualitário à educação.

A inclusão em um laboratório de acessibilidade é um tema de extrema importância que demanda análise e discussões aprofundadas. Ao abordar a inclusão, estamos falando não apenas de acesso físico, mas também de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, tenham a oportunidade de participar plenamente das atividades laboratoriais. A análise desse contexto envolve a avaliação dos recursos disponíveis, como tecnologias assistivas e adaptações físicas, para assegurar que o ambiente seja acessível a todos. Nessa perspectiva, Sassaki (2019) pontua que “a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência”.

Nessa perspectiva, a UFAL a partir da Resolução nº 09/2022-CONSUNI/UFAL institui o LAC que tem como objetivo “[...] atender pessoas com deficiência, na

perspectiva de ampliar e qualificar o acesso à informação aos/às pessoas com deficiência usuários/as do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas (Sibi/UFAL)” (UFAL, 2022).

Com o intuito de promover ambientes inclusivos, o LAC/UFAL funciona na Biblioteca Central, de segunda a sexta das 7h às 19h, conta com duas bibliotecárias documentalistas e quinze bolsistas, proporcionando um atendimento humanizado à comunidade que demanda suporte. De acordo com o SIBI (ca. 2023) dentre os serviços ofertados, tem: produção de material acessível; disponibilização de material pedagógico adaptado pelo LAC; comutação bibliográfica de materiais adaptados entre as bibliotecas universitárias participantes da Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA); empréstimo de tecnologias assistivas para o uso acadêmico (*softwares* leitores, óculos [OrCam MyEye 2] e ampliadores de tela); disponibilização de leitor(es) e/ou transcritor(es) para o auxílio em atividades avaliativas. Vale ressaltar que o empréstimo de equipamentos de tecnologias assistivas é um serviço restrito aos estudantes com deficiência que já foram submetidos ao processo de acolhimento pelo NAC.

O LAC possui ainda dois serviços que estão em fase implantação, são eles: as orientações para o uso do Repositório Acessível para Pessoas com Deficiência Visual da Universidade Federal de Alagoas (RAVI/UFAL); e a sala de gravação.

Sobre os processos de adaptação, os materiais podem ser adaptados em uma variedade de formatos e estilos, incluindo PDF, EPUB, DOC, entre outros. No caso de materiais impressos, eles passam por um processo de digitalização, enquanto os materiais em formato digital (não acessíveis aos leitores de tela) são convertidos através da tecnologia Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR). Após a digitalização ou conversão dos textos impressos, a formatação é realizada de acordo com as diretrizes apresentadas no Manual de Adaptação de Materiais e nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Em seguida, são conduzidos aos processos de revisão, correção e conversão dos textos para formato de áudio. No que diz respeito a imagens, a audiodescrição é elaborada conforme a norma da ABNT NBR 16.452:2016.

As especificações para as adaptações de materiais pedagógicos são necessárias requisitar com pelo menos 15 dias de antecedência, considerando que o prazo de

entrega pode variar conforme a especificidade de cada material. Quando se tratar da adaptação de materiais a serem utilizados ao longo de um semestre inteiro, os professores devem solicitar esse serviço com um mínimo de 6 meses de antecedência. E para audiodescrição, ao solicitar, é fundamental que os professores realizem uma prévia descrição de imagens, gráficos, tabelas etc., contextualizando-as em relação à disciplina correspondente. E essas solicitações são feitas mediante a um preenchimento de formulário, via *Google Forms*, disponibilizado no próprio site do LAC.

Em seu site, o SIBI (ca. 2023), reforça que promove o desenvolvimento da comunidade universitária que enfrenta deficiência visual, seja parcial ou total, e o LAC/UFAL estabeleceu uma parceria com a Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly. Essa colaboração viabilizou a disponibilização dos seguintes equipamentos em Braille: Tela e teclado ampliados; Ian Braille; e Leitor autônomo.

Por fim, esta análise torna evidente o impacto significativo que o LAC exerce na promoção da inclusão dentro da instituição. Os serviços oferecidos não apenas validam o compromisso com os discentes, mas também destacam a relevância crescente de abordagens inclusivas no ambiente acadêmico. Através da integração de tecnologias acessíveis, práticas pedagógicas inclusivas e a sensibilização contínua da comunidade acadêmica, o laboratório não apenas atende às necessidades específicas dos estudantes com diferentes habilidades, mas também fomenta uma cultura de respeito, empatia e colaboração. Além disso, os dados coletados sugerem que a inclusão institucional promovida pelo laboratório não se limita aos participantes diretos, mas se estende a toda a comunidade acadêmica, contribuindo para a criação de um ambiente mais diversificado e enriquecedor. Este trabalho reforça a importância contínua do investimento em acessibilidade e inclusão, não apenas como um requisito ético, mas como um alicerce fundamental para uma educação verdadeiramente equitativa e enriquecedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das iniciativas promovidas pelo LAC/UFAL, evidencia-se não apenas uma resposta efetiva às necessidades legais de inclusão, mas uma transformação significativa no cenário acadêmico. Ao remover barreiras físicas e cognitivas, o

laboratório não apenas facilita o acesso ao conhecimento, mas também se torna um incentivador essencial para a promoção da igualdade e participação plena de todos os membros da comunidade acadêmica.

A implementação de adaptações em materiais acadêmicos, como a conversão para formatos acessíveis, não é simplesmente uma resposta técnica, mas uma expressão concreta do compromisso com a equidade educacional. Ao possibilitar que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações, tenham acesso equitativo ao conteúdo curricular, o LAC não apenas elimina desigualdades, mas também empodera os estudantes, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para participarem plenamente e frequentemente das atividades acadêmicas, fazendo assim que nenhuma prática ou pensamento de capacitismo esteja presente na universidade.

A oferta de tecnologias assistivas, como *softwares* leitores de tela e dispositivos específicos, não apenas facilita a assimilação de informações, mas também contribui para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes com deficiência, fortalecendo sua presença e participação no ambiente acadêmico. O material especializado disponibilizado não é apenas uma resposta a demandas específicas, mas uma estratégia eficaz para promover o sucesso acadêmico desses estudantes.

Além do impacto direto no processo de aprendizagem, o LAC/UFAL se destaca como um ambiente inclusivo e acolhedor para a interação social. Ao reunir estudantes com experiências similares, cria-se uma comunidade de apoio que vai além das fronteiras acadêmicas. Essa interação social não apenas contribui para o bem-estar emocional dos alunos, mas também enriquece o ambiente acadêmico, proporcionando uma troca de experiências e conhecimentos que transcende os limites das salas de aula.

Sendo assim, ao investir em infraestrutura adaptada, tecnologias assistivas e políticas inclusivas, a UFAL não apenas atende às demandas legais, mas molda um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo. Esse investimento não é apenas uma obrigação legal, mas uma escolha estratégica que enriquece a diversidade de perspectivas e experiências dentro da instituição, promovendo um ambiente verdadeiramente enriquecedor e igualitário para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. Decreto legislativo nº 261, de 2015. Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2015b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-261-2015.htm#:~:text=Aprova%20o%20texto%20do%20Tratado,28%20de%20junho%20de%202013. Acesso em: 4 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria Estudantil. **Instrução Normativa nº 05/2018/PROEST**. Dispõe sobre Núcleo de Acessibilidade (NAC), da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió: Pró-Reitoria Estudantil, 2018. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/instrucoes-normativas/acessibilidade>. Acesso em: 4 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Conselho Superior Universitário. **Resolução Nº 09/2022-CONSUNI/UFAL**. Institui o Laboratório de Acessibilidade da UFAL. Maceió: Conselho Superior Universitário, 2022. Disponível em: <https://ufal.br/resolucoes/2022/rco-n-09-de-08-03-2022.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

IVON, Pedro. Ufal é uma das universidades que mais recebe pessoas com deficiência: em *ranking* de Instituições de Ensino Superior, UFAL ocupa 4ª posição. **UFAL**, Maceió, 06 dez. 2019. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2019/12/ufal-e-uma-das-universidades-que-mais-recebe-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, ano XII, p. 10-16,

mar./abr. 2009. Disponível em:
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI -
Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319) Acesso em: 4 dez. 2023.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Laboratório de
Acessibilidade (LAC/UFAL). **SIBI**, Maceió, ca. 2023. Disponível em:
https://sibi.ufal.br/portal/?page_id=3181. Acesso em: 4 dez. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Ítalo Rodrigo Soares dos Santos

Graduando em Biblioteconomia
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal de Alagoas, Brasil



GRUPIC

Grupo de Pesquisa em Informação e
Comunicação da UFAM